

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DA CIDADE
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA
CIDADE

Silvana Monteiro de Castro Carneiro

A MARGEM DA CIDADE: O RIO PARAÍBA DO SUL NA PAISAGEM
URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Agosto de 2015.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DA CIDADE
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA
CIDADE

Silvana Monteiro de Castro Carneiro

A MARGEM DA CIDADE: O RIO PARAÍBA DO SUL NA PAISAGEM
URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes - Campos dos Goytacazes / RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Orientadora: Prof.^a Elis de Araújo Miranda, DSc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Agosto de 2015.

FICHA CATALOGRÁFICA

C289m Carneiro, Silvana Monteiro de Castro.

A margem da cidade: o Rio Paraíba do Sul na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes/RJ./ Silvana Monteiro de Castro Carneiro. – 2016.

145 f.; il.

Orientador: Elis de Araújo Miranda.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades– Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

Bibliografia: f. 133 - 143.

1. Planejamento urbano e regional – rios urbanos. 2. Rio Paraíba do Sul – Campos dos Goytacazes (cidade) . 3: Paisagem urbana – Campos dos Goytacazes (cidade). 4: Mudanças e permanências – Campos dos Goytacazes (cidade) . Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU: 711.2/4: 504.45 (1-21)(815.3)

SILVANA MONTEIRO DE CASTRO CARNEIRO

A MARGEM DA CIDADE: O RIO PARAÍBA DO SUL NA PAISAGEM
URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade
Cândido Mendes - Campos dos Goytacazes / RJ, para
obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovado em 17 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Elis de Araújo Miranda, DSc – Orientadora
Universidade Cândido Mendes

Prof.^a Denise Cunha Tavares Terra, DSc
Universidade Cândido Mendes

Prof.^a Teresa de Jesus Peixoto Faria, DSc
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2015.

Ao meu amado pai, grande amigo e mestre Dalton Castro. Pois, naquela mesa ele contava histórias que hoje na memória eu guardo e sei de cor [...] e nos seus olhos era tanto brilho que mais que seu filho eu fiquei seu fã [...]. Naquela mesa está faltando ele e a saudade dele está doendo em mim.

Nesses trinta meses de estudos e pesquisas, a lembrança dele e a certeza do quanto ele estaria vibrando com o meu crescimento, foram essenciais para que eu caminhasse e chegasse até o final.

AGRADECIMENTOS

Em nossas vidas, muitos são os desafios que encontramos pelo caminho, apresentados por Deus para que sejamos seres humanos melhores. Posso dizer que nesse momento, em que concluo essa importante etapa da minha vida, me sinto assim – melhor. Cursar o mestrado em meio a tantos outros afazeres diários e concluir o presente trabalho me fizeram adquirir, não só conhecimentos teóricos, mas, especialmente, sabedoria.

Assim, é chegada a hora de agradecer.

A Deus, por tudo o que Ele faz em minha vida. Sem a sua proteção e luz, nada seria possível.

À minha família, especialmente minha mãe Theresinha, meu marido Leonel e meu filho Lucas, por entenderem as muitas vezes em que estive ausente e as outras em que, embora em casa, me acompanhei de livros, textos, computador, não podendo dar-lhes atenção ou desfrutar de suas companhias, tão preciosas para mim.

Ao meu pai, que embora ausente fisicamente, hoje vivendo em um plano superior, se faz presente em todos os momentos da minha vida, pelo grande exemplo que me deixou e pelo incentivo que sempre representou para mim.

Aos meus colegas de curso, com quem eu contei sempre que estive desanimada, desestimulada, cansada. Pelas vezes em que não segurei o choro e vocês se solidarizaram comigo e por outras tantas em que rimos juntos.

A Fernanda, minha amiga irmã, que representa para mim os dizeres “amigo é um irmão

que escolhemos”. Obrigada pelas horas de estudo, pelas boas risadas e pelo incentivo, sempre. Agradeço também o carinho da sua família.

À minha amiga Margarida que, com toda a sua doçura, se fez presente antes mesmo do início do curso, me dando dicas a todo o momento e me empurrando, sempre, para frente. Como você é especial, querida!

A Aline, Regina e Simone, pela amizade, pelo exemplo que representam para mim e pelas palavras de ânimo, sempre.

Ao amigo Leo, que tanto admiro, agradeço pelo carinho demonstrado a cada dia.

Aos meus alunos Márcio e Caroline, pelos ensinamentos na formatação de sumário e lista de figuras, e à minha orientanda Mariane, pela companhia em visitas ao local de estudo e aplicação de entrevistas.

Às ex-alunas Sabrina e Daiane, por me permitirem indicar os seus trabalhos finais de graduação como propostas à minha área de estudo, enriquecendo a minha pesquisa.

Aos professores do curso, que me transmitiram um pouco do seu conhecimento, me proporcionando um aprendizado e um amadurecimento profissional.

À minha orientadora, professora Elis Miranda, que, além de me doar importantes momentos de sua companhia enriquecedora, me impulsionou constantemente, me fazendo acreditar na minha capacidade de seguir em frente.

À coordenadora do curso, Professora Rosélia Piquet, especialmente por dois momentos marcantes para mim, em que ela me disse “a palavra certa, na hora certa”, me incentivando sempre, com o seu belo exemplo de vida acadêmica.

Ao professor José Luiz Vianna da Cruz, pelo tanto que torceu por mim, para que eu cursasse o mestrado, porque já antevia a sua importância na minha formação.

Aos membros da banca examinadora, professoras Denise Terra e Teresa Peixoto, por sua contribuição ao participarem do processo de avaliação desta pesquisa.

Aos funcionários da UCAM, especialmente a Cida, que esteve por trás dos bastidores nos apoiando e, muitas vezes, ouvindo as nossas lastimações, resultado do cansaço ou do estresse diário.

A todos os que contribuíram com esta pesquisa, me concedendo entrevistas, emprestando livros, cedendo fotos ou relatando suas vivências às margens do Paraíba.

Ao Arquivo Público Municipal de Campos, por me possibilitar, através de seus funcionários, acesso a fotografias e jornais.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, pela bolsa de estudos, que me facilitou a realização do mestrado.

A todos vocês, a minha eterna e sincera gratidão.

E se somos de fato em parte sinônimo de água, que é plenamente sinônimo de tempo, então nosso sentimento em relação a este lugar melhora o futuro, contribui para esse Adriático ou Atlântico de tempo que armazena nossos reflexos para quando tivermos partido há muito. A partir deles, como a partir de retratos em sépia desgastados, o tempo talvez será capaz de fazer de forma semelhante uma colagem, uma versão do futuro melhor do que seria sem eles.

Joseph Brodsky

RESUMO

A MARGEM DA CIDADE: O RIO PARAÍBA DO SUL NA PAISAGEM URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

A presente pesquisa surgiu de uma inquietação da autora, relativa à forma como o rio Paraíba do Sul, presença determinante na constituição física da cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, vem sendo (des) tratado atualmente por seus moradores e pelo Poder Público. Tendo atuado como protagonista na formação da paisagem natural e cultural da cidade, delineando a sua morfologia, o rio mantém hoje com a população uma relação distante, de ameaça pelas inundações que provoca ou de obstáculo a ser vencido para se alcançar o “outro lado da cidade”. Neste sentido, numa perspectiva temporal e espacial, este estudo busca compreender a percepção e utilização do rio pela população, identificando o seu envolvimento com a paisagem fluvial urbana. Ressalta-se que um espaço construído traz consigo significados, transmitidos pelos elementos que o constituem, caracterizando diferentes épocas e classes sociais, tornando a paisagem um “produto” sociocultural, que pode ser vivenciado de diferentes formas. Objetivando analisar as mudanças e permanências ocorridas nas orlas do rio Paraíba do Sul, no trecho urbano de Campos dos Goytacazes, fez-se necessário um estudo das intervenções e dos planos urbanísticos vivenciados, para se entender o desenho urbano atual, bem como refletir sobre as possibilidades de se formar um novo olhar sobre o rio e as suas orlas, a partir do reconhecimento da sua relevância e adoção de uma nova postura em torno desse bem tão precioso. Como procedimentos metodológicos, foram utilizados alguns métodos, de natureza qualitativa, que possibilitaram o entendimento do significado e a descrição do fenômeno estudado, que contemplaram pesquisas bibliográficas e documentais, registro fotográfico, visitas ao local e identificação de algumas cidades que se voltaram para o rio, (re) estabelecendo com ele uma relação de identidade. Acredita-se que este trabalho possa estimular ações que se voltem à valorização da paisagem cultural que emoldura a cidade de Campos dos Goytacazes, promovendo a reintegração do rio Paraíba do Sul à vida da população campista.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Paraíba do Sul. Paisagem urbana. Mudanças e permanências.

ABSTRACT

CITY MARGIN: SOUTHERN PARAÍBA RIVER IN FIELDS OF URBAN LANDSCAPE GOYTACAZES / RJ.

This research has grown out of the author's concern, related to the way the Paraíba do Sul river, decisive presence in the physical constitution of Campos dos Goytacazes city, in Rio de Janeiro State, has been currently well (and badly) handled by the city residents and by the public administration. Having served as the protagonist in the city's natural and cultural landscape formation, outlining its morphology, the river keeps a distant relationship with the population, threatened by flooding that it causes, or as an obstacle to reach the "other side of the city spatially. In this sense, in a temporal and spatial perspective, this study intends to understand the river perception and use by the population, identifying its involvement with the urban landscape. It is noteworthy that a built space carries meanings, transmitted by the elements that constitute it, featuring different periods of time and social classes, making the landscape a social and cultural "product", which can be experienced in different ways. In order to analyze the changes and permanencies that occurred at the Paraíba do Sul River margins, the urban length of Campos dos Goytacazes, it was necessary a study of interventions and experienced urban planning, to understand the current urban design, as well as a reflection about the possibilities of forming a new look at the river and its borders, from the recognition of its relevance and adoption of a new attitude around that precious asset. The methodological procedures were used some methods of qualitative nature, which enabled the understanding of the studied phenomenon meaning and its descriptions, which contemplated bibliographic and documentary research, photographic record, website visits and identification of some cities that have turned their attention to the river, (re) establishing with it an identity relationship. It is believed that this work can stimulate actions that can lead to the appreciation of the cultural landscape that frames the city of Campos dos Goytacazes, promoting the reintegration of the Paraíba do Sul river to the population life.

KEYWORDS: Paraíba do Sul River. Urban landscape. Changes and permanencies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	La Grenouillère: óleo sobre tela: Pierre-Auguste Renoir (1869)	19
Figura 2:	Margens do rio Rhône - Lyon	43
Figura 3:	Trecho de intervenção que considera áreas para fauna e flora ribeirinhas.	43
Figura 4:	Trecho de intervenção que considera barcos atracados para diversificação de usos.	44
Figura 5:	Arquibancada na margem do Rio Rhône – Lyon.	44
Figura 6:	Centro de Liubliana, com a Ponte Tripla atravessando o rio Ljubljanica.	46
Figura 7:	Margens do rio Ljubljanica, após intervenção.	47
Figura 8:	Vista do rio Tâmisa e da cidade de Londres, às suas margens.	48
Figura 9:	Tower Bridge sobre o Rio Tâmisa.	49
Figura 10:	Vista do rio Tâmisa, pela Tower Bridge.	49
Figura 11:	Vista do Vale do Baixo Don, com a vista de Toronto ao fundo.	50
Figura 12:	Inundação do rio Don, em 1920.	50
Figura 13:	Projeção do curso original do rio Don sobre trecho retificado.	51
Figura 14:	Trilhas às margens do rio Don.	53
Figura 15:	Bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.	57
Figura 16:	Via de pedestres com piso drenante, em área lindeira ao jeito do Rio Piracicaba.	58
Figura 17:	Vista da Rua do Porto, com acessos à margem do Rio Piracicaba.	58
Figura 18:	Complexo Turístico Ver-o-Rio, Belém.	60
Figura 19:	Portal da Amazônia – Belém.	61
Figura 20:	Estação das Docas: com os guindastes do antigo porto.	62

Figura 21:	Mangal das Garças.	63
Figura 22:	Estado do Rio de Janeiro, destacando o Município de Campos dos Goytacazes.	65
Figura 23:	Vista da margem direita do rio Paraíba do Sul na cidade de Campos dos Goytacazes.	65
Figura 24:	Ocupação à margem direita do rio Paraíba do Sul, no centro de Campos dos Goytacazes.	67
Figura 25:	Localização do rio Paraíba do Sul.	67
Figura 26:	Bacia do Rio Paraíba do Sul.	68
Figura 27:	Inundação na cidade de Campos - início do século XX(1).	69
Figura 28:	Inundação na cidade de Campos - início do século XX (2).	70
Figura 29:	Rio Paraíba do Sul - nível mais baixo desde 1931 – 4,80 metros.	72
Figura 30:	Grupo reunido dentro do rio Paraíba do Sul.	72
Figura 31:	Porto Fluvial de Campos - 1876.	76
Figura 32:	Antiga muralha do Paraíba, com as “pranchas” ao fundo.	76
Figura 33:	“Pranchas” subindo o rio, impulsionadas pelo vento nordeste.	77
Figura 34:	Enchente de 1966 – Beira Rio, com o Pavilhão de Regatas.	80
Figura 35:	Queda de Ponte General Dutra, em 2007.	80
Figura 36:	Ponte Municipal, atual Ponte Barcelos Martins.	82
Figura 37:	Bonde elétrico no Centro de Campos dos Goytacazes.	83
Figura 38:	Construção da Ponte Ferroviária - 1908.	83
Figura 39:	Regatas no rio Paraíba do Sul.	84
Figura 40:	Prédios na orla direita do rio Paraíba do Sul.	87
Figura 41:	Estacionamento no cais da Lapa.	89
Figura 42:	Mapa com demarcação da área estudada e pontes.	91
Figura 43:	Imagem aérea da área estudada.	91
Figura 44:	Cartograma de Campos - 1837.	93
Figura 45:	Canal Campos-Macaé.	94
Figura 46:	Planta da cidade de Campos dos Goytacazes.	96
Figura 47:	Praça São Salvador – Centro de Campos - 1920.	98
Figura 48:	Avenida XV de Novembro, após remodelação – Plano Coimbra Bueno/Agache.	99
Figura 49:	Mapa de Áreas de Especial Interesse (Plano Diretor).	103

Figura 50:	Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano.	104
Figura 51:	Uso da orla direita para pescaria (ao fundo, Igreja da Lapa).	105
Figura 52:	Solar Barão de Muriaé	106
Figura 53:	Igreja da Lapa	107
Figura 54:	Palace Hotel	107
Figura 55:	Presídio Carlos Tinoco	107
Figura 56:	Vista da orla esquerda, onde destacam-se o Edifício Concorde e a Igreja de Santo Antônio.	108
Figura 57:	Prédios da Universidade Federal Fluminense (UFF) em construção, com Galpão da antiga Estação à frente.	108
Figura 58:	Prédios no entorno da Praça São Salvador (1905 e 2008).	110
Figura 59:	Esquina Praça São Salvador com Av. Alberto Torres (Imagens 1916 e 2015).	110
Figura 60:	Praça São Salvador: Centro de Campos dos Goytacazes-RJ: antes da reforma de 2004.	111
Figura 61:	Praça São Salvador: Centro de Campos dos Goytacazes-RJ: depois da reforma de 2004.	111
Figura 62:	Praça das Quatro Jornadas, onde se vê o Edifício Garagem e o Chafariz.	112
Figura 63:	Terminal Rodoviário Urbano.	113
Figura 64:	Mobiliário Urbano.	113
Figura 65:	Vista aérea com localização do Terminal Rodoviário Urbano.	114
Figura 66:	Praça Duque de Caxias (2010).	115
Figura 67:	Praça Duque de Caxias (2015).	115
Figura 68:	Local do antigo Pavilhão de Regatas, em destaque	115
Figura 69:	Prática de <i>stand up peddle</i> no rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes.	116
Figura 70:	Quiosques na orla esquerda.	117
Figura 71:	Estudo de manchas na área delimitada no projeto.	124
Figura 72:	Perspectiva da implantação final.	124
Figura 73:	Detalhe da implantação final (parte 1).	125
Figura 74:	Detalhe da implantação final (parte 2).	125
Figura 75:	Ciclovia elevada	126
Figura 76:	Área de convívio	127

Figura 77: Propostas de intervenção na margem direita	127
Figura 78: Propostas de intervenção na margem esquerda do rio	127

SUMÁRIO

1:	INTRODUÇÃO	18
2:	O PAPEL DOS RIOS NA FORMAÇÃO DAS CIDADES	27
2.1:	O RIO E A CIDADE NA HISTÓRIA	27
2.1.1:	O Rio como Vetor de Desenvolvimento.	30
2.1.2:	O Rio como Recurso Hídrico.	32
2.1.3:	O Rio: o seu Significado e a sua Visibilidade na Paisagem Cultural Urbana.	33
2.1.4:	O Rio e as Práticas Sociais: a sua Relação com a Identidade Local.	37
3:	CIDADES QUE SE VOLTAM PARA O RIO	39
3.1:	REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	39
3.2:	EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	41
3.2.1:	Recuperação das margens do Rio Rhône, Lyon (França).	42
3.2.2:	Recuperação das margens do Rio Ljubljanica (Eslovênia).	45
3.2.3:	O rio Tâmisa : Londres (Inglaterra).	47
3.2.4:	O Plano de recuperação do Rio Don: Toronto (Canadá).	49
3.3:	EXPERIÊNCIAS NACIONAIS.	53
3.3.1:	O Projeto Beira-Rio: Piracicaba, São Paulo (Brasil).	56
3.3.2:	A orla de Belém: Pará (Brasil).	59
3.3.2.1:	Projeto Ver-o-Rio	59
3.3.2.2:	Portal da Amazônia	60
3.3.2.3:	Estação das Docas	61
3.3.2.4:	Mangal das Garças	63

4:	O RIO PARAÍBA DO SUL NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	64
4.1:	CARACTERIZAÇÃO DA BACIA.	67
4.2:	CONTEXTOS HISTÓRICO E CULTURAL.	73
4.2.1:	A orla urbana e a consolidação dos usos e práticas sociais	74
4.3:	IMPACTOS AMBIENTAIS.	85
5:	MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES .	90
5.1:	O RIO PARAÍBA DO SUL NO DESENHO URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.	92
5.2:	PLANOS URBANÍSTICOS, PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PLANOS DIRETORES.	93
5.2.1:	O Plano Urbanístico de Saturnino de Brito (1902).	95
5.2.2:	O Plano de Reordenação Urbana da Cidade de Campos (1940)	98
5.2.3:	O Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos (PDUC) (1979)	99
5.2.4:	O Plano Diretor de 1991: Lei Municipal 5.251/1991.	100
5.2.5:	O Plano Diretor de 2008: Lei Municipal 7.972/2008.	101
5.3:	UMA COMPARAÇÃO DOS USOS DO PASSADO COM OS ATUAIS.	105
5.3.1:	Percepção da paisagem.	118
5.3.1.1:	Frequentadores assíduos do espaço estudado.	118
5.3.1.2:	Frequentadores eventuais do espaço estudado.	119
5.3.1.3:	Novos Olhares.	123
6:	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	129
7:	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	133
	APÊNDICE A: MODELO DE ENTREVISTA	144

1: INTRODUÇÃO

Ao longo da história, desde as primeiras civilizações, os rios têm desempenhado um papel fundamental na formação das cidades, não só por sua utilização para consumo de água por homens e animais, mas também para irrigação, escoamento da produção agrícola e ampliação dos territórios. Destacam-se, ainda, a representatividade do rio como referência cultural para uma sociedade e a sua influência sobre o seu modo de vida, tornando-se, dessa maneira, marco na paisagem urbana.

Um rio, definido como um curso natural de água doce que flui até desaguar em outro rio, lago, mar ou oceano, é também um elemento extremamente relevante em uma paisagem, repleto de simbolismos, representações, significados e percepções distintas que se encontram impressos nas suas margens. Tanto os rios quanto as suas orlas podem ser vistos sob vários ângulos, de acordo com a formação científica, a experiência profissional, o nível cultural, as relações que se estabelecem com o observador (ALMEIDA, 2010).

Desde a existência das primeiras vilas e cidades, os rios têm sido fonte de inspirações artísticas, visíveis em obras que retratam a sua relação com as sociedades e cidades por onde passam. É possível identificar inúmeros artistas que utilizaram ou utilizam as águas em suas músicas, poesias e pinturas, expressando a sua percepção e relação com aquela paisagem. Destacam-se aqui a valiosa tela “*La Grenouillère*”, de Pierre-Auguste Renoir (Figura 1), que evidencia o gosto popular pelos banhos de rio e passeios de barco sobre o Sena; a obra “Impressão, nascer do sol”, de Monet, que retrata o reflexo do nascer do sol na foz deste mesmo rio; o pintor inglês Turner e sua paixão pelo rio Tâmsa, expressa nas belíssimas telas que produziu; o cantor e compositor Dorival Caymmi com a música Rio Amazonas e

outros compositores, como Paulinho da Viola, Elba Ramalho, Marisa Monte, que se inspiraram também nas águas dos rios em algumas de suas composições.



Figura 1: La Grenouillère: óleo sobre tela: Pierre-Auguste Renoir (1869)
Fonte: Disponível em: < <http://www.wikiart.org/pt>>. Acesso em: 14 jan.2015.

O rio e sua orla, como parte da configuração geográfica, histórica e cultural do espaço urbano em que se inserem estruturam a sua paisagem. “[...] sob o aspecto físico e da forma urbana, os rios são geralmente como espinhas dorsais das cidades por onde passam. Eles estruturam o tecido urbano que lhes é adjacente, tornando-se muitas vezes eixos de desenvolvimento do desenho da cidade” (COSTA, 2002 apud PORATH, 2006, p.163). Dessa forma, reconhece-se que a água, elemento fundamental para a vida e a sustentabilidade das cidades, precisa ser tratada adequadamente. A consciência da importância da conservação dos rios urbanos se torna necessária para que se compreenda o seu potencial urbanístico e paisagístico e se propicie uma convivência saudável das cidades com as suas águas.

No Brasil, a partir da década de 1950, com a intensa urbanização provocada pelo processo de modernização e industrialização, em especial no período do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), as cidades foram transformadas e suas paisagens bastante alteradas. Os rios tiveram suas margens ocupadas irregularmente por habitações e obras de engenharia que interferiram em seus leitos, não considerando a necessidade de sua conservação e assim têm sido

tratados com descaso pelos habitantes e gestores das cidades brasileiras, onde se pode observar a crescente poluição das águas, assoreamento e o desmatamento de suas matas ciliares, caracterizando a degradação ambiental dos espaços urbanos brasileiros.

O desaparecimento de objetos referentes a outros períodos históricos vivenciados, mal compreendidos e não valorizados como elementos estruturantes da morfologia urbana, afetaram as orlas fluviais que vem sendo transformadas em espaços urbanos degradados. A função do rio como via de circulação de pessoas e mercadorias caiu em desuso com a implantação de ferrovias na virada dos séculos XIX para o XX e depois, ao longo do século XX até a atualidade com a implantação e ampliação de vias para transportes automotivos, transformando os rios e suas orlas em problemas a serem enfrentados pelas administrações municipais brasileiras. Observa-se que, ainda que existam experiências distintas em outros lugares do mundo, as gestões públicas neste país não se inspiram em modelos bem sucedidos de uso e ocupação das orlas.

O Brasil, país com abundância de água, vivencia sérios problemas relativos à poluição de seus rios, demonstrando a sua não valorização. Com grande parte de sua população vivendo em cidades, percebe-se o não tratamento dos efluentes dos rios e a impermeabilização do solo, com construção de vias, onde se prioriza a mercantilização do espaço urbano. Resíduos gerados por conglomerados urbanos são descartados no meio ambiente sem o devido tratamento, poluindo e destruindo os rios e suas orlas.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, o Rio Paraíba do Sul teve um papel fundamental em seu desenvolvimento socioeconômico, a partir de seu uso como eixo navegável, para o transporte de mercadorias e pessoas. Também foi utilizado para competições de natação e de remo. A sua orla foi um dos espaços mais bonitos da cidade, com áreas destinadas ao passeio público e a contemplação da vida. No entanto, hoje se percebe um descaso à sua presença, muitas vezes visto apenas como um limite entre bairros ou entre os bairros do Centro e de Guarus. O rio é considerado por muitos como um entrave ao deslocamento ou como ameaça à população pelas inundações que provoca nos períodos de cheias.

Diante dessa realidade, movida pela inquietação relativa ao tratamento que se tem dado ao rio Paraíba do Sul e com a forma de ocupação da sua orla na área urbana do município de Campos dos Goytacazes, entendendo-o como um potencial

urbanístico, paisagístico, turístico e de lazer, cultural e econômico, essencial para a sustentabilidade da vida, pretendeu-se desenvolver um estudo sobre a sua relevância no contexto urbano da referida cidade, na atualidade, comparando com outros períodos históricos em que este rio e sua orla tiveram papel fundamental no processo de ocupação do espaço e no desenvolvimento de atividades econômicas, em especial da atividade canavieira, que significava uma referência para seus moradores e viajantes.

A realização dessa pesquisa foi incentivada pela busca de se compreender como o rio Paraíba do Sul permeia o imaginário do campista e, a partir daí, chamar a atenção para alguns aspectos, como a relação que se dá entre o rio e a cidade, como componente da paisagem cultural urbana e como esta é valorizada ou não pela sociedade campista. Pretendeu-se, ainda, na visão de arquiteta e urbanista, apresentar propostas de intervenções que possam requalificar o ambiente estudado e promover a reintegração do rio Paraíba do Sul como uma paisagem cultural a ser preservada e/ou restaurada e a integração desta área à vida urbana do município de Campos dos Goytacazes.

Neste sentido, percebendo a relevância da presença de um curso d'água em uma cidade, as indagações que se apresentam são: Como se dá a relação entre a sociedade e o rio, em um ambiente urbano? Com relação à cidade de Campos dos Goytacazes, de que forma o rio está inserido na paisagem urbana hoje? Como ele pode ser revalorizado no desenho urbano? Quais as mudanças e permanências identificadas em sua orla e a que períodos históricos vivenciados por esta sociedade estão relacionadas? Quais foram as intervenções urbanísticas mais significativas na orla da cidade, em que períodos e idealizadas por quem? Quais as distinções de uso e de intervenções entre a margem direita e a margem esquerda do rio?

Esses questionamentos nos levam a uma reflexão sobre a possibilidade de incorporar o rio Paraíba do Sul na percepção dos habitantes da cidade de Campos de modo que eles o valorizem, direcionando a pesquisa na busca de contribuir para a formação de um novo olhar sobre este rio e sua orla e, conseqüentemente, uma nova postura em torno dele.

Como hipótese às questões levantadas, considera-se que o Paraíba do Sul não tem sido identificado como elemento importante, gerador de bem estar para a população campista. Percebe-se que o processo de urbanização gerou ocupações que não valorizaram a presença do rio e, junto a esse dado, não há a consciência da

população sobre a importância da sua conservação, bem como não há gestão pública voltada para esse fim. Falta à grande maioria, especialmente de políticos e administradores, a visão do rio e sua orla como partes importantes da paisagem cultural e de práticas sociais, bem como desconhecem a sua relevância como elemento simbólico da existência urbana desta cidade. E quando enxergam o rio só tem olhos para uma de suas margens, negligenciando a margem esquerda, onde se encontra localizado o bairro mais populoso e com população de renda mais baixa.

É possível supor que mudanças de hábito e de olhares para a presença do rio com propostas de novos usos das suas orlas no contexto urbano e da preservação da paisagem cultural da orla, tragam uma significativa alteração na qualidade de vida da cidade de Campos dos Goytacazes, abrindo espaço para seu uso no campo da contemplação, de práticas de esporte e de lazer.

Diante do exposto, apresenta-se como objetivo principal dessa pesquisa analisar as mudanças e permanências identificadas na paisagem da orla do rio Paraíba do Sul no trecho urbano de Campos dos Goytacazes, compreendido entre as pontes Saturnino de Brito e General Dutra.

Para tal, delineou-se como objetivos específicos: identificar as formas atuais de ocupação da orla do rio Paraíba do Sul no trecho urbano de Campos dos Goytacazes a fim de reconhecer as paisagens culturais existentes; realizar levantamento de imagens fotográficas de tempos pretéritos a fim de identificar objetos espaciais que foram retirados da paisagem, os contextos históricos que levaram às mudanças e identificar as práticas sociais, econômicas, de esporte e lazer que desapareceram ou arrefeceram; registrar as legislações urbanísticas que tratam do uso dos espaços da orla urbana do rio Paraíba do Sul para que se possa ter subsídios que expliquem tais transformações; indicar propostas para promover a reintegração do rio e sua orla como paisagem cultural para a sociedade local, criando uma nova ambiência urbana e integrando as duas margens.

Retomar a visão urbanística voltada para as águas, entendendo o rio como elemento estrutural de um ambiente mais humano e saudável e a sua orla percebida como uma referência histórica da cidade se torna fundamental para a reconciliação da cidade com as suas águas e a integração dos bairros que cresceram do outro lado do rio, como são chamados os bairros de Guarus.

Nesse sentido, esse trabalho se justifica como um estudo da realidade atual, apontando, porém, a necessidade de um novo olhar e uma nova gestão sobre os

espaços da orla urbana do rio Paraíba do Sul. Acredita-se que este estudo possa despertar o olhar de gestores públicos para a presença do rio e o seu potencial como área de lazer, contemplação e de práticas de esportes, estimulando ações voltadas para a sua valorização e preservação da paisagem cultural que emoldura a cidade e, dessa forma, contribuir para promover a reintegração do rio à vida da população campista, como elemento essencial para a vitalidade da cidade.

O desenvolvimento da pesquisa contemplou alguns métodos, de natureza qualitativa, seguindo o preceito de Goldenberg (2004, p. 49) de que “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social.” Dessa forma, os dados coletados possibilitaram o entendimento do significado e a descrição do fenômeno estudado.

Duas abordagens foram utilizadas. A primeira tem o foco na parte teórica, onde se buscou conhecer alguns conceitos, para a compreensão de desenho urbano, sua relação com a paisagem cultural, a presença de um curso d'água nesse contexto, os seus valores e significados. Também foi importante, nessa etapa, a compreensão da evolução da relação entre cidades em geral e cursos d'água. Para isso, foram pesquisados referenciais teóricos, através de consultas a livros, revistas, jornais e em sites especializados da web.

A segunda abordagem direcionou-se ao caso específico do Rio Paraíba do Sul no contexto urbano da cidade de Campos dos Goytacazes. Dentre os instrumentos de pesquisa, foram realizadas observações sobre o uso da área em estudo, com registro fotográfico, objetivando identificar os atores que atualmente exercem alguma atividade no local e compreender a sua relação com o mesmo. Serão eles responsáveis por mudanças funcionais? Que impactos são gerados pela utilização desse espaço?

O registro fotográfico das formas atuais de ocupação e das práticas sociais ainda exercidas no rio Paraíba do Sul e nas suas orlas, foi utilizado com a finalidade de comparar com fotografias feitas no passado que demonstram quais foram os usos e ocupações naquela época, cujas fotos encontram-se arquivadas no Centro de Memória Fotográfica do Instituto Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes e no Arquivo Público Municipal. O acesso a esse acervo permitiu identificar as mudanças e permanências dos usos do espaço e na paisagem cultural e subsidiou a proposição de intervenções. Essa pesquisa foi realizada a partir de dois recortes

temporais: o primeiro analisou a paisagem cultural fruto das intervenções urbanísticas a partir de 1834 até a década de 1940, período pela qual a orla passou por importantes reformas; o segundo apresentou a paisagem cultural da orla e suas práticas sociais na atualidade.

Também foi feita pesquisa documental, contemplando planos, projetos e legislações pertinentes, estudados de forma a dar suporte à elaboração de possíveis propostas relativas a alterações no uso do solo urbano nas orlas do rio. Para a análise dos projetos urbanísticos, procedeu-se pesquisa no Arquivo Público Municipal.

Complementado os procedimentos metodológicos, foram realizadas visitas técnicas em diferentes horários do dia com o objetivo de identificar as práticas sociais atuais e poder, dessa maneira, apresentar proposições que se encontrem de acordo com as necessidades da parcela da sociedade que vivencia, de alguma forma, o rio e suas orlas. A esta etapa, acrescentou-se as entrevistas, que expressaram a percepção da paisagem da cidade por olhares diversos e os anseios do cidadão campista.

Foi importante, ainda, a identificação de outras cidades localizadas às margens de rios, com a finalidade de conhecer outras formas de se relacionar com os cursos d'água, bem como transformações que se deram a partir de intervenções urbanísticas que provocaram alterações significativas em orlas que se encontravam degradadas.

No que se refere à estrutura, a dissertação contempla quatro capítulos, onde o primeiro estuda o papel dos rios na formação das cidades, com destaque às brasileiras de origem colonial. A ocupação do território brasileiro, especialmente no seu litoral, onde se localizaram as primeiras vilas e cidades, tem gerado intensas transformações de áreas urbanas ao longo dos cursos d'água. Por sua riqueza em termos ambientais e paisagísticos, esses espaços são marcados por conflitos de interesses de diferentes grupos sociais, desiguais também no acesso aos serviços urbanos.

A velocidade e o intenso processo de urbanização que se deu a partir da década de 1950, nos países periféricos e especialmente no Brasil, foram apontados para se entender as alterações ocorridas, que geraram o quadro de caos instalado nas grandes cidades.

Nesse viés, estudou-se o papel do rio como vetor de desenvolvimento, como recurso hídrico, como elemento estruturador da paisagem urbana e a sua relação com a identidade local. Como subsídio ao trabalho, buscou-se entender as formas de relação do rio com as cidades em diferentes tempos, passando de um equilíbrio a uma ruptura. O que terá acontecido? Afinal, frente às inúmeras oportunidades trazidas pela presença do rio, o que pode transformá-lo em ameaça?

No capítulo dois, a pesquisa leva a uma reflexão sobre a reabilitação de áreas urbanas a partir de sua reconciliação com o rio, entendendo-o como elemento importante e ressaltando o potencial que o mesmo representa. Para tal, apresenta alguns referenciais projetuais, no âmbito nacional e no internacional, que, a partir da implementação de projetos de reconciliação dos rios com o ambiente urbano, vivenciaram alterações significativas e conseqüente enriquecimento desse. Com base em estudos realizados, o texto procura ressaltar a importância da bacia hidrográfica como referência para o planejamento urbano.

Neste capítulo é também apresentada a legislação brasileira vigente, nos âmbitos federal, estadual e municipal, que rege os usos dos espaços situados ao longo dos cursos d'água, especialmente do Rio Paraíba do Sul.

No terceiro capítulo, é abordada a relação do Rio Paraíba do Sul com a cidade de Campos dos Goytacazes, através do estudo da sua bacia hidrográfica, do seu contexto histórico e cultural, suas condições geológicas e urbanísticas em diferentes épocas e as transformações que se deram ao longo do tempo, pela ação do homem, resultando em conseqüências danosas ao meio ambiente e à população, como poluição e enchentes. A cidade de Campos, não diferente da maioria das cidades no Brasil, com os seus verões chuvosos, vive a cada ano a insegurança do transbordamento do rio. Essa questão foi estudada com o foco na busca de entendimento dos impactos causados ao meio urbano pela deterioração do rio e das causas dessa deterioração.

O quarto capítulo apresenta um estudo das mudanças e permanências na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes, analisando a sua relação com o desenho urbano e comparando os usos do passado com os atuais. Para tal, são comentados os planos urbanísticos e as intervenções resultantes destes.

Nas considerações finais, são destacadas a relevância do presente trabalho e a sua aplicabilidade, a partir de um novo olhar sobre um bem de tamanha

magnitude, capaz de proporcionar, por sua reconciliação com o meio urbano, novas formas de vida para a população.

2: O PAPEL DOS RIOS NA FORMAÇÃO DAS CIDADES

Os rios exerceram um relevante papel na formação das cidades, que surgiram, em grande parte, às suas margens. Os diferentes usos e tratamentos atribuídos aos cursos d'água - abastecimento, produção de alimentos, irrigação, corredores de circulação de mercadorias e pessoas ou mesmo espaços de lazer, convívio e contemplação - apontam para o quanto foram representativos, especialmente nos espaços urbanos.

As margens de um rio oferecem às cidades possibilidades diversas de usos, permitindo se constituir belas e encantadoras paisagens, capazes de gerar relações como a do menino citado por Ziraldo. No entanto, muitas são as ocupações e usos feitos de forma inadequada, gerando paisagens degradadas e, conseqüentemente, um desprezo à existência do curso d'água.

O presente capítulo aborda a importância da presença dos rios nas cidades, o seu significado em diferentes momentos da história, a sua visibilidade na paisagem cultural urbana e a sua relação com a identidade local, expressos pelas práticas sociais de sua população.

2.1: O RIO E A CIDADE NA HISTÓRIA

Várias são as definições dadas às cidades. No entanto, todas reconhecem a sua multidisciplinaridade, como organismo vivo e dinâmico.

Em seu livro *A Cidade na História*, Mumford (2008, p.1) questiona: "O que é a cidade? Como foi que começou a existir? Que funções desempenha? Que

finalidades preenche? [...]. Desaparecerá a cidade ou – o que seria outro modo de desaparecimento – transformar-se-á todo o planeta numa enorme colmeia urbana? ”

Essas questões nos levam a um estudo sobre a cidade na história e, ao mesmo tempo, nos convidam a uma reflexão sobre o seu rumo, aliada à consciência da emergência de se buscar ações no sentido de resgatar a qualidade de vida, perdida em muitos espaços urbanos.

No livro ABC do Desenvolvimento Urbano, o autor Souza (2010) afirma que a cidade é um objeto muito complexo e difícil de se definir e, por isso mesmo, pode-se encontrar opiniões diversas a respeito do seu conceito. Dentre elas, o autor cita Max Weber, para quem a cidade é, prioritariamente, um local de mercado, onde se dão relações comerciais, de intercâmbio de mercadorias, e Christaller, que introduziu o conceito de cidade como localidade central, onde as atividades econômicas são vistas a partir de uma perspectiva espacial, de nível maior ou menor definido por sua centralidade, ou seja, pela quantidade de bens e serviços que oferece. O autor ressalta que as cidades são assentamentos humanos extremamente diversificados, quanto às atividades econômicas que desenvolvem, o que as diferencia da aldeia ou povoado. Porém, acrescenta que a cidade é, também, um “centro de gestão do território”, não se resumindo, no entanto, à economia, mas também à cultura, que desempenha papel relevante na produção do espaço urbano (SOUZA, 2010).

Historicamente, a formação da cidade se dá pelo surgimento dos primeiros agrupamentos populacionais. De acordo com Benévolo (2003), a cidade que nasce na aldeia é modificada pelas novas relações que se dão entre o homem e o meio em que vive, através das novas formas de trabalho que se apresentam a partir do processo de industrialização.

A cidade – local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade – nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu. Ela se forma, como pudemos ver, quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não tem essa obrigação e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total (BENÉVOLO, 2003, p. 23).

No processo de formação das cidades, o rio teve um papel fundamental. Desde as primeiras civilizações, observa-se que a presença da água foi determinante na ocupação do território, por razões funcionais, estratégicas, culturais

ou patrimoniais, destacando-se: os egípcios, que ocuparam as margens do rio Nilo; as civilizações dos caldeus, babilônios e assírios, localizadas ao longo dos rios Tigre e Eufrates; as cidades greco-romanas junto ao rio Tibre e à bacia do Mediterrâneo; as civilizações orientais próximas aos rios do Himalaia; as cidades medievais europeias, como Londres ao longo do Tâmis, Paris às margens do Sena e Viena ao longo do Danúbio (GORSKI, 2010).

Na América do Norte, o transporte pelos rios também foi indutor da ocupação às suas margens. Nos Estados Unidos, diversas aglomerações urbanas se constituíram próximo à costa marítima ou aos rios, por representarem eixos de deslocamento para novas regiões ribeirinhas (GORSKI, 2010).

Pela grande área do seu território, por suas condições geológicas e climáticas, o Brasil detém extensos rios e expressivo volume de água, o que explica a relação da sua população com os rios, similar às demais civilizações citadas (GORSKI, 2010). Reafirmando a importância da água, Rebouças (2004) comenta:

Grandes civilizações nasceram, floresceram e se desenvolveram onde havia muita água, enquanto outras pereceram ou decaíram quando o suprimento de água deixou de ser abundante. Muitas pessoas ainda se matam pela água lamacenta de um poço ou de um rio, muitas ainda adoram os deuses da chuva, rezando para que a mandem por ser ela a fonte da vida (REBOUÇAS, 2004, p.40).

Como resultado do desenvolvimento econômico e social, especialmente após a Revolução Industrial, o mundo vem se tornando urbano, com o deslocamento de moradores das áreas rurais para as cidades, que adquirem então maior importância, passando a ser o lugar das trocas, da aglomeração, onde se inserem novos hábitos, novas relações sociais, econômicas e políticas, que alteram significativamente o uso do território urbano. Valores estéticos, morais e sociais passam a se subordinar à economia de mercado e à sociedade de consumo.

No Brasil, o processo de urbanização vem ocorrendo de forma espontânea, desordenada, com ocupação de áreas indevidas, como encostas de morros e beiras de rios, que passam a fazer parte do cotidiano dos seus moradores e, conseqüentemente, sofrem com a degradação causada pela ação humana. A população urbana, que em 1950 representava 36% do total brasileiro, passou para 81% em 2000, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Durante o século XX, o uso do território das cidades, carente de

investimentos em infraestrutura que suportassem o novo contingente populacional, gerou impactos negativos ao meio ambiente e, conseqüentemente, à qualidade de vida urbana.

Nesse viés, constata-se que a concentração da população brasileira nas cidades representa uma significativa alteração da dinâmica do ambiente natural e um desafio a ser vencido por técnicos administrativos e planejadores (CAVALHEIRO, 1991, apud ROCHA, 2007).

2.1.1: O Rio como Vetor de Desenvolvimento

A relação que cada cidadão estabelece com o rio, no campo simbólico e na afetividade, difere cidades ribeirinhas, que possuem fortes laços com os cursos d'água, daquelas que apenas estão à beira do rio. De acordo com Trindade Júnior (2011),

Para além da localização, as cidades ribeirinhas também trazem consigo um conteúdo de fortes e múltiplas interações de sua população residente com o elemento hídrico que lhe está próximo. Nesse sentido, toda cidade ribeirinha é uma cidade beira-rio, mas nem toda cidade beira-rio é, necessariamente, ribeirinha (p. 9).

No Brasil, muitas são as cidades localizadas às margens de importantes rios. Pode-se identificar várias cidades ribeirinhas de grande porte que têm os rios como responsáveis por sua vitalidade e movimentação turística, alterando significativamente a economia local, como é o caso de Blumenau, Recife, Cuiabá, Manaus e Porto Alegre (GORSKI, 2010). A presença de um rio na paisagem urbana é estruturante, a partir das possibilidades de uso intrínsecas a ele. Importantes fontes de recursos e meios de circulação e de comunicação, os rios delimitam a configuração urbana, delineando o crescimento ao longo de suas margens, o que os caracterizam como vetores de desenvolvimento.

No entanto, o tratamento que tem sido dado aos rios tem demonstrado, ao invés da sua valorização como elemento enriquecedor de um espaço urbano, um descaso aliado ao mau uso desse bem tão precioso, onde o mesmo é percebido como um obstáculo ou receptor de despejos, estando a cada dia mais poluído.

Dessa forma, a paisagem urbana resulta das mudanças provocadas pelo homem no espaço físico ao longo do processo histórico. Neste sentido, Harvey (1980) entende que as cidades são compreendidas a partir da sua percepção como espaços relacionais, onde as relações são construídas ao longo dos tempos.

Concordando com essa visão, Lefebvre (2000) considera o espaço como um produto social, que traduz as contradições e diferentes realidades vividas pela sociedade, estando, portanto, atrelado ao tempo.

O arquiteto e urbanista Alexandre Delijaicov, em entrevista dada à revista *Arquitetura e Urbanismo*, em 2013, ressalta que na história das cidades, identifica-se três momentos fundamentais relativos à sua relação com a água. No período medieval, a densidade demográfica dos centros urbanos gerava um desconforto no saneamento e na saúde pública, quando os rios sofreram problemas de contaminação, passando a ser evitados. Em um segundo momento, ao final do século XVIII e no século XIX, com o advento do urbanismo sanitário, os rios passaram a ser vistos como elementos estruturadores das cidades, recebendo então melhorias e embelezamento de suas orlas, com criação de parques, bulevares e passeios públicos. Porém, nesse período também aconteceu um aumento da industrialização. Indústrias poluíram as águas dos rios, ao mesmo tempo em que surgiram as ferrovias e, a partir do século XX, o veículo, que demandou a construção de rodovias ao longo de suas margens. A visão mercantilista do solo urbano traz graves problemas à relação entre cidade e rios, por transformar o solo em mercadoria, com construções indevidas nos leitos dos cursos d'água e um urbanismo voltado para o automóvel e não para as pessoas (DELIJAICOV, 2013, apud SIQUEIRA, 2013).

Corroborando com essa idéia, Jane Jacobs, jornalista norte-americana, preocupou-se com os impactos que o planejamento urbano baseado no rodoviarismo e na especulação imobiliária ocasiona sobre as cidades. Para ela, o conhecimento sobre o funcionamento e as necessidades das cidades, cenário de vivências e de relações sociais distintas, é indispensável para se propor diretrizes coerentes. No seu trabalho, há uma crítica à função, uso e ocupação das construções e à infraestrutura que gera um crescimento urbano indiferente às necessidades de cunho social, não valorizando a escala humana. Nessa mesma linha, Lopes (2006) aponta:

Muito mais do que um espaço urbano fechado, recortado por ruas e avenidas, construído com blocos de concreto e lajes de aço... a dominar todas as paisagens, a cidade é um território de relações no qual cada cidadão/cidadã busca satisfazer suas necessidades e realizar seus quereres. [...]. É uma realidade viva, pulsante. Ela é composta e compõe uma rede de fluxos de pessoas, mercadorias, matérias... energias em constante movimento (p.5-6).

Constata-se então que o desenvolvimento, impulsionado pela presença do rio, resultou em danos ambientais, causados pela ação do homem, que vitimaram o próprio curso d'água

2.1.2: O Rio como Recurso Hídrico

Como fonte de vida, o rio fornece ao homem elementos essenciais para a sua sobrevivência. A água é um recurso finito, de valor econômico, associado à história do surgimento e desenvolvimento das cidades, portanto imprescindível ao homem. O Brasil, país rico em água, concentra cerca de 12% dos recursos hídricos do mundo (ANA, 2010). No entanto, a sua distribuição ocorre de forma extremamente desigual entre as suas regiões.

Além disso, muitos são os problemas em torno dos recursos hídricos, resultantes das relações do homem com o meio ambiente, variáveis de acordo com as classes sociais, a sua cultura e o seu modo de produção.

Antes das descobertas científicas, a terra e a natureza eram valorizadas como organismos vivos, geradores do sustento da vida. Contudo, o desenvolvimento da ciência e os avanços tecnológicos, especialmente com o advento da Revolução Industrial, geraram uma nova concepção – a de dominação do homem sobre a natureza. Em atendimento aos interesses da produção e, naturalmente, às classes dominantes, se inicia um processo de exploração ilimitada dos recursos naturais do planeta. Neste contexto, percebe-se mudanças expressivas na relação homem-natureza, decorrentes da nova organização da produção, da vida social e do espaço.

Um fator que chama a atenção é a carência de uma educação ambiental para grande parcela da população, que continua jogando lixo e esgotos nos rios, além do desperdício no trato de um bem tão precioso, a água. Azevedo (2007) alerta:

Estamos desperdiçando ou vendendo barato uma riqueza que pode, ainda, ser a grande esperança para uma nova história da América do Sul. A água se reafirma a cada dia como mercadoria internacional [...] Aqui no Brasil, nos portos das capitais da região norte, os mesmos navios que trazem bugigangas já saem lotados de água potável (apud TÂNGARI, 2007, p.253).

Como grande fonte poluidora dos cursos d'água no Brasil, o esgoto tem sido responsável por problemas ambientais, interferindo também na qualidade de vida e na saúde das pessoas, especialmente daquelas que vivem às suas margens. No texto de Severino Lessa, a seguir, é possível perceber a preocupação com a ocupação das margens fluviais, neste caso se mostrando apreensivo com a água potável e o abastecimento da cidade de Campos dos Goytacazes.

Os rios oferecem sempre nas suas margens ótimo lugar para núcleo das povoações: "são estradas que andam" fornecem água fartamente, além da pesca. Por isso, já na antiguidade os homens procuravam estabelecer-se à beira dos cursos d'água e quase todas as cidades importantes são atravessadas por um rio. E já desde então houve mau vezo de se lançar imundícies à água (LESSA, 1909, apud MAIA, 2003, p.12).

Frente ao contínuo uso do espaço urbano, muitas vezes de forma indevida, cabe refletir sobre a necessidade de harmonizar os rios ao ambiente em que se inserem sem causar danos à sua existência como importante recurso hídrico.

Na visão de Gorski (2010, p.53), o Brasil vivencia o problema da "ineficiência da gestão do desenvolvimento em geral e da água em particular, tanto por parte do Estado, das entidades públicas e privadas, como da sociedade civil, que carece de ética em relação ao padrão de consumo."

Nesse sentido, deve-se avaliar se o planejamento urbano assim como projetos arquitetônicos de edificações diversas tem considerado os tão importantes princípios de sustentabilidade ambiental, bem como a reintegração do rio com a paisagem, a cidade onde se inserem e a sua população.

O que se observa é que muitas cidades têm virado as costas para o rio, que passa a ser apenas um recurso, no sentido de fornecimento de água, fluxo de mercadorias e demais usos necessários. Porém, espaços de convivência são criados longe do rio, fazendo com que se perca a sociabilidade e a integração entre desenvolvimento local e elementos da paisagem.

2.1.3: O rio: o seu Significado e a sua Visibilidade na Paisagem Cultural Urbana

Lynch (1997) chama a atenção para a possível relação de prazer entre a cidade e o seu habitante. O rio, como elemento que compõe a paisagem, pode ser um indutor desse prazer:

Entre seus inúmeros papéis, a paisagem urbana também é algo a ser visto e lembrado, um conjunto de elementos do qual esperamos que nos dê prazer. [...] Olhar para as cidades pode dar um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama. Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção de grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo (p.1).

Ao se constituírem, as cidades tiveram o rio como elemento determinante e estes, naturalmente, se tornaram importantes atores na formação de paisagens urbanas e culturais, por tudo que podiam oferecer. Refletindo sobre o significado de paisagem, buscou-se algumas definições que ajudaram a entender a sua relevância para esse trabalho.

Segundo Costa e Gastal (2010), o conceito de paisagem surgiu nas artes plásticas, como um cenário decorativo, especialmente no período renascentista. Em meados do século XVIII, a paisagem passou a ser destaque nas pinturas, não representando, no entanto, maiores significados, mas apenas aspectos estéticos. Com o avanço dos transportes e a circulação de pessoas, estabelece-se então uma relação do homem com a natureza, pela sua proximidade.

Somente a partir dos anos 1970, a Geografia Cultural passa a enfatizar os aspectos referentes aos modos de vida e significados dos espaços, quando surge um novo conceito de paisagem.

Na visão de Santos (1994, p.61), “paisagem é o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. É o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica.” Para ele, a dimensão da paisagem está diretamente ligada à percepção, o que explica porque pessoas diferentes têm diferentes versões de um mesmo fato ou lugar. Santos acrescenta ainda que o valor dos objetos e da paisagem é dado pelo espaço, pela relação entre o sistema de objetos e o sistema de ações, ressaltando que:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 1997, p. 37).

Para Saraiva (2005, apud GORSKI, 2010), num determinado espaço físico, a paisagem é composta pelas relações entre homem e natureza. Sobre a relação do rio com a paisagem, a autora alerta quanto aos processos físicos e ecológicos e as variáveis espaciais e temporais que afetam o fluxo das águas, destacando também a importância da relação da sociedade com os sistemas fluviais. O tratamento dado ao curso d'água, de valorização ou deterioração interfere diretamente na dinâmica da paisagem local.

Nesta mesma linha, Costa (2006, p.12) alerta que “compreender o rio urbano como paisagem é também dar a ele um valor ambiental e cultural [...]. É reconhecer que rio urbano e cidade são paisagens mutantes e com destinos entrelaçados.” A partir desse entendimento, a autora conclui que “desenhar a paisagem a partir das águas dos rios que cruzam ou bordeiam a cidade é, portanto, um desafio e uma oportunidade privilegiada”.

Um espaço construído traz consigo significados, que são transmitidos pelos elementos que o constituem, caracterizando diferentes épocas e classes sociais. O território urbano é organizado e transformado pela sociedade a partir de suas vivências e significados. A análise dos objetos do cotidiano, da representação das paisagens e da construção das identidades culturais, faz-nos compreender a definição de cultura por Cosgrove e Jackson (2000, p.25): “cultura é o meio pelo qual as pessoas transformam o fenômeno cotidiano do mundo material num mundo de símbolos significativos, ao qual dão sentidos e atrelam valores”. A partir daí, justifica-se o uso do termo paisagem cultural urbana.

Neste viés, Corrêa (1995) afirma que o espaço adquire diferentes dimensões e formas, representando valores e significados especiais e distintos para os que nele vivem.

A paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na geografia humanista uma de suas matrizes. O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido (p.15).

O espaço é carregado de emotividade, onde relações sociais são vivenciadas, possibilitando que lugares comuns se transformem em locais especiais, que guardam lembranças que ficarão arquivadas na memória de quem por ali passou.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, a relação de emotividade com o rio é demonstrada pela obra de Moreira (1954), *O Menino e o Palacete*, baseada nas suas experiências. “Assim descobriu que do alto da balaustrada do terraço poderia ver o rio, de que não queria se afastar. Em suas margens nascera e vivia, ouvindo o ruído das águas passando por baixo da ponte da estrada de ferro [...]” (MOREIRA, 1954, p.26). Ao se referir ao Solar do Barão de Pirapitinga, prédio onde funcionou o Hotel Amazonas, no centro de Campos dos Goytacazes, o autor comenta: “Então cada coisa que se mudava, perdia-se para os outros, não para a memória. E sempre uma imagem antiga ficou sobrevivendo sobre a imagem recente, como êsses retratos de mocidade que conservam a beleza das pessoas amadas que o tempo e a dor desfiguraram” (MOREIRA, 1954, p.110). Observa-se aqui a emotividade e o significado que o referido espaço tem para quem o vivenciou.

De acordo com Bourdieu (2002), a leitura de uma paisagem pode se dar a partir dos elementos que nela se inserem, que remetem a um tempo e aos grupos sociais que participaram da sua constituição, tornando-os, naturalmente, representações simbólicas, o que demonstra que a produção da paisagem está relacionada às vivências e às dinâmicas locais, associadas às suas experiências com outros lugares.

Maia (2003) destaca que o conhecimento se dá através da experiência dos sentidos, das sensações experimentadas pelo homem, entendendo que o rio Paraíba do Sul, na cidade de Campos dos Goytacazes, de grande expressividade para a sua geração e as anteriores, perdeu o seu significado por não ser mais “sentido” pelas novas gerações, tornando-se, no século XX, um simples divisor de espaços entre diferentes grupos sociais formados pelos habitantes da área central e pelos que ocupavam a periferia, na orla esquerda do rio, menos privilegiada.

Não havendo possibilidade de experimentar suas águas, o rio perdeu o elo afetivo com os piraquaras¹ mais jovens que poderiam conservá-lo ou transformá-lo em cenário constante de prazer e de qualidade de vida. Tornou-se o rio da minha infância um rio do descaso, do desprezo. Passou a ser despercebido por gerações que não desfrutaram das sensações prazerosas que os banhos de rio, os jogos de vôlei, as peladas nas areias

¹ Nome tupi que significa pescaria, aplicado aos habitantes das margens do Paraíba do Sul.

de suas margens, por ocasião das secas nos meses de julho a setembro, ofereciam-me e a todos os adolescentes e adultos, indiscriminada e democraticamente, como condiz a uma bela paisagem natural, diferentemente das belezas construídas pelos homens, quase sempre excludentes e seletivas (MAIA, 2003, p. 10).

Neste sentido, ressalta-se a importância de identificar as relações entre o rio e o contexto sócio-histórico onde está inserido. Pode-se perceber que tais relações não se dão sem conflitos. Situações de risco, como ocupação indevida de margens por habitações irregulares, águas transformadas em coletores de lixo e esgoto doméstico e industrial geram danos ambientais muitas vezes irreversíveis. Também as enchentes periódicas são resultado de relações conflituosas entre a natureza e o uso dado a ela, reflexo da cultura local. Ainda neste contexto, os problemas que se apresentam na esfera da regeneração ambiental de cidades apontam conflitos de interesses de grupos sociais distintos.

2.1.4: O Rio e as Práticas Sociais: a sua Relação com a Identidade Local

Ao ressaltar a relação da cidade com o homem que nela vive, Argan (2005) chama a atenção para a dimensão da existência como norteadora dos espaços: "(...) Mas a cidade – dizia Marsílio Ficino – não é feita de pedras, é feita de homens. Não é a dimensão de uma função, é a dimensão da existência (...). O papel desempenhado pelas imagens ambientais, entendido a partir da vivência e das práticas sociais do seu habitante ou frequentador, reflete a identidade local. Lynch (1997) exalta a importância da imagem que cada morador faz de sua cidade, ou de alguma parte dela, impregnada de valores, lembranças e significados. Para ele, as pessoas e as atividades que elas exercem são tão importantes quanto a estrutura física de uma cidade. O crescimento do espaço urbano se dá continuamente, numa sucessão de fases. Porém, a necessidade de reconhecer os ambientes do passado tem grande relevância prática e emocional para o cidadão, por representar a identidade do local.

É bem verdade que precisamos de um ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico. Ele deve falar dos indivíduos e de sua complexa sociedade, de suas aspirações e suas tradições históricas, do cenário natural, dos complexos movimentos e funções do mundo urbano. Mas a clareza da estrutura e a expressividade da identidade são os primeiros passos para o desenvolvimento de símbolos

fortes. Ao aparecer como um lugar admirável e bem interligado, a cidade poderia oferecer uma base para o agrupamento e a organização de tais significados e associações. Em si mesmo, esse sentido de lugar realça todas as atividades humanas que aí se desenvolvem e estimula o depósito de um traço de memória (LYNCH, 1997, p. 134).

Corroborando com as idéias de Lynch, Burke (2004) ressalta que as imagens não representam apenas reflexos de suas épocas e lugares, mas também extensões dos contextos sociais, econômicos e culturais em que foram produzidas. Junto a textos literários e testemunhos orais, elas constituem-se numa importante forma de evidência histórica.

A valorização do passado, percebida nos dias atuais por ações de intervenções em prédios e/ou áreas de valor histórico e cultural, vem reafirmando a importância da revitalização das raízes históricas como forma de preservar a identidade dos lugares. Os símbolos, naturais ou construídos, são transmitidos às gerações que se sucedem, e estas, por sua vez, agregam novos significados a eles, de acordo a sua representatividade ou com os seus interesses, sensibilidades, desejos.

Para o arquiteto e urbanista Jaime Lerner, ex prefeito de Curitiba e ex governador do Paraná, em entrevista dada à revista Carta Capital (2014, p.81), “o rio é que aproxima o cidadão de sua cidade”, o que o leva a opinar que todo cidadão deveria adotar um curso d’água, por representar “uma referência fundamental do retrato de família que é uma cidade.” Ele chama a atenção para a qualidade de vida que um rio pode proporcionar, lamentando, porém, o fato de as cidades estarem escondendo-o ou dando as costas para eles, “como se fossem entidades indesejáveis.” Cita a corajosa iniciativa de Seul ao derrubar elevados e transformá-los em bulevares fluviais com calçadões de pedestres. E, ao levantar a questão: “o que seria de Londres sem o Tâmis, Roma sem o Tibre, Paris sem o Sena, Viena e Budapeste sem o Danúbio?” nos chama a uma reflexão: existiria a cidade de Campos dos Goytacazes sem o Paraíba do Sul? (CARTA CAPITAL, 2014, p.81).

Cidades que se voltam para o rio, tirando proveito dele, como elemento constituinte do ambiente e da cultura local, são exemplos que chamam a atenção, pela relação diferenciada da sua população com o curso d’água, que resulta em melhor qualidade ambiental e, conseqüentemente, maior qualidade de vida urbana.

3: CIDADES QUE SE VOLTAM PARA O RIO

O conhecimento da história de um lugar, dos seus usos e potencialidades, é essencial para que se possa propor uma nova relação social com as paisagens fluviais urbanas que, de alguma forma, se afastaram do contato com a população. Entender o papel do rio na constituição de uma cidade e, dessa forma, reconhecer o seu valor na sua morfologia, representa um importante passo para que se estabeleçam novas relações.

Todos reconhecem a relevância da água no desenho da paisagem e o sentido diferenciado que esse elemento pode proporcionar a um espaço. Portanto, propostas projetuais que consideram essa peculiaridade se destacam, demonstrando que a presença de um rio representa um privilégio aos habitantes da cidade. Pode-se notar que a utilização dos cursos d'água, para prática de atividades esportivas ou navegação turística, e das suas orlas, como espaços de contemplação e lazer, induz a uma significativa melhoria ambiental urbana.

Nesse sentido, este capítulo apresenta alguns exemplos de cidades que restauraram a sua relação com os rios, alcançando, a partir daí, grande avanço na sua qualidade de vida, aliada à melhoria das suas condições ambientais.

3.1 REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A poluição nos rios demonstra a dificuldade da população de estabelecer uma convivência saudável com a água. Lançamentos sem controle de efluentes domésticos e industriais nos rios e a falta de planejamento e/ou gestão dos recursos

hídricos representam sérios problemas a serem enfrentados na busca de reversão desse quadro.

No entanto, despoluir rios é possível. Ações resultantes de políticas públicas que se voltem à recuperação de matas ciliares perdidas, reordenamento do uso e ocupação do solo às margens de um curso d'água, revisão e adequação da infraestrutura existente, propostas de um urbanismo que valorize espaços de lazer e convivência, podem representar a reapropriação de um espaço urbano e, assim, modificar significativamente a característica de um lugar, estimulando, inclusive, atividades turísticas.

Como afirma Costa (2006), os rios, espaços livres de edificação, representam grandes oportunidades para a fruição da paisagem urbana. Uma intervenção que possibilite um maior contato da população com as margens do rio, de modo a valorizá-las, ressaltando a visibilidade da água pode representar uma reapropriação do espaço urbano por seu habitante. O simples fato de caminhar ao longo do rio, por exemplo, e ter acesso físico à água é um fator determinante no índice de qualidade de vida. A presença de um rio e a possibilidade de atravessá-lo para a outra margem pode se tornar agradável se pontes forem usadas também como terraços que permitem a contemplação da paisagem urbana (COSTA, 2006).

Portanto, reconhecer o potencial cultural da paisagem de um rio torna-se determinante na definição de diretrizes capazes de alterar a dinâmica urbana, de forma a proporcionar à população um convívio saudável com as estruturas naturais, em que o rio seja percebido, não apenas como fonte de recursos, mas também e, principalmente, por seu valor simbólico e sua relação com a identidade local.

Atualmente, é possível identificar movimentos mundiais em busca de uma nova forma de relação entre o homem e o meio ambiente, que contemple o respeito aos elementos naturais inseridos no meio urbano. Neste contexto, se inserem propostas e implementação de projetos de reconciliação dos rios com as cidades e sua população. É comum hoje vermos notícias sobre despoluição de cursos d'água, obras de parques lineares, remoção de habitantes de áreas ambientalmente fragilizadas, o que demonstra um processo de conscientização e um novo olhar sobre o ambiente urbano.

Com o objetivo de reafirmar a importância da reapropriação do espaço urbano que se deteriorou pelo mau uso, chamando a atenção para as possibilidades de reintegração de um rio com o meio urbano que o contempla, esse estudo apresenta

alguns referenciais projetuais, que podem ser considerados como parâmetros de intervenções bem sucedidas.

3.2: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Os problemas ambientais gerados pela degradação dos recursos hídricos têm resultado em iniciativas que buscam a reinserção dos rios e córregos nas paisagens urbanas, recuperando a sua memória e identidade. Países como Coréia do Sul, França, Eslovênia, Estados Unidos e Canadá, dentre outros, vem desenvolvendo projetos e ações nesse sentido, sempre com o envolvimento da população no seu planejamento e gestão.

Na Europa, no final dos anos 1990, foi criado o *European Centre for River Restoration-ECRR*², com o objetivo de compartilhar conhecimentos, métodos e técnicas para a recuperação de rios. A partir dessa ação, pretende-se facilitar o cumprimento das metas da política de recursos hídricos traçadas pela União Européia, que contemplam a melhoria da qualidade das águas de superfície através de medidas de conservação e reabilitação das redes hidrográficas e das suas margens. As intervenções propõem um caráter multidisciplinar, apresentando um novo paradigma que supere a visão sanitaria utilizada por décadas nos planos de urbanização, trazendo como princípio a transformação da relação do homem e da cidade com o rio. Muitas vezes, mudanças de uso do solo urbano e de atividades econômicas são consideradas nas intervenções, criando-se espaços públicos que atendam à demanda da população (SANCHES; JACOBI, 2012).

No continente americano, a ameaça de escassez de recursos, seguida do aumento da poluição do ar e das águas dos rios, resultantes do crescimento urbano, geraram ações de planejamento e gestão dos recursos hídricos, a partir da tomada de consciência da necessidade de transformar o quadro que se apresentava. Gorski (2010) relata que na década de 1960 a população se manifestou contrária à construção de eixos viários rompendo os centros urbanos e, no final do século XIX, o país vivenciou um movimento de recuperação dos seus rios, surgindo então organizações que até hoje atuam na prevenção de inundações e conservação do solo. Como resultado de ações implementadas, rios e córregos se tornaram

² O ECn RR é uma rede européia que conecta pessoas e organizações que trabalham com recuperação de rios.

apropriados para pesca, reduziu-se o volume de esgoto não tratado despejado nos rios e de efluentes poluentes originados por indústrias, além de se eliminar a carga de poluentes tóxicos.

Essa experiência americana e a legislação referente ao ecodesenvolvimento foram utilizadas por outros países, como o Canadá, ao recuperar o delta do rio Don.

As intervenções apresentadas a seguir demonstram os benefícios alcançados, pela população e pela cidade, nos aspectos ambientais, urbanísticos, culturais, turísticos e econômicos, a partir de novas posturas adotadas.

3.2.1: Recuperação das margens do Rio Rhône, Lyon (França)

A cidade de Lyon, na França, é apontada como um bom exemplo de renovação urbana, social e cultural de seus espaços urbanos, representando uma tendência de substituição do automóvel como meio de transporte prioritário.

Em 2003, foi promovido um concurso de idéias para o desenvolvimento de um trecho de 5 km na margem esquerda do Rio Rhône, importante rio europeu, com o objetivo de criar novas áreas de convivência, circulação e lazer, que pudessem proporcionar um maior contato entre os cidadãos e o rio. As idéias deveriam atender às demandas apresentadas, incentivando o uso de meios de locomoção mais sustentáveis, como transporte público e bicicleta, além de considerar a possibilidade de se caminhar com qualidade. Grandes áreas de estacionamento na orla do rio, que dominavam a paisagem ribeirinha, foram deslocadas para edifícios construídos para esse fim, dando lugar a áreas de lazer para as pessoas, com ciclovias e parques (Figura 2). Após a etapa do concurso, foram feitas consultas à população, para se conhecer as expectativas e demandas do usuário da região (SIQUEIRA, 2013).



Figura 2: Margens do rio Rhône - Lyon
Fonte: Siqueira (2013).

Com a intervenção feita, a cota inferior, próxima à água do rio, passou a dar acesso apenas a pedestres e veículos não motorizados, excetuando apenas carros de emergência e manutenção. Na cota superior, as calçadas para pedestres se localizam na faixa mais próxima ao rio, enquanto o tráfego de veículos se dá naquela que fica mais perto dos prédios. Escadas e elevadores fazem a conexão entre esses dois níveis. Também foram construídos pequenos postos de saúde e pontos de informação e aluguel de bicicletas.

Ao norte da área fica a parte menos urbanizada do parque, com áreas que preservam a fauna e a flora ribeirinhas (Figura 3). Na região mais central, podem ser vistos barcos atracados, utilizados como cafés, restaurantes e casas noturnas (Figura 4).



Figura 3: Trecho de intervenção que considera áreas para fauna e flora ribeirinhas
Fonte: Siqueira (2013).



Figura 4: Trecho de intervenção que considera barcos atracados para diversificação de usos
Fonte: Siqueira (2013).

Como ponto forte do projeto, destaca-se a intervenção junto à Pont de la Guillotière, onde se instalou mais de 300 metros de arquibancadas, ocupando uma área antes inacessível à população (Figura 5). Nos extremos da área de intervenção, foram construídos deques de madeira, que possibilitam a pesca e outras atividades relacionadas à água. O centro histórico de Lyon, com alguns edifícios notáveis, o rio Rhône e as suas margens renovadas compõem a paisagem local.



Figura 5: Arquibancada na margem do Rio Rhône – Lyon
Fonte: Siqueira (2013).

O projeto possibilitou novas articulações espaciais, ao facilitar a circulação de pedestres e ciclistas em escala territorial, atendendo também às demandas das vizinhanças. O parque construído se encontra hoje enraizado na vida da população

local, demonstrando o sucesso da iniciativa e servindo como incentivo para outras cidades francesas se transformarem. Projetos similares estão sendo desenvolvidos em Paris, Bordeaux, Toulouse e Nantes (SIQUEIRA, 2013).

2.2.2: Recuperação das margens do Rio Ljubljanica (Eslovênia)

Ljubljana, capital e maior cidade da Eslovênia, com 220.000 habitantes, é cortada, em seu centro urbano, pelo rio Ljubljanica, que passou por quatro grandes ações artificiais ao longo do tempo, sendo duas de engenharia: a construção do Canal Gruberdata, para diminuir a vazão do rio no trecho central da cidade e a sua canalização, com construção de muros de concreto armado, com o objetivo de estancar as inundações. A obra incluiu a construção de pontes, porém, apesar de livrar as ruas das inconvenientes cheias, trouxe um ponto negativo: o contato direto dos cidadãos com a água foi abolido.

Nas décadas de 1930 e 1940, aconteceu a terceira intervenção sobre as margens do rio, com a implantação de edifícios e espaços públicos no centro de Ljubljana (Figura 6), quando se buscou melhor integração entre o ambiente urbano e o fluvial, entendendo o papel do rio como estruturador dos espaços públicos da cidade. Também foram introduzidos passeios públicos e pontes ao longo do rio e, em alguns pontos, suaves escadarias arborizadas substituíram as bordas de concreto armado.



Figura 6: Centro de Liubliana, com a Ponte Tripla atravessando o rio Ljubljanica
Fonte: Albúm de Viajens (2013).

Após décadas sem novas intervenções, as margens do Ljubljanica foram perdendo o seu papel de espaço público valorizado, se subordinando ao tráfego de veículos, o que, junto ao declínio das atividades econômicas, trouxe um cenário negativo ao centro da cidade. Nesse contexto, iniciou-se o quarto movimento sobre as margens do Rio Ljubljanica, com um conjunto de intervenções que vêm acontecendo desde 2004.

O projeto de revitalização das margens do rio, ao longo de 2 km, totaliza 65 mil m², tendo como objetivo a redução do tráfego de veículos e a revitalização do centro histórico, atraindo a vida social ao ar livre e potencializando, assim, a atividade econômica local. Para isso, a prefeitura realizou concursos de arquitetura, selecionando sete escritórios para projetar praças, espaços lindeiros, passarelas, piers e pavilhões. Ao longo do rio foram construídas pontes para pedestres e ciclistas, para criar novas conexões. As margens do rio também receberam novos espaços públicos e passeios, onde antes se dava preferência aos automóveis (Figura 7).



Figura 7: Margens do rio Ljubljanica, após intervenção
Fonte: Siqueira (2013).

Importante destacar que a intervenção ao longo do rio Ljubljanica contribuiu para a qualidade de vida da população da Eslovênia, a partir da criação de áreas que propiciam o descanso e a contemplação da paisagem, compostas por pavilhões para encontros, piers e pontes para pedestres, com bancos. A mudança provocada por tais obras trouxe também uma nova dinâmica à economia local, onde mais pessoas circulam e novas atividades ao ar livre acontecem, como feiras, competições esportivas e eventos diversos (SIQUEIRA, 2013).

2.2.3: O Rio Tâmis: Londres (Inglaterra)

O rio Tâmis, em Londres, é definido por Mann (1973) como o rio da arte, arquitetura e história (Figura 8). É também considerado o “coração da vida londrina”, por onde transitam, diariamente, milhares de pessoas, moradores e turistas, que têm a oportunidade de usufruir de tão bela paisagem.

Porém, ele já foi considerado o rio mais poluído do mundo. A instalação de fábricas ao longo de suas margens, pós Revolução Industrial, trouxe grandes danos a esse rio, cujas águas recebiam grande quantidade de esgoto, causando problemas à saúde pública, por ser a principal fonte de água potável de Londres.



Figura 8: Vista do rio Tâmis e da cidade de Londres, às suas margens
Fonte: Elaborado pelo Autor (2013).

Hough (1995) considera a reabilitação do rio Tâmis, em Londres, como um dos exemplos mais interessantes de uma intervenção em que parecia ser impossível recuperar a saúde do rio.

O processo de despoluição do Tâmis iniciou-se em 1856 e, após décadas, o rio ainda continuou a ser um esgoto a céu aberto até se encontrar uma solução (SPIRN, 1995). A partir de 1963, o combate à contaminação das águas por parte das autoridades teve sucesso e, na década de 1980, o rio, que era considerado morto, voltou a abrigar várias espécies de peixes. Atualmente, o governo britânico propaga que o Tâmis é o mais limpo de todos os rios que passam por uma metrópole, o que simboliza uma mudança de atitude de uma potência mundial em relação ao uso da água (PORAH, 2004).

Também as inundações que ocorriam no baixo curso do rio e afetavam o centro de Londres, foram evitadas, com a construção de um sistema de comportas para regular o fluxo das marés, que passou a funcionar a partir de 1982. Após a execução de sucessivas obras públicas, o rio teve a navegabilidade recuperada e, no final do século XX, o transporte de mercadorias se limitava à porção do rio que fica abaixo da Torre de Londres, enquanto a navegação turística e de lazer percorria seu médio curso (PORAH, 2004).

A recuperação do rio Tâmis resgatou a compreensão da sua importância como elemento vital para a cidade de Londres, ao se adotar diretrizes políticas que criaram espaços públicos capazes de proporcionar um contato prazeroso do homem com o curso d'água, através de áreas de contemplação e recreação, que contempla passeios bastante agradáveis em embarcações turísticas (Figuras 9 e 10).



Figura 9: Tower Bridge sobre o Rio Tâmis
Fonte: Elaborado pelo Autor (2013).



Figura 10: Vista do Rio Tâmis, pela Tower Bridge
Fonte: Elaborado pelo Autor (2013).

Outro ponto interessante a se observar é a inserção de novos edifícios, modernos, na paisagem ao longo do Tâmis, mantendo, no entanto, as edificações históricas, que fazem parte da história do lugar.

2.2.4: O Plano de recuperação do Rio Don: Toronto (Canadá)

A bacia do rio Don tem área aproximada de 360 km² e o seu rio percorre 38 km de extensão da região de Toronto, no Canadá (Figura 11), tendo tido grande influência sobre o processo de seu crescimento urbano, desde a colonização da

região, pelo aproveitamento de seu potencial energético e de mineração e pela utilização de suas matas ciliares para exploração de madeira (GORSKI, 2010).

Entretanto, pelas constantes enchentes que causava (Figura 12), o rio Don era visto como uma ameaça aos moradores e um obstáculo à expansão da cidade, o que se acentuou, de acordo com Gorski (2010), a partir da segunda metade do século XIX, com a urbanização e crescente ocupação de suas margens, acarretando um processo de degradação ambiental de sua bacia hidrográfica.



Figura 11: Vista do Vale do Baixo Don, com a vista de Toronto ao fundo.
Fonte: Gorski (2010, p.134).



Figura 12: Inundação do rio Don, em 1920.
Fonte: Gorski (2010, p.13).

Pelas intervenções recebidas, como canalização ou retificação de parte de seu curso d'água (Figura 13), substituição de sua vegetação lindeira por vias expressas e ferrovias, o rio teve o seu ciclo hidrológico alterado, passando a ser inacessível a pedestres e ciclistas. Em alguns bairros, perdeu-se totalmente o contato da população com o vale e, dessa forma, aliado à poluição de suas águas, os seus valores naturais foram ignorados por aproximadamente duzentos anos (HOUGH, 1995, apud PORATH, 2004).



Figura 13: Projeção do curso original do Rio Don sobre trecho retificado.
Fonte: Hough (1995 apud PORATH, 2004, p.41)

Na busca de reverter esse quadro, em 1990, a sociedade civil e organizações não governamentais (ONGs) se mobilizaram em prol da recuperação da qualidade ambiental e estética do rio Don e, a partir daí, iniciou-se o processo chamado de *Bring Back the Don*, objetivando a recuperação total da bacia hidrográfica e a retomada de contato da população com o rio. O poder público, nas instâncias federal, estadual e municipal, aderiu ao Plano, adotando medidas para a recuperação do delta do rio Don, onde ele se encontra com o lago Ontário, além de revitalização da área portuária e construção de banhados, trilhas, pistas de caminhada e parques lineares (GORSKI, 2010).

Gorski (2010, p.136) relata que “esse programa pretendia estabelecer uma nova visão do planejamento urbano integrado a elementos da paisagem e do ambiente. A meta principal [...] era possibilitar um futuro mais saudável a partir da melhoria do rio.” Os objetivos principais eram: proteger o patrimônio ambiental existente; estabelecer a diversidade ecológica do rio; promover sua integração ao tecido urbano; requalificar o patrimônio histórico e cultural; regenerar o que estivesse degradado; assumir a responsabilidade pelo rio, abrangendo desde a sua dimensão natural ao aspecto social.

Importante destacar que as propostas de recuperação do Don se basearam em ações interrelacionais, traduzidas em desenhos e políticas voltadas ao futuro, com o objetivo de resgatar o vale e o rio para a cidade e restabelecer sua saúde e diversidade. O planejamento e o financiamento compartilhados, entre poder público, iniciativa privada e sociedade, através de um processo participativo, têm trazido resultados satisfatórios, no sentido de envolver toda a população, não só na divisão de tarefas, mas também corroborando para mudanças nos hábitos de vida, que trazem benefícios ambientais (GORSKI, 2010).

Dentre as intervenções realizadas, destacam-se o reflorestamento de alguns parques vazios da cidade, construção de pontes para ligar parques situados em cada margem, escadas de acesso ao rio e um percurso de 8 km de trilhas para bicicletas, acompanhando o traçado do rio (Figura 14), demonstrando que as propostas contemplaram não só aspectos ambientais, mas também socioeconômicos (PORAH, 2004).



Figura 14: Trilhas às margens do Rio Don
Fonte: Hough (1995 apud PORATH, 2004, p.42).

Concordando com a visão de Hough (1995 apud PORATH, 2004, p.42) de que “a restauração do Rio Don mostra que os problemas de contaminação da água se resolvem melhor quando formam parte de uma estratégia integrada de desenho, que combine biologia e tecnologia, interesses sociais e econômicos”, entende-se que essa parece ser a maneira mais acertada de se proceder uma intervenção.

3.3: EXPERIÊNCIAS NACIONAIS

No Brasil, é evidente a falta de investimentos voltados para recuperação de áreas degradadas, o que resulta no quadro atual das suas cidades, que vivenciam sérios problemas ambientais, especialmente relativos aos cursos d’água. No entanto, como destaca Gorski (2010, p.178), “os entraves quanto à gestão de recursos hídricos no Brasil não residem na carência de aparato legal e institucional, estando mais relacionados ao descaso de administrações municipais e à omissão do poder público.” Nesse sentido, cabe a compreensão da legislação brasileira que atua sobre os cursos d’água, orientando as possíveis intervenções.

Importante instrumento neste contexto, o Código das Águas, Decreto nº 10.643, sancionado em 1934, trata da exploração dos recursos hídricos, dispondo,

em seu artigo 109, que "a ninguém é lícito conspurcar ou contaminar as águas que não consome, com prejuízo de terceiros". Também estabelece, no § 2º do art. 36, que "o uso comum das águas pode ser gratuito ou retribuído, conforme as leis e regulamentos da circunscrição administrativa a que pertencerem".

Além de prever a cobrança do uso dos recursos hídricos públicos, enuncia o princípio poluidor-pagador, determinando, em seu artigo 110, que "os trabalhos para a salubridade das águas serão executados à custa dos infratores, que, além da responsabilidade criminal, se houver, responderão pelas perdas e danos que causarem e pelas multas que lhes forem impostas nos regulamentos administrativos".

Sobre o aproveitamento das águas públicas, o Código assegura "o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de água para as primeiras necessidades de vida" (art. 34) e permite "a todos usar de quaisquer águas públicas conformando-se com os regulamentos administrativos" (art. 36, "caput").

Em 1965, a Lei Federal nº 4.771 instituiu o Código Florestal, que estabeleceu um padrão de proteção dos cursos d'água, delimitando Áreas de Preservação Permanente (APPs) e faixas de preservação da cobertura vegetal ao longo das margens dos corpos d'água.

Em 1986, a Lei Federal nº 7.511 ampliou as faixas de proteção de 5m, que era exigida no Código Florestal, para 30m e, em 1989 a Lei Federal nº 7.803 determinou a aplicação do citado código às áreas urbanas. A partir de 2001, foi estabelecido pela Medida Provisória MP 2.166/2001 que as áreas protegidas deveriam receber cobertura vegetal.

No que se refere às Áreas de Preservação Permanente, também a Lei Federal nº 6.766/1979, Lei de Parcelamento do Solo, determina, em seu Art. 4º, que ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa *non aedificandi* de quinze metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica (BRASIL, 1979).

Também a Constituição Federal de 1988 dispõe sobre os recursos hídricos, considerando de domínio público todas as águas, preceituando que quando os rios extrapolam um ou mais estados, ou o território nacional, são considerados de domínio da União e, quando estiverem no território estadual, estão sob domínio do estado. Os municípios não têm domínio sobre os seus rios. Porém, a Constituição

Federal dedica um capítulo à política municipal, onde estabelece ao município a competência de planejar e gerir o uso do solo, definindo os possíveis usos e ocupações ao longo dos cursos d'água. Corroborando com essa meta, o Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição e apresenta instrumentos de planejamento e gestão urbana para os municípios, que devem fazê-lo de forma participativa.

Outra legislação importante no sentido de proteção às águas é a Lei nº 9.433, de 1997, Lei das Águas, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Dentre os seus fundamentos e diretrizes, destaca-se a gestão dos recursos hídricos com participação do Poder Público, usuários e comunidades, proporcionando o uso múltiplo das águas e a sua integração com a gestão ambiental e a gestão do uso do solo.

Em 2012 foi sancionada a Lei nº 12.727, que instituiu o Novo Código Florestal Brasileiro, apresentando como objetivo o desenvolvimento sustentável e estabelecendo como princípios, em seu Art. 1º, parágrafo único:

I - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras; V - fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa (BRASIL, 2012).

Inseridas no artigo 2º do Código Florestal, as margens dos rios são consideradas APPs, segundo parâmetros determinados de acordo com as larguras dos corpos d'água.

As recomendações são aplicáveis em áreas rurais ou urbanas do território nacional, sendo aconselhável, nas áreas urbanas, a observação dos Planos Diretores Municipais e leis de uso e ocupação do solo, que devem respeitar os princípios e limites indicados na lei federal.

Em seu artigo 4º, o Código Florestal determina que as Áreas de Preservação Permanente só poderão ser desmatadas em caso de utilidade pública ou interesse social, quando for necessário implantar algum projeto em que não haja possibilidade de escolha de outra área, com prévia autorização por parte do poder público, e mediante medidas mitigadoras e compensatórias (BRASIL, 1965).

Considerando a legislação vigente no país, algumas poucas cidades brasileiras implementaram ações para requalificação de áreas ribeirinhas que se encontravam degradadas, apontando para uma possível (re)conciliação com os seus rios ou mares. Dentre elas, a cidade de Piracicaba, em São Paulo, que, após anos vivenciando uma relação de desprezo, reviu essa posição, passando a se voltar para o rio.

Inspiradas em experiências internacionais, cidades como o Rio de Janeiro, impulsionado pelos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016, vem também recuperando suas áreas degradadas ao longo da Baía de Guanabara. No entanto, não é essa a visão que interessa apontar nesta pesquisa, pelo entendimento de que está voltada para a face mercantilista, em que a cidade se mostra como mercadoria, superando o objetivo de integração do curso d'água com o cidadão local.

3.3.1: O Projeto Beira-Rio: Piracicaba, São Paulo (Brasil)

Piracicaba é uma cidade de porte médio, que nasceu às margens do rio de mesmo nome, com o qual mantém uma forte ligação. O rio Piracicaba, com extensão aproximada de 100 km, nasce em Americana e abrange uma área de 11.320 km², como demonstrado na figura 15 a seguir (GORSKI, 2010, p.188). A sua bacia é um dos mais importantes tributários do principal rio do estado de São Paulo, o Tietê.

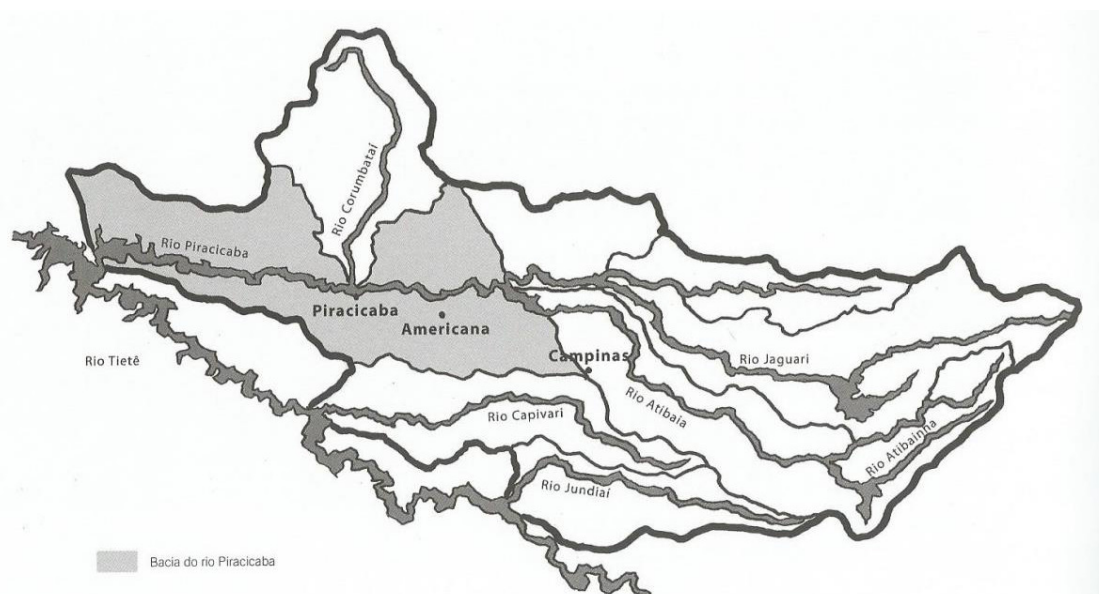


Figura 15: Bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.
Fonte: Gorski (2010)

Por sua posição geográfica privilegiada no continente sul-americano, servindo de apoio às embarcações que desciam do Tietê e como ponto de cruzamento de rotas terrestres e fluviais, que ligavam o litoral brasileiro ao Paraguai, a cidade de Piracicaba cresceu e, a partir da industrialização, passou a valorizar o sistema viário, voltando as costas para os rios. Com a construção do Sistema Cantareira, para abastecimento e transposição das águas da bacia do Piracicaba para o Tietê, o rio teve o seu fluxo alterado, o que, aliado ao despejo de esgoto no seu curso, resultou em poluição e danos à sua cadeia ecológica (GORSKI, 2010).

Com o intuito de rever a relação entre a orla urbana e a cidade, a partir do reconhecimento da importância cultural do rio para a população, a Prefeitura do Município de Piracicaba criou um programa de requalificação ambiental e urbanística, o Projeto Beira-Rio, iniciado em 2001 e considerado exemplo pioneiro de recuperação de um rio urbano no Brasil (GORSKI, 2010).

O Projeto teve a participação da sociedade civil, que trabalhou junto a equipes técnicas na elaboração de propostas que visavam: “recuperar a qualidade da água; preservar o cinturão meândrico; reestruturar o tecido urbano; incentivar o rio como caminho; conservar a paisagem; conectar o cidadão ao rio” (GORSKI, 2010, p. 194).

Dentre as intervenções realizadas, foram contempladas reformas de algumas casas na orla e demolição de outras, remoção das palafitas de restaurantes que

havam se apropriado da orla, construção de um deque com acesso a toda a população, implementação de trilhas junto à faixa de inundação, de modo a proporcionar o percurso a pé de forma agradável, construção de comportas ao longo do rio e de coletor de esgoto, recomposição de vegetação ciliar, resultando em significativa alteração, não apenas na paisagem local, mas também na qualidade ambiental e na relação cidadão/rio (Figuras 16 e 17).



Figura 16: Via de pedestres com piso drenante, em área lindeira ao jeito do Rio Piracicaba.
Fonte: Gorski (2010, p.199).



Figura 17: Vista da Rua do Porto, com acessos à margem do rio Piracicaba.
Fonte: Gorski (2010, p.201).

A primeira etapa da intervenção promoveu a requalificação da Rua do Porto, área de grande valor histórico para Piracicaba, remetendo à importância da pesca na região.

3.3.2: A Orla de Belém - Pará (Brasil)

Belém, capital do estado do Pará, fundada no século XVII, sempre teve as suas atividades relacionadas com o rio Guamá e a baía Guajará que cercam a cidade e se apresentam como elementos importantes na delimitação de seus espaços urbanos, sendo, portanto, portadores de expressivo significado histórico. No processo de urbanização, novas formas de uso do solo provocaram alterações na ocupação do território e, a partir daí, a orla de Belém recebeu diques de contenção, assentamentos, trapiches e portos, por onde circulavam pessoas, bens e mercadorias, com destaque para a borracha, cuja atividade de exploração se dava nessa capital (PONTE, 2004).

Porém, a crise econômica do país, junto à redução de investimentos, afetou também Belém, que passou a retratar desigualdades socioespaciais em seu território, com ocupação irregular de terras periféricas e esvaziamento do centro antigo da cidade, com consequente degradação física desse espaço. Ao mesmo tempo, a substituição dos meios de transportes aquáticos por rodoviários gerou a ociosidade dos espaços portuários. Além disso, construções como fábricas e galpões na orla obstruíram o contato visual do morador com o rio, o que os distanciava.

Diante dessa situação, dentro do discurso desenvolvimentista e na busca de resgatar o rio à população, a cidade de Belém recebeu então projetos de intervenção voltados para a orla fluvial e o centro antigo, desenvolvidos pelos governos estadual e municipal, dentre os quais apresentam-se a seguir.

3.3.2.1: Projeto Ver-o-Rio

Conhecido também como "Uma janela para o Rio", o projeto, que utilizou uma área de cinco mil metros quadrados de frente para a baía do Guajará, se preocupou com a praticidade no uso do espaço urbano, aliada à possibilidade de contemplação

da paisagem (Figura 18). O Complexo Turístico Ver-o-Rio oferece comidas típicas, shows musicais, cultura, em uma espécie de praça pública, além de pedalinhos nas águas do rio, sendo considerado um dos melhores locais de lazer em família da capital paraense. Um restaurante funciona dentro de uma balsa, ancorada no complexo, levando à sensação de se estar em alto mar.



Figura 18: Complexo Turístico Ver-o-Rio, Belém
Fonte: Brasil Amazon (2015).

3.3.2.2: Portal da Amazônia

O Portal da Amazônia, localizado no centro da cidade de Belém, é composto pelos projetos de macrodrenagem da Estrada Nova e a Orla de Belém, tendo se tornado um dos principais locais turísticos da capital, por permitir a visão livre do rio, em uma grande área que contempla lazer, espaços para práticas de esporte, locais para provar a culinária paraense, além de estar muito bem localizado (Figura 19). As amplas vias compõem-se de áreas de passeio, estacionamento e ciclovia.



Figura 19: Portal da Amazônia – Belém
Fonte: Brasil Amazon (2015).

3.3.2.3: Estação das Docas

Uma das ações de recuperação do centro urbano de Belém foi a revitalização da antiga área portuária, que se encontrava em estado de abandono, mas ainda guardava elementos da história. A Estação das Docas (Figura 20), com 500 metros de extensão, representa um complexo de lazer, cultura e turismo, como parte do projeto de urbanização e preservação do patrimônio arquitetônico da cidade. Os três armazéns de ferro de fabricação francesa foram restaurados e passaram a abrigar os Boulevares das Artes, da Gastronomia e de Feiras e Exposições. Também um píer para atracação dos barcos de turismo, um terminal fluvial e as ruínas consolidadas do Forte de São Pedro Nolasco fazem parte da nova estação.



Figura 20: Estação das Docas, com os guindastes do antigo porto
Fonte: Getty Images (2015).

É considerado um empreendimento tipo *waterfront*³, não representando apenas um projeto de política cultural, mas também de renovação urbana, em que a orla e o centro antigo estão inseridos numa lógica de competição com outras cidades do mundo (CASTELLS; BORJA, 1986, apud PONTE, 2004).

Concordando com essa visão, Figueiredo (2008) define a Estação das Docas como um “urbanismo espetáculo”, por estar voltado, especialmente, aos turistas, observando, no entanto, que a destinação de espaços ao uso de visitantes, ao que se dá o nome de turistificação, não deve permitir a sua elitização e a exclusão de classes sociais.

3.3.2.4: Mangal das Garças

No centro velho de Belém, próximo de onde a cidade começou, às margens do Rio Guamá, foi erguido o Mangal das Garças (Figura 21), uma das mais importantes reservas ecológicas da cidade, com centenas de espécies de animais e vegetais nativos da região amazônica. O espaço conta com atrativos como borboletário, viveiro de pássaros e plantas, farol, restaurante, museu da navegação,

³ “O waterfront (frente de água) é uma estrutura que surge no contexto da crise e da reestruturação destes espaços, tornando-se efetivamente a materialização de uma política de desenvolvimento urbano, de dinamização econômica e de promoção magistral de bem-estar de comunidades, cidades e economias relativamente estagnadas” (PONTE, 2004, p. 85).

além de uma incrível vista para o rio Guajará, como resultado da revitalização de uma área de 40.000 m².



Figura 21: Mangal das Garças
Fonte: Náutica Total (2014).

O processo de transformação desse espaço, antes alagadiço, considerou o aproveitamento máximo das suas condições paisagísticas. O Mangal das Garças se tornou um dos mais elogiados pontos turísticos de Belém.

Importa observar que as obras realizadas nas cidades citadas, a partir da necessidade de reversão de uma situação de degradação, priorizaram sempre a valorização do rio, recuperando a sua vitalidade e a sua conjugação com a cidade e os seus habitantes.

Nessa linha de raciocínio, identificada em todas as intervenções apresentadas, entende-se que a reversão do quadro de abandono e desprezo em que o rio Paraíba do Sul se encontra na cidade de Campos dos Goytacazes é possível e que o resultado de intervenções conscientes trará grandes benefícios a todos.

4: O RIO PARAÍBA DO SUL NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Este capítulo aborda a relação da cidade de Campos dos Goytacazes com o rio Paraíba do Sul, reconhecendo a sua relevância na formação do tecido urbano desta cidade e buscando entender as transformações ocorridas na paisagem cultural das suas orlas e suas práticas sociais. O que terá acontecido com a mágica torrente citada no hino para que os teus vassallos não mais lhe beijem os pés?

Para se alcançar resposta a tal indagação, será apresentado um estudo da sua bacia hidrográfica, seus usos e demandas, seu contexto histórico e cultural, suas condições geológicas e urbanísticas em diferentes épocas e as transformações que se deram ao longo do tempo, pela ação do homem, resultando em consequências danosas ao meio ambiente e à população, como poluição e enchentes.

Destaca-se aqui que Campos dos Goytacazes, município situado no norte do estado do Rio de Janeiro, possui 463.545 habitantes, de acordo com dados do Censo do IBGE de 2010, e o maior território do estado. Nasceu em uma planície fluvial, à margem direita do rio Paraíba do Sul, e cresceu a partir de dois eixos de irradiação: o rio, importante meio de transporte de passageiros e mercadorias, e a Praça São Salvador, onde se davam as relações sociais e culturais entre os seus habitantes (Figuras 22 e 23).

Um olhar voltado para a percepção dessas relações, bem como do rio com a sua população, a partir de sua bacia hidrográfica, se faz necessário para que se compreendam os aspectos culturais e ambientais locais, constituindo assim uma análise de como a cidade habita o rio (COSTA, 2006).

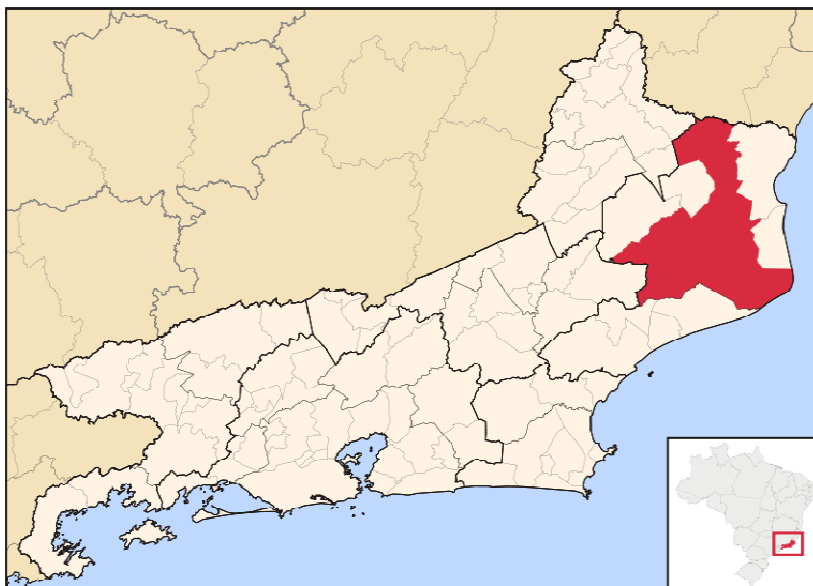


Figura 22: Estado do Rio de Janeiro, destacando o Município de Campos dos Goytacazes
Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (2010)



Figura 23: Vista da margem direita do rio Paraíba do Sul na cidade de Campos dos Goytacazes
Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (2010)

Nessa perspectiva, Faria (2013) lembra que as vilas de São Salvador dos Campos e São João da Barra, situadas às margens do rio Paraíba do Sul, foram os primeiros centros urbanos criados no século XVII na Região Norte Fluminense e constituíram, junto à vila de Macaé, importantes indutores do desenvolvimento regional, pela facilidade de transporte oferecida pelo rio.

Além desse relevante aspecto, o conhecimento da economia dominante no município contribui para o entendimento das relações que se dão nos diferentes tempos. A cidade de Campos dos Goytacazes, desde quando vila, representou também um importante pólo político e econômico para o governo estadual, a princípio pelas atividades agropecuária e sucroalcooleira e, após o declínio destes setores, pela exploração e produção de petróleo em sua bacia, que se iniciou na década de 1970. Também a indústria ceramista se destaca na região. Ressalta-se ainda que, desde 1986, o município vem recebendo *royalties*⁴ e participações especiais, conforme definido pela Lei 7.525/86, que regulamentou a Lei 7.453/85.

A partir da descoberta do petróleo na Bacia de Campos, seguida do crescimento da economia, a cidade vivenciou a expansão do ensino superior, se tornando um polo universitário, que abrange professores e estudantes de outras cidades e regiões.

Nos últimos anos, Campos dos Goytacazes vem recebendo novo contingente populacional, em função da construção do Complexo Logístico Farol - Barra do Furado, na divisa do município com a cidade de Quissamã e do Complexo Portuário do Açú, no município vizinho, São João da Barra.

Essas alterações na economia predominante, no perfil do morador da cidade e nas relações sociais, influenciaram nos usos do espaço central. O novo capital circulante na área urbana tem proporcionado novos arranjos territoriais e consequentes mudanças nos usos do solo, visíveis na paisagem como um todo, na forma de verticalização, novos hotéis, lojas de departamento, obras do Programa Minha Casa Minha Vida ou Morar Feliz, dentre outros. Entretanto, as margens do rio permanecem sem intervenção alguma, tanto pelo poder público quanto pelos empreendedores e agentes imobiliários (Figura 24).

⁴ Os royalties do petróleo são uma compensação financeira devida ao Estado pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. É uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos que são escassos e não renováveis (ANP).



Figura 24: Ocupação à margem direita do rio Paraíba do Sul, no centro de Campos dos Goytacazes
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

4.1: CARACTERIZAÇÃO DA BACIA

O Rio Paraíba do Sul, localizado na região sudeste do Brasil, nasce com o nome de Paraitinga, que em língua indígena significa “Águas Claras”. Sua nascente se encontra no município de Areias, em São Paulo, passando a se chamar Paraíba do Sul após a confluência com o rio Paraibuna (“Águas Escuras”), que nasce na Serra da Bocaina, no município paulista de Cunha. O início de seu curso se dá no norte do estado de São Paulo e a sua foz no norte do estado do Rio de Janeiro (Figura 25), na praia de Atafona, no município de São João da Barra, após um percurso de aproximadamente 1.150 quilômetros (AGEVAP, 2011).

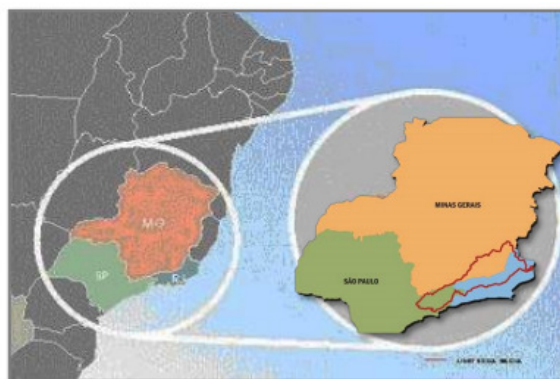


Figura 25: Localização do rio Paraíba do Sul
Fonte: Atlas Digital das Águas de Minas (2010).

É classificado como um rio federal, de domínio da União, por percorrer mais de um estado – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – o que demanda uma gestão integrada que envolva as três esferas de governo. Embora a Constituição de 1988 tenha alterado o texto do Código das Águas, de 1934, em vários aspectos, o domínio das águas se manteve pelas unidades administrativas do país, ou seja, pelos municípios (AGEVAP, 2011).

Como percorre, de sua nascente à sua foz, o território de 184⁵ municípios, este rio tem, ao longo do seu curso, diferentes formas de ocupação em suas orlas, que vai desde ocupação urbana, ocupação por indústrias, ocupação por fazendas de gado e de plantações, levando a diferentes possibilidades de impactos diretos em suas águas. Mesmo sendo um rio que recebe dejetos industriais e de cidades, é responsável pelo abastecimento de água de inúmeras cidades (Figura 26), tendo sido alvo de disputa entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo em momento de crise no abastecimento de água para este estado, conforme detalhado mais adiante.

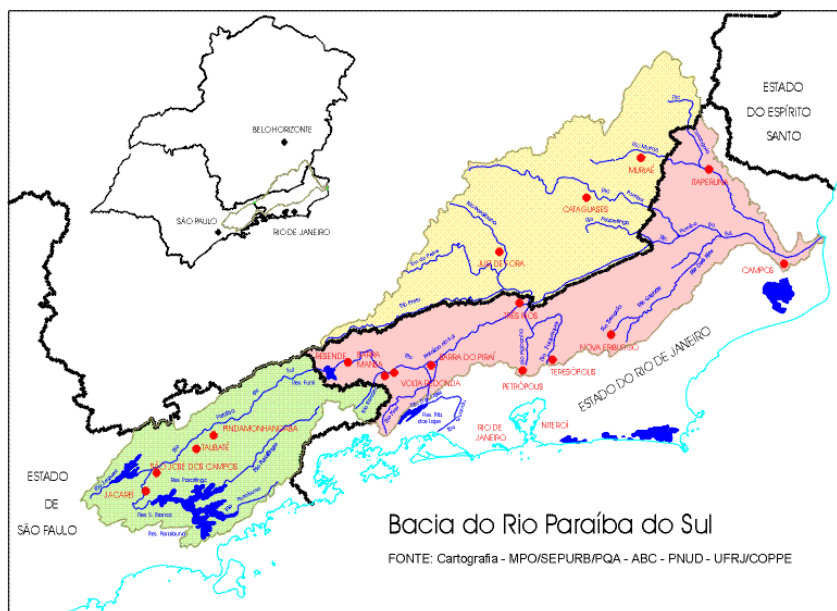


Figura 26: Bacia do Rio Paraíba do Sul
Fonte: Cartografia (MPO/SEPURB/PQA – ABC – UFRJ/COPPE, 2015).

⁵ O território da bacia banha 88 municípios em Minas Gerais, 57 no Rio de Janeiro e 39 em São Paulo (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2000).

A bacia do rio Paraíba do Sul tem forma alongada e distribui-se na direção leste-oeste entre as serras do Mar e Mantiqueira, região de relevo bastante acidentado, com altitudes maiores que 2.000 metros e declividade média de aproximadamente 1,4m/km, apresentando poucas áreas planas. Algumas delas são as regiões próximas à sua foz, abrangendo os municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana e as bacias sedimentares de Taubaté (SP) e Resende (RJ).

Ao longo de seu curso, o rio apresenta características físicas distintas, que permitem identificá-lo em trechos específicos, sendo que o trecho final, denominado curso inferior, compreende a área do município de São Fidélis, no Rio de Janeiro, à foz, onde se encontra a Baixada Campista, com 95 quilômetros de extensão, destacando-se aí o município de Campos dos Goytacazes, por sua dimensão urbana e expressiva atividade econômica.

Essa região se caracteriza por uma estação chuvosa no verão e seca no inverno. O período de novembro a janeiro é o mais chuvoso, quando ocorrem grandes cheias no Rio Paraíba do Sul (Figuras 27 e 28), que afetam principalmente a Planície Campista e São João da Barra, onde os transbordamentos ocorrem com mais frequência, alterando as dinâmicas urbanas a cada transbordamento.



Figura 27: Inundação na cidade de Campos - início do século XX (1)
Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).



Figura 28: Inundação na cidade de Campos - início do século XX (2)
 Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).

A bacia do rio Paraíba do Sul é conhecida nacionalmente por seu grande contingente populacional e pela importância econômica da sua indústria. Entretanto, o uso dos recursos hídricos para atividades diversas, como abastecimento humano e industrial, irrigação, geração hidrelétrica, dessedentação de animais, pesca, dentre outras, tem trazido preocupações relativas à disponibilidade de água.

Atualmente, a maior demanda hídrica do setor agropecuário, que utiliza o rio Paraíba do Sul para irrigação, está nas lavouras de arroz do Vale Paulista e na cana de açúcar da planície campista. A pecuária, apesar da baixa representação na economia e do menor consumo de água, ocupa mais de 60% das áreas da bacia e é responsável por desmatamento das matas ciliares, assoreamento e erosão dos solos.

Na agricultura, percebe-se a falta de técnicas de irrigação e de conservação do solo e o uso inadequado de fertilizantes e agrotóxicos.

No que se refere à navegação, o rio Paraíba do Sul, historicamente, não apresenta forte tradição em transporte fluvial, embora tenha sido a principal via de circulação entre Rio e São Paulo no período colonial. A construção da ferrovia e da Rodovia Presidente Dutra, paralela ao rio, relegou para um segundo plano o transporte hidroviário e a navegação.

O maior usuário de água da região é a transposição para geração de energia elétrica no Complexo Hidrelétrico de Lajes, que retira dois terços da vazão do rio Paraíba do Sul no seu trecho médio e quase a vazão total do rio Piraí, seu afluente.

Esta transposição, a partir de 1952, aumentou a oferta de água na bacia receptora do rio Guandu, que passou a ser o principal manancial de abastecimento de água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como de indústrias, termelétricas e demais atividades situadas nessa área.

Recentemente, o Governo de São Paulo apresentou uma proposta ao Governo Federal de transposição que interligaria a Bacia do Rio Paraíba do Sul ao Sistema Cantareira, com a intenção de, nos próximos cinquenta anos, aumentar em cinco vezes a captação de água em São Paulo. Caso ocorra, essa intervenção será desastrosa para a Região Norte Fluminense, pelos males que pode causar, como agravamento da seca, avanço do mar sobre o rio, salinização do solo e assoreamento do leito do rio, o que alteraria a qualidade da água, já com problemas. Matéria publicada em 20 de setembro de 2014, na Revista Visão Socioambiental, trata do tema.

O Ministério Público Federal (MPF) em Campos (RJ) recomendou ao governo do estado de São Paulo que não realize obras de transposição do rio Paraíba do Sul, responsável pelo abastecimento de água de mais de 12 milhões de pessoas só no estado do Rio de Janeiro. Para o MPF, antes da obra de transposição, é preciso a participação de todos os órgãos, organizações civis e associações que têm interesse na gestão da bacia hidrográfica do rio, que atravessa mais de 180 municípios em três estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O projeto do governo de São Paulo prevê a transposição do Paraíba do Sul a partir da região de Jacareí (SP), com a transferência de água para a região metropolitana paulista. O MPF defende que o abastecimento de uma região não pode prejudicar as populações de outras áreas que também são abastecidas pelo rio. [...] destaca na recomendação o estado precário de conservação do Paraíba do Sul, que já sofre com despejos de poluentes de cerca de 700 indústrias e de esgoto residencial de vários municípios. Em 2010, foi instaurado no MPF um inquérito civil público para apurar os danos ao rio e os eventuais riscos ao meio ambiente (REVISTA VISÃO SOCIOAMBIENTAL, 2009).

O rio Paraíba do Sul está enfrentando a pior seca dos últimos 80 anos. Em Campos dos Goytacazes, o nível das águas chegou a 45 centímetros abaixo do normal nessa época, mês de julho (Figura 29), o que traz preocupação e prejuízo, especialmente aos produtores rurais e pescadores, que, não encontrando mais peixes no rio, têm que buscar outras fontes alternativas para a sua sobrevivência.



Figura 29: Rio Paraíba do Sul - nível mais baixo desde 1931 – 4,80 metros
Fonte: Divulgação (JORNAL O DIA, 25 jul.2014)

Como forma de chamar a atenção para o grave problema da seca, além da agressão ambiental ao rio, um grupo de habitantes da cidade tem se reunido, semanalmente, às segundas feiras, dentro do rio Paraíba do Sul, em seu trecho urbano, para se divertir e protestar, num cenário totalmente atípico, como pode ser visto na figura 30, caracterizando mais uma forma de uso do tão sofrido Paraíba.



Figura 30: Grupo reunido dentro do rio Paraíba do Sul
Fonte: Folha da Manhã online (21 out 2014).

Reportagem do Jornal Folha da Manhã, no dia 01 de fevereiro de 2015, relata que vários pontos do rio Paraíba do Sul estão no nível mais baixo dos últimos 90 anos, alertando para a crise do abastecimento de água, que afeta gravemente o Rio de Janeiro, como vem acontecendo em São Paulo, especialmente a partir do segundo semestre de 2014. Políticos vêem a necessidade de conscientizar o consumidor no sentido de não haver desperdício de água e torcem para que venham as chuvas, como única forma de evitar o racionamento, considerada uma “medida drástica”. Com a situação da seca, dois dos quatro reservatórios da Bacia do Rio Paraíba do Sul que abastecem o Rio de Janeiro estão usando o volume morto. Especialista em clima observa que foi preciso que a crise aflorasse para que as autoridades se voltassem à busca de soluções ao grave problema que se apresenta. Neste cenário, cabe considerar as ocupações irregulares ao longo das margens dos rios e a falta de obras de captação para que as águas das chuvas fossem aproveitadas, evitando inundações, o que representaria um volume 30% maior do que o registrado (FOLHA DA MANHÃ, 01 fev. 2015, p.1-3).

Reforçando essa questão, o poeta fidelense José Geraldo Evangelista chama a atenção para o desrespeito ecológico ao rio, visto por ele como vítima social da exploração econômica, com suas águas utilizadas abusivamente pelos humanos, que ocupam as suas margens indevidamente, com construções de sítios e residências ao longo das estradas que ligam as cidades ribeirinhas do Norte e Noroeste Fluminense (MAIA, 2003).

O desrespeito ecológico citado nos alerta para a necessidade de se rever o uso e ocupação do solo, que tem causado prejuízos ambientais às cidades ribeirinhas.

4.2: CONTEXTOS HISTÓRICO E CULTURAL

Os diferentes valores e usos atribuídos ao rio Paraíba do Sul no decorrer do tempo exercem grande influência na paisagem urbana de Campos, o que reafirma a visão de Lamas (1992) de que o tempo é fundamental para a compreensão do território como objeto físico, visto que dimensões de tempos diversos estão na

paisagem da cidade, organismo dinâmico, que se transforma constantemente para adaptar-se às novas necessidades de seus usuários.

Para Santos (1979), o espaço é o resultado das interações entre fixos e fluxos, onde os fixos estão representados pelas construções e os fluxos pelos que lhes dão vida, pelas relações sociais e formas diversas de ocupação e produção daquele ambiente. Cada edificação tem a sua função e as atividades nela exercidas justificam a sua construção, dando-lhe relevância econômica, social, cultural ou histórica. O espaço é produto e condição da dinâmica social, que varia de acordo com as necessidades e os interesses de cada grupo que o ocupa.

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, [...] a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. [...] Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, pp. 42-43).

A capacidade do homem de imprimir uma nova configuração a um lugar resulta em um Desenho Urbano, definido por Rio (1990, p.54) como um “campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade enquanto conjunto de sistemas físico-espaciais e sistema de atividades que interagem com a população através de suas vivências, percepções e ações cotidianas.”

Vale ressaltar que, ao se falar dos usos, está se tratando apenas dos aspectos econômicos, enquanto as práticas sociais envolvem o campo afetivo.

Nesse sentido, o estudo dos usos e práticas sociais que se desenvolveram ao longo das orlas urbanas do rio Paraíba do Sul na cidade de Campos se apresenta como um importante instrumento dessa pesquisa. Aqui serão tratados os diferentes aspectos da relação do rio com a cidade.

4.2.1: A orla urbana e a consolidação dos usos e práticas sociais

O Rio Paraíba do Sul foi determinante na constituição física do município de Campos dos Goytacazes, representando um marco na sua formação urbana e no seu desenvolvimento socioeconômico, a partir da geração de energia e abastecimento de água e de seu uso como eixo navegável, para o transporte de

mercadorias e pessoas. Como resultado do processo de urbanização, várias freguesias e vilas se desenvolveram em suas margens, o que reafirmava a sua importância.

Campos é uma das mais fartas áreas brasileiras em recursos hídricos, distribuídos por área cultivada e por densidade populacional [...]. Durante mais de dois séculos, a obsessão do campista foi a de dominar as águas que cortavam ou penetravam nas propriedades. Era através dos rios e lagos que se realizava um percurso de navegação permanente, transportando-se mercadorias e pessoas (PINTO, 2006, p.60).

Até 1846, a travessia do rio Paraíba do Sul para Guarulhos (atualmente, Guarus) era feita em frágeis canoas ou em barca-pêndula, denominada de pontevolante, que contemplava duas barcas ligadas a um cabo que se prendia a uma lancha. Até a inauguração da ponte “Barcelos Martins”, em 1873, essa barca prestou grandes serviços à população de Campos (RODRIGUES, 1988).

Em 1852, o pioneiro da navegação a vapor em Campos, denominado “Goytacaz” - um navio grande, com dois salões, acomodações para trezentos viajantes na proa, além de camarotes para quarenta passageiros - fazia as rotas Campos – São João da Barra – Rio e Campos – Imbetiba – Rio. Porém, em 1887 fez a sua última viagem, quando naufragou causando a morte de quatorze pessoas (RODRIGUES, 1988).

Pinto (2006) relata que no século XIX D. Pedro II realizou três das suas viagens a Campos, vindo de embarcação com grande comitiva desde São Fidélis, sendo uma dessas viagens para inaugurar a luz elétrica na cidade, pioneira na América do Sul. Até o surgimento da estrada de ferro, o caminho natural para o Rio de Janeiro era esse, via oceano, adentrando o interior pelo rio Paraíba do Sul.

Em 1897, com a inauguração da linha férrea entre Campos e São João da Barra e a ampliação da estrada de Macaé até Niterói, começou realmente a decadência da navegação fluvial / marítima com o Rio de Janeiro. O escoamento do açúcar passou a se dar pela estrada de ferro, mas o porto de São João da Barra continuou funcionando, com estaleiros que construía barcas utilizadas no transporte marítimo entre Niterói e Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1988).

Dessa forma, o sistema de navegação foi ainda bastante utilizado no século XX e vários portos (Figura 31), de grande importância à época, se desenvolveram, como o da Lancha, das Pedras, do Ingá, da Cadeia, Grande, do Pelourinho, da

Banca, da Escada, dos Andradas e do Fragata. Um percurso de navegação foi criado para atender às necessidades regionais. Naquela época (décadas de 1920, 1930 e 1940), a população rural ainda era maior do que a urbana e, como não existiam estradas rodoviárias e a ferrovia (Leopoldina) não atendia a todas as localidades, os moradores do interior de Campos, São João da Barra e São Fidélis, para se deslocarem, utilizavam cavalos, carros de bois ou “pranchas” – canoas largas e reforçadas, de fundo chato e velas triangulares, muitas com grande capacidade de carga (Figuras 32 e 33) – que representavam o principal meio de transporte de mercadorias do Rio Paraíba do Sul, por onde escoava toda a produção da zona rural para o centro urbano, se tornando um marco na história socioeconômica da região (RODRIGUES, 1988).



Figura 31: Porto Fluvial de Campos (1876).

Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).



Figura 32: Antiga muralha do Paraíba, com as “pranchas” ao fundo

Fonte: Rodrigues (1988)

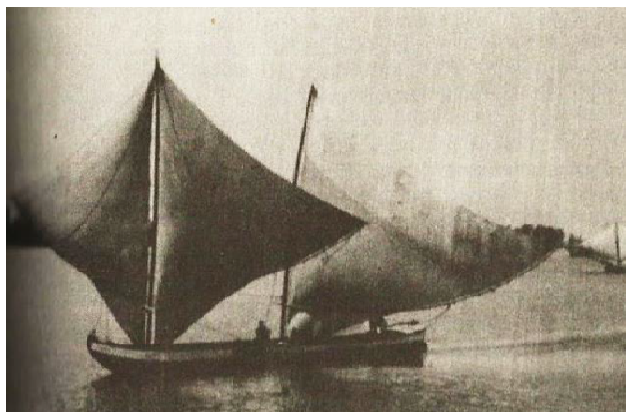


Figura 33: “Pranchas” subindo o rio, impulsionadas pelo vento nordeste
Fonte: Rodrigues (1988).

Ao se referir às pranchas, Rodrigues (1988, p.203) diz: “Se tivéssemos um museu, uma delas teria que estar lá, marcando uma época. Mas somos um povo sem memória. Perdemos o contato com o passado que ficou para trás, ilhado e quase inacessível.”

Essa referência conduz a uma reflexão sobre tantas outras obras, objetos ou mesmo costumes de relevância e significado para o campista, que se perderam por aí, apagados da memória, adormecidos ou destruídos.

Com um bom vento ‘nordeste’ pela popa, uma prancha podia fazer o percurso São João da Barra – Campos em três horas [...] De vez em quando havia corridas de pranchas e era uma festa. Elas só faltavam, como na anedota do jangadeiro e do transatlântico, oferecer reboque aos vaporzinhos fluviais que ainda teimavam em navegar pelo Paraíba (RODRIGUES, 1988, p.203).

Rodrigues (1988) aponta como grande falha a não preservação do Paraíba como estrada líquida, embora reconheça o grande valor das estradas de ferro, setor onde o campista mostrou também o seu pioneirismo. Mas chama a atenção para o fato de que o rio, mesmo no ciclo das estradas de ferro, continuou como via de escoamento de produtos hortigranjeiros, farinha de mandioca, frutas, goiabas, lenhas e outras mercadorias que movimentavam as “pranchas”, criando um belo espetáculo, quando se podiam contemplar três ou quatro “pranchas” subindo o Paraíba no final da tarde, “velas abertas como grandes aves” (RODRIGUES, 1988, p.96).

Como expressão dos fluxos existentes na região, destaca-se a inauguração do novo Mercado Municipal. A cidade de Campos dos Goytacazes crescia diariamente e o antigo Mercado da Praça do Roccio, situado à Rua Formosa, já não atendia satisfatoriamente ao público, pelo pouco espaço que oferecia. Então, o prefeito Dr. Luiz Sobral contratou a construção de um novo Mercado Municipal, na Praça Azeredo Coutinho, entregue em 15 de setembro de 1921. O local escolhido se justifica pela facilidade de acesso e escoamento dos produtos através do Canal Campos - Macaé, por onde deslizavam diversas embarcações com pesadas cargas de cereais. A presença de pessoas que vinham de outras localidades para usufruir dos serviços que a cidade oferecia reforça as relações estabelecidas via rio.

No entanto, como relata Pinto (2006), a aparência mansa do rio é ilusória. Quando se iniciam as chuvas de verão, as águas sobem de nível, agitam-se e adquirem velocidade, deixando as populações ribeirinhas inquietas e preocupadas. Quando passa pela cidade de Campos, chega a subir assustadoramente. Dá-se, então, a enchente, quando o rio transborda, penetra ao longo das margens, invade as ruas calçadas e desloca as populações pobres que habitam as proibidas áreas ribeirinhas. Não há nada que interrompa sua marcha, trazendo então muitos dias de aflição à população campista (PINTO, 2006).

Cabe aqui uma ressalva relativa ao termo enchente: embora o transbordamento de águas seja definido por diversos estudiosos e geógrafos como inundação, os autores pesquisados utilizam a denominação enchente para designar as cheias ocorridas em Campos, o que justifica o emprego deste termo neste trabalho.

As enchentes sempre atingiram a cidade. A primeira, de grande proporção e repercussão, ocorreu em 1833, quando o rio encheu tão rapidamente que, segundo Feydit (1979), das 2 às 5 da tarde, o seu nível havia subido um metro e dez centímetros. O volume de suas águas avançou sobre a cidade de tal forma que as precárias muralhas de proteção não conseguiram detê-las. Cento e noventa e oito casas foram destruídas e, conforme relata Rodrigues (1988), “verdadeiras ilhas flutuantes passavam velozmente, carregando animais de caça, cobras; cadáveres de bois desfilavam na correnteza, e outros ainda lutavam nadando para depois sucumbirem” (RODRIGUES, 1988, p.54).

Nos anos de 1895 e 1896 o Rio Paraíba transbordou, deixando várias ruas da cidade debaixo d'água.

Em 1906, as águas voltam a assustar o campista. O volume d'água aumentou muito, invadindo a parte central da cidade e outras áreas nunca antes ameaçadas, como a localidade de Retiro. A população de Guarus ficou em situação calamitosa, buscando abrigo na Igreja de Santo Antônio, bem como os moradores do bairro do Caju, que se alojaram na Igreja do Saco. O município de São João da Barra decretou estado de calamidade pública, perdendo toda a sua safra de mandioca, cana e cereais. Também a atividade pecuária foi atingida com a morte do gado (RODRIGUES, 1988).

Em 1924, nova enchente assola a cidade, dessa vez em menores proporções. Porém, a cidade, a margem esquerda do rio e a Baixada continuavam sem proteção alguma.

Em 1933, foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense que, a partir de 1940, passou a ser chamada de Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS. Para conter as enchentes, o DNOS concluiu e supervisionou uma das maiores obras governamentais do século XX, que constou de 1.500 km de canais numa área inferior a 3.000 km² e 170 km de diques marginais ao longo do rio Paraíba (PINTO, 2006).

Soffiati (2013) alerta que os diques, construídos às margens de cursos d'água, adquirem forma de parede, fazendo com que as oscilações ocorram no sentido vertical, e não no sentido vertical-horizontal, como na maioria dos rios e lagoas.

Os diques foram estrangulando o Rio Paraíba do Sul e o obrigando a se expandir verticalmente nas cheias. Esta engenharia soberba julgou ser fácil domar a força das águas, roubou grandes áreas para expansão horizontal-vertical do excedente hídrico e se apropriou de terras, para o crescimento urbano e para a agropecuária, sem se preocupar com os perigos a que expunha a sociedade e a economia supostamente beneficiadas (SOFFIATI, 2013, p.88).

Em 1943, a cidade é tomada, mais uma vez, pelas forças das águas, quando ocorre uma das cheias mais marcantes da planície Goitacá.

Em 1966, as águas voltaram a subir e o nível das águas chegou a 10,80 metros, registrando uma das piores cheias do rio Paraíba (Figura 34). A inundação arruinou toda safra de cana de açúcar e desabrigou 11 mil pessoas só na cidade de Campos dos Goytacazes.



Figura 34: Enchente de 1966: Beira Rio: com o Pavilhão de Regatas
Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).

Devido a essa enchente e seus efeitos devastadores, o DNOS iniciou uma grande obra de controle de cheias na região, que incluía trabalhos de conclusão dos diques da margem direita do Paraíba. No entanto, nem mesmo essas obras foram capazes de conter a enchente de janeiro de 2007, maior do que a de 1966, que causou grandes danos à cidade. A figura 35 mostra a queda da ponte General Dutra, provocada por essa grande cheia.



Figura 35: Queda de Ponte General Dutra, em 2007
Fonte: Urururau: Jornal online. Disponível em: < <http://novosite.ururau.com.br/>>. Acesso em: 12 dez.2014

Também os diversos usos e as ocupações consolidadas ao longo das suas margens no decorrer do tempo, trouxeram problemas ambientais ao rio Paraíba do Sul, considerado o mais importante do Estado do Rio de Janeiro, sendo, porém, um grande receptor natural de esgotos de fontes diversas, que transformam seu leito num manancial lodoso e barrento. É dessa forma que ele chega a Campos, depois de vencer o último degrau acidentado de seu curso, em São Fidélis, o que leva o campista a olhar para ele, muitas vezes com tristeza e desconfiança, pela poluição de metais pesados, que as grandes indústrias teimam em despejar em sua corrente, conforme relata Pinto (2006).

No entanto, essa condição já ocorria quando a cidade ainda era vila e as suas condições de higiene eram precárias. O rio, que abastecia a população campista com água para beber e cozinhar, recebia também as suas fezes. Dessa forma, a água consumida pela população esteve, por diversas vezes, contaminada. Em 1843, o cidadão Manuel Francisco Dias requereu à Câmara licença para montar pipas em carroças e vender água à população. Mas a coleta de água no rio até encher as pipas era demorada e penosa. Em 1844, foi instalada a primeira bomba na Beira Rio e, a partir daí, outras bombas surgiram, melhorando o suprimento de água à população, embora com qualidade suspeita (RODRIGUES, 1988).

Em 1882, o governo contratou um serviço de água e esgotos, que passou a ser concedido pela Companhia "*The Campos Syndicate Limited*". Nesse período, o engenheiro sanitário Saturnino de Brito, prestando assessoria técnico-científica à Câmara Municipal de Campos, sugere a mudança da captação da água para as fontes do Imbé ou Rio Preto. Em seu livro "Saneamento de Campos", Saturnino de Brito aborda o problema da qualidade da água consumida pela população campista, por receber dejetos humanos das cidades situadas às suas margens (RODRIGUES, 1988).

Outro acontecimento histórico na cidade foi a construção da Ponte Municipal, hoje Ponte Barcelos Martins (Figura 36), em estrutura metálica. Idealizada pelo Barão da Lagoa Dourada, em 1837, teve a sua aprovação para construção somente em 1869, sendo inaugurada em 1873. A ponte tinha 4,57 m livres para o trânsito de carros, carroças e cavaleiros; 1,06 m de cada lado para os transeuntes a pé e 253 m de comprimento e representou a primeira ligação de Guarus ao centro de Campos, funcionando, à época, com cobrança de pedágio. Cinco dias após a sua

inauguração o escravo Malaquias suicidou-se, atirando-se dela ao Paraíba (RODRIGUES, 1988).

Anos mais tarde, em 1876, numa manhã fria de inverno, o Barão da Lagoa Dourada chegou ao meio da ponte, atirou o chapéu onde depositou dois cartões de visita, despiu o sobretudo e se atirou (RODRIGUES, 1988).



Figura 36: Ponte Municipal, atual Ponte Barcelos Martins
 Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015)

Sobre a importância desta ponte, Faria (2008) comenta:

Esta ponte abriu novas perspectivas em direção ao norte do município, estimulando o crescimento da cidade em direção à margem esquerda, uma vez que esta até então era considerada uma zona rural e ainda não havia recebido nenhum equipamento urbano. Tornava-se evidente aqui um sinal importante do desenvolvimento da cidade que continua a se expandir pela adição de novos bairros. Além disso, a ponte atuou na redução da distância física entre esta "periferia rural" e o centro urbano, impulsionando a sua integração ulterior à cidade que veria seu espaço urbano se expandir (FARIA, 2008, p.44).

Também o advento do transporte ferroviário trouxe alterações expressivas no espaço urbano de Campos. As estradas de ferro impulsionaram a industrialização, representando um símbolo da sua modernização. A via férrea de Campos, facilitada pelo traçado regular de suas ruas, contribuía significativamente com o escoamento da produção da região. Em 1875, foi inaugurado o primeiro bonde a tração animal, que circulava nas principais ruas e, em 1877, a linha Campos-Carangola começou a

funcionar na margem esquerda do rio, para atender ao norte do município. Em 1910, surgiram os bondes elétricos na cidade (Figura 37). A construção da ponte ferroviária sobre o Paraíba (Figura 38), em 1906, possibilitou a extensão da linha, que já conectava Campos a Macaé e a Niterói, até Vitória, capital do estado do Espírito Santo e importante cidade portuária (FARIA, 2008).



Figura 37: Bonde elétrico no Centro de Campos dos Goytacazes
Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).



Figura 38: Construção da Ponte Ferroviária (1908).
Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).

Faria (2008) relata que “a dinamização das vias férreas provocou a redução gradativa do transporte fluvial, até que este fosse eliminado totalmente [...]. Mas as antigas pranchas circularam pelos canais e rios até 1920-1930” (FARIA, 2008, p.47).

Pela facilidade de circulação, a economia do município foi expandida e a riqueza gerada pela cana-de-açúcar trouxe crescimento e desenvolvimento à cidade. Às margens do rio Paraíba, construiu-se sobrados e confortáveis solares, ocupados pela aristocracia, que influenciava na política e no poder local.

Também no contexto social, o rio Paraíba do Sul teve também grande importância para o campista. Em seu curso, na prática de esportes, ou em suas margens, na contemplação de suas águas, a população se reunia constantemente. Dentre as práticas sociais que se estabeleceram ao longo do rio e suas orlas, Rodrigues (1988) comenta:

Até os fins da década de 1940, o Rio Paraíba era uma festa, além de sua faceta utilitária e de prestação de serviços. O centro da vida da juventude e da mocidade, a sua enorme piscina sem fronteiras e oferecendo o seu dorso para as entusiásticas competições do Remo (RODRIGUES, 1988, p.271).

O Clube de Natação e Regatas Campista, fundado em 1906, foi pioneiro nos esportes aquáticos e se destacava com o seu trampolim, onde jovens atletas exibiam saltos ornamentais. O rio era utilizado para treinamentos e competições (Figura 39). Depois, outros clubes foram fundados, como o Clube de Regatas Saldanha da Gama, no mesmo ano, e o Clube de Regatas Rio Branco, doze anos mais tarde. Quando aconteciam as disputas de regatas, a Beira Rio se enchia de gente, por todos os lados, destacando-se as belas jovens campistas. Bandas de música faziam o fundo musical, colorindo de alegria a paisagem urbana (RODRIGUES, 1988, p.273).



Figura 39: Regatas no rio Paraíba do Sul
Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).

Também a pesca foi bastante praticada nas orlas do rio. O robalo, peixe de carne muito apreciada, foi alvo de interesse dos pescadores, que o deliciavam junto às suas famílias e amigos.

O rio, cantado em verso e prosa pelos poetas, passou a ser um rio patético. Espreguiçando-se por curvas largas, no trecho do município de Campos, na época do mês de julho pode-se contar 48 ilhas em seu curso, onde antigamente foi possível a navegabilidade. Há mais de um século barcos a vapor singraram suas águas. E também a pesca teve ponto alto, daí ter sido considerado o “paraíso dos robalos” delícia da tradicional culinária campista (PINTO, 2006, p.65).

Ressaltando a importância do rio Paraíba do Sul e a sua diversidade de usos e funções, pelos moradores e visitantes da cidade de Campos, Rodrigues (1988) o descreve assim:

O Paraíba, o velho Paraíba do “Ururau”, que dormia no interior de um gigantesco sino na graciosa curva da Lapa; dos vaporzinhos que faziam a ligação com o porto de São João da Barra, transportando passageiros e cargas para a corte, já então usados para passeios dançantes; e ainda a nossa maior via de comunicação, a estrada líquida em uma época em que era uma aventura o habitante da zona rural vir à cidade, e as “pranchas” abasteciam os urbanos de hortigranjeiros, frutas, lenhas e até de açúcar (RODRIGUES, 1988, p.271).

Ao fazer referência ao Ururau da Lapa⁶ e sua lenda, Rodrigues reafirma o valor cultural que o rio Paraíba do Sul tem para a cidade de Campos, representado uma forte identidade para a sua população.

No entanto, observa-se a ausência da indicação de usos da orla à esquerda do rio. Registros fotográficos e materiais bibliográficos pesquisados não fazem qualquer referência à citada orla, o que leva a autora desta pesquisa a refletir sobre os motivos que levaram a esse fato e à possibilidade de reversão desse quadro.

4.3 IMPACTOS AMBIENTAIS

⁶ Uma das versões da lenda do Ururau da Lapa conta a história de amor entre a filha de um coronel muito rico e um cortador de cana muito pobre. Combinados de fugir no dia da festa da chegada do sino para a Igreja da Lapa, foram surpreendidos pelo pai da moça, que atira o rapaz no rio Paraíba do Sul, em frente ao Convento da Lapa. O Deus das Águas, insatisfeito com a violência do “coronel”, transforma o rapaz num enorme jacaré de papo amarelo, o Ururau, que se encarrega de tombar o barco que trazia o sino e se esconde dentro dele, aguardando para voltar e ficar definitivamente com sua amada.

Uma das áreas mais ricas e diversificadas em termos ambientais e paisagísticos do território brasileiro é, sem dúvida, o litoral, que, ao mesmo tempo, representa um espaço onde mais acontecem conflitos entre esses elementos e a urbanização (MACEDO, 2007).

Os padrões de ocupação das orlas de cursos d'água são, em sua maioria, extremamente predadores, não considerando princípios de preservação, o que vem acarretando grandes perdas ambientais e paisagísticas no território nacional. A poluição de corpos d'água tem sido objeto de preocupação e críticas. Obras de saneamento, de esgotamento sanitário e tratamento de esgotos não são prioridade política em nosso país. Além disso, o hábito de despejar todo o tipo de dejetos em corpos d'água tem causado grandes danos a esses.

Também a ocupação de áreas de valor ecológico e paisagístico por construções indevidas, que alteram a dinâmica local, produzindo áreas urbanas densas, demonstra a falta de consciência da população do quanto é importante a conservação dos rios urbanos (PORAHA, 2004).

Na percepção de Brito e Silva (2006, apud GORSKI, 2010), a contínua desvalorização e o desprezo das áreas ribeirinhas nos processos de urbanização contribuem para transformá-las em paisagens residuais sujeitas a ocupações irregulares.

A presença da água representa desafios para o planejamento e para a gestão de áreas urbanas ou rurais. Na dinâmica das transformações da paisagem, a água é um elemento fundamental, percebida de diferentes formas, de acordo com a cultura e o interesse do observador. Portanto, faz-se necessária uma interdisciplinaridade tanto no reconhecimento dos problemas como na indicação de soluções para a resolução desses.

Na observação do espaço urbano composto de um curso d'água, as questões ambientais relativas às tempestades típicas de verão são um fato importante a ser considerado, pela instabilidade provocada por essas, responsáveis por enchentes e propagação de doenças. Neste sentido, Coelho Neto (2007) alerta que:

Pensar em planejamento requer avaliar: quanto custa ao erário público um desastre de magnitude catastrófica? O que seria recomendável: pagar esta conta, ou pensar um novo modelo de planejamento do espaço urbano? O novo desafio para o planejamento urbano é levar em consideração a

natureza dos problemas socioambientais com base na incorporação de diagnósticos e prognósticos da qualidade ambiental, capazes de subsidiarem soluções para os problemas existentes, e de orientarem um planejamento especialmente integrado, numa visão sistêmica (p.87).

Corroborando com essa idéia, Tucci (2008) critica a forma de planejamento que se aplica ao espaço urbano no Brasil e a sua relação com os cursos d'água, chamando a atenção para a ineficácia do poder público na implantação da infraestrutura, geralmente com ações pontuais que não consideram as suas conseqüências, como por exemplo, as inundações que podem provocar.

Essa realidade remete a autora deste trabalho a trecho de música composta por Caetano Veloso, que diz: “é que Narciso acha feio o que não é espelho” trazendo à tona uma indagação. Estariam os gestores públicos representando Narcisos? Estariam os cursos d'água, poluídos, sendo paisagens *non gratas* à cidade? Seria essa a justificativa para tamanho desprezo aos nossos rios?

É possível notar que o rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes vem sofrendo, ao longo dos anos, um descaso cultural. Além de não ser mais utilizado para navegação e a prática de esportes ocorrer atualmente de forma bastante limitada, nas suas orlas não mais se dão encontros de lazer, ao mesmo tempo em que novas construções, de grande altura, surgem ao longo da Avenida XV de Novembro, que margeia o rio, sem a preocupação com a preservação da paisagem urbana que deu identidade à cidade (Figura 40).



Figura 40: Prédios na orla direita do rio Paraíba do Sul
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Em seu trecho central, a orla direita recebeu também, na gestão do prefeito José Carlos Vieira Barbosa, entre os anos de 1973 e 1976, um Terminal Rodoviário Urbano, denominado Terminal Luís Carlos Prestes, que, além de agredir visualmente a paisagem local e induzir o seu usuário a se virar de costas para o rio, traz prejuízos ao meio ambiente urbano, como será demonstrado no capítulo seguinte, que trata das mudanças e permanências na paisagem da cidade.

Reportagem intitulada “Desmatamento da margem gera problemas no Rio Paraíba do Sul, em Campos, no RJ”, exibida no dia 11/02/2015, pela Inter TV, chama a atenção para o desmatamento, como um grave problema que se apresenta nas margens do rio, que deveria ter, pelo Código Florestal, no mínimo, trinta metros de mata ciliar preservada, que funcionaria como proteção ao curso d’água, o que não é a realidade em vários trechos, especialmente na área central. A reportagem aponta que, de acordo com o Instituto Mata Atlântica, Campos, maior cidade do interior do Rio de Janeiro, tem apenas 5% de cobertura vegetal nativa, e desse percentual, a quantidade de mata ciliar é mínima e nem toda a área desmatada pode ser recuperada. As margens estão maltratadas, pela falta de chuva, mas demonstram também a falta de educação ambiental da população, que a utiliza indevidamente, inclusive como estacionamento de veículos (Figura 41). Pesquisador de ecologia florestal da UENF, Marcelo Trindade, diz que, na ausência da mata ciliar, o rio se encontra assoreado. Segundo ele, para fazer o reflorestamento como o Código Florestal prevê, no trecho urbano, demandaria avançar em áreas de ruas e habitações, o que requer uma avaliação mais criteriosa. Porém, é fundamental que se pense um projeto de recuperação para minimizar os problemas de secas e enchentes e encontrar um equilíbrio ambiental.



Figura 41: Estacionamento no cais da Lapa
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Percebe-se que as transformações que se deram na vida cotidiana da cidade de Campos dos Goytacazes repercutiram decisivamente na sua configuração. Diante dessa realidade, cabe avaliar: que mudanças e permanências podem ser identificadas na área de pesquisa? De que forma interferiram na constituição da paisagem urbana atual?

5: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Este capítulo apresenta um estudo das mudanças e permanências na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes, objetivando compreender a relação do rio Paraíba do Sul com a cidade, analisando a sua inserção no desenho urbano e comparando os usos do passado com os atuais. A partir de pesquisas em materiais bibliográficos, projetos urbanísticos e registros fotográficos, apresenta-se um breve histórico da evolução urbana de Campos e os seus planos urbanísticos. O enfoque foi dado a dois recortes temporais: o primeiro estuda a paisagem a partir das intervenções urbanísticas que se deram de 1834 até a década de 1940, enquanto o segundo analisa a paisagem das orlas na atualidade, como resultado do plano urbanístico de 1979 (PDUC) e dos planos diretores de 1991 e 2008.

O levantamento desses dados contribuiu para a identificação dos significados e valores que o espaço estudado (Figuras 42 e 43) representa para a população campista. Nas imagens apresentadas é possível perceber a existência de cinco pontes: a partir da esquerda, a ponte General Dutra, que liga a BR-101 de uma margem à outra; a ponte Ferroviária Senador Viana e a ponte Barcelos Martins, marcos na história de Campos; a ponte Leonel de Souza Brizola, mais recente, e a ponte Saturnino de Brito, usadas diariamente pelos moradores da cidade, como principais eixos de deslocamento entre as duas margens.



Figura 42: Mapa com demarcação da área estudada e pontes
Fonte: Elaborado pelo Auror⁷



Figura 43: Imagem aérea da área estudada
Fonte: Alves (2015).

⁷ A partir de dados acessados no Google Earth. Disponível em: <<https://www.google.com/earth/>>. Acesso em: 15 jan. 2015

As imagens permitem a percepção da alta densidade de ocupação às margens do rio e a pequena mata ciliar restante, comprovando as transformações ocorridas no período estudado.

Diante dessa realidade, concordando com a visão de Miranda (2008, p.99) de que “pensar a paisagem é considerá-la não só como aquilo que é visível, mas como forma elaborada, pensada e objetivada por meio das relações sociais, que deixam no espaço elementos que podem identificar temporalidades vividas no lugar”, entende-se que, para a compreensão das mudanças e permanências em uma paisagem, necessária se faz a sua identificação como representação social e reflexo de uma sociedade e suas vivências.

5.1: O RIO PARAÍBA DO SUL NO DESENHO URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Para se entender o papel dos rios no desenho urbano, é importante a compreensão deste como expressão da capacidade do homem de imprimir uma nova configuração a um lugar. Um rio representa um grande referencial no desenho da cidade, não apenas pelos usos que permite, mas também pelo seu simbolismo.

Ao se referir à importância do desenho urbano, Delijaicov (1988) cita Mendes da Rocha, por ressaltar que, entre todos os empreendimentos humanos e diante da consciência ecológica que domina e aproxima a humanidade, o desenho da cidade é o que expressa de modo efetivo e também simbólico, como nenhum outro, a capacidade do homem para formalizar e imprimir uma nova configuração à natureza enquanto lugar, onde representa a sua presença desejada no universo.

Porah chama a atenção para a relevância dos rios nas paisagens, como delineadores do desenho das cidades por onde passam.

Os rios são fortes elementos da paisagem e, geralmente, espinhas dorsais das cidades que se desenvolvem às suas margens. Eles estruturam o tecido urbano que lhes é adjacente, tornando-se muitas vezes eixos do desenvolvimento do desenho da cidade. Eles limitam o crescimento das cidades, delimitam a configuração urbana e, em alguns casos, servem como divisas de municípios (PORAH, 2004, p.13).

Dessa forma, esse capítulo apresenta um estudo dos planos urbanísticos aplicados na cidade de Campos dos Goytacazes, com o objetivo de se compreender

as transformações ocorridas ao longo das margens do rio Paraíba do Sul, no período delimitado, pelo olhar dos seus gestores públicos.

Percebe-se que essas transformações levaram o rio a estar à margem da cidade, enquanto a população fica à margem do rio, por não ter um olhar voltado para os grandes valores que ele representa.

5.2: PLANOS URBANÍSTICOS, PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PLANOS DIRETORES

O município de Campos dos Goytacazes, por sua importância econômica e política na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, sempre se destacou como área de interesse, representando um importante centro urbano, onde se realizavam atividades comerciais, que facilitavam a articulação com a Capital.

Neste cenário, no século XIX, em 1834, reafirmando a sua relevância, a Villa de Campos dos Goytacazes recebeu melhorias urbanas, com vistas a facilitar a circulação de mercadorias e o escoamento da produção industrial da região. As intervenções traçadas pelo engenheiro Bellegarde, preocupado com o controle das cheias do rio Paraíba do Sul e com o saneamento de áreas de brejo e lagoas, contemplaram a construção parcial de um dique de proteção às inundações, desapropriação de imóveis, alargamento e pavimentação de vias. O núcleo urbano da cidade naquela época ocupava a margem direita do rio Paraíba, como pode ser visto na figura 44, referente a um cartograma da cidade, em 1837.

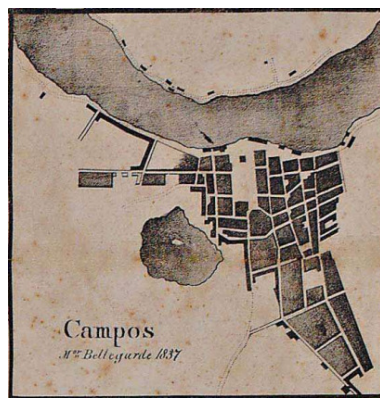


Figura 44: Cartograma de Campos (1837)

Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC, 2015).

Em 1835, a Vila é elevada à categoria de cidade. A partir daí, alguns planos urbanísticos foram traçados, como o Plano Pralon, que abrangia a área central, onde se destacou a valorização do espaço livre, representado especialmente pelas praças, utilizando-se nas quadras um traçado retilíneo, tipo tabuleiro de xadrez.

Ressalta-se aqui o foco no embelezamento do centro da cidade e a sua inserção no processo de modernização do Brasil. Dessa forma, dentre as intervenções urbanísticas realizadas naquela época, destacam-se a construção do Canal Campos-Macaé (Figura 45), utilizado no transporte de pessoas e mercadorias, e a instalação da Estação Ferroviária.



Figura 45: Canal Campos-Macaé
Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).

Entre o ano de 1842 e o início do século XX, a cidade “viveu um fervilhar de progresso com implantação de moderna infra-estrutura financiada pela aristocracia açucareira que, neste período [...] passou a construir ali suas mansões” (OLIVEIRA, 2012, p.10). Nessa época, foi instituído o Código de Posturas, que dispunha sobre normas de construção.

Para a presente pesquisa, no que se refere aos planos urbanísticos elaborados para a cidade, os recortes temporais considerados apresentam, em um primeiro momento, a paisagem cultural da área de estudo como fruto das intervenções urbanísticas de 1834 à década de 1940, quando não havia legislação específica para a ocupação do espaço urbano. A seguir, analisa-se a paisagem

cultural das orlas e suas práticas sociais na atualidade, a partir dos planos diretores, de 1991 e 2008.

Cabe salientar a distinção da gestão do espaço urbano, associada às diferentes temporalidades. Exalta-se a grande representatividade da Constituição Federal de 1988, por inserir em seu texto artigos que tratam da função social da cidade e da propriedade e da gestão democrática da cidade, seguida do Estatuto da Cidade, Lei 10.527 de 2001, que regulamenta os citados artigos e acrescenta a exigência da elaboração de planos diretores participativos aos municípios com mais de vinte mil habitantes.

5.2.1: O Plano Urbanístico de Saturnino de Brito (1902).

No início do século XX, o Dr. Benedito Pereira Nunes, médico, assume a presidência da Câmara. Para cuidar da salubridade no espaço urbano, é contratado o engenheiro sanitário, radicado no Rio de Janeiro, Saturnino Rodrigues de Brito, que elabora, em 1902, o Plano de Saneamento de Campos, implantado de 1910 até a década de 1940. Em nome do higienismo, voltado especialmente para resolver questões de higiene e saneamento, Brito planeja e executa profundas intervenções na área urbana da cidade, alterando significativamente a sua configuração. Ressalta-se aqui o objetivo também de projetar Campos na região e na política estadual e, assim, transformá-la na capital do Estado, que representava o anseio da elite local. Nesse contexto, o Rio Paraíba do Sul tem as suas margens desobstruídas no trecho urbano, ruas são alargadas, executam-se obras de drenagem, áreas alagadiças são aterradas. A Praça São Salvador recebe pavimentação, jardins e uma fonte, ao mesmo tempo em que, na área central, casas são demolidas, dando lugar a novos edifícios. Sobre essas intervenções, Faria (2000) comenta:

O velho tecido urbano é transformado progressivamente, graças às reformas que visam, além do embelezamento da cidade, dar-lhe uma melhor funcionalidade, adaptando-a aos interesses da economia capitalista e da burguesia em plena ascensão. Finalmente, neste começo do século XX, é necessário dotar a cidade dos símbolos do progresso e de uma imagem de modernidade. (p.6)

Diante dessa perspectiva, a cidade assiste à construção do edifício Rennes e do Teatro Trianon, no cruzamento da rua Sete de Setembro com a rua Treze de Maio e, ao redor da Praça São Salvador, são edificados o Banco do Brasil (em 1910), a nova sede da Associação Comercial (ACIC) (em 1913), o edifício dos Correios e Telégrafos e a sede da Banda de Música Lira de Apolo (em 1917), prédio atualmente tombado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC). Essas novas construções representam importantes indutores das relações sociais nesses lugares, dando-os uma nova vida (FARIA, 2000).

A região de Guarulhos, atual Guarus, situada na margem esquerda do rio, ocupada à época por população e construções menos abastadas, também é considerada no plano de saneamento de Saturnino de Brito, como pode ser visto na figura 46 a seguir.



Figura 46: Planta da cidade de Campos dos Goytacazes Plano de Saneamento de Saturnino de Brito (1903)

Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).

Como resultado do processo de expansão, percebe-se o crescimento da população da cidade, o fortalecimento do comércio e serviços e oferta de infraestrutura, com novas redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável. O transporte público inaugura o serviço de bondes elétricos, que operou até 1964, sendo então substituído por ônibus elétricos – trolley bus – e ônibus a diesel.

No Brasil, um novo modo de intervir no espaço urbano havia surgido a partir dos anos 20, quando passou-se a considerar a questão social da cidade e não apenas a espacial e estética. A economia e as necessidades da sociedade deveriam então delinear o urbanismo, que se consolidava nessa época.

Em 1927, este modelo é utilizado por Alfred Agache, engenheiro francês, em seu plano de urbanismo para a cidade do Rio de Janeiro. Suas ideias são também aplicadas na Região Norte Fluminense, quando Agache elabora um projeto para o balneário de Atafona, em São João da Barra, plano considerado um indutor de progresso para a região.

Saturnino de Brito reconhece que Campos deve se integrar nesta nova visão. Nos anos 30 e 40, a cidade começa a se inserir então nesse contexto. Os projetos de reforma urbana contemplam o embelezamento da beira rio, com demolição de armazéns ainda existentes, a construção de diques de proteção, a abertura de novas ruas, a construção de praças, a melhoria do transporte público e, conseqüentemente, uma nova organização dos espaços, representando uma verdadeira revolução urbanística na cidade de Campos.

Até 1944, a expansão urbana da cidade de Campos se deu de acordo com o previsto neste plano. Nessa época, as intervenções urbanísticas contribuíram decisivamente para a valorização da área central, conforme informa Faria (2000):

As ruas 21 de Abril, Sete de Setembro, Constituição e Formosa serão alargadas; a antiga Praça das Verduras é urbanizada e transformada em praça de lazer; a Praça São Salvador, já com um belo jardim, é ornamentada com uma fonte, os edifícios se renovam como o edifício Rennes, o edifício do Café High Life, do Bom Marché, novos edifícios aparecem como o do Banco do Brasil (1910), a nova sede da Associação Comercial (1913), o edifício Trianon (1921). (...) A maior parte destas construções se encontram na Praça São Salvador ou no cruzamento da rua 7 de Setembro com 13 de Maio, chamado de Boulevard da Imprensa, o que transformou estes lugares em pontos de centralidade e animação, muito importantes para as relações sociais na cidade (p.7).

É possível perceber, pelos relatos encontrados, que as mudanças ocorridas nesse período, em Campos dos Goytacazes, resultaram em novas formas de ocupação do seu espaço urbano, refletidas na alegria da população que frequentava a área central da cidade (Figura 47).



Figura 47: Praça São Salvador : Centro de Campos (1920).
 Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).

5.2.2: O Plano de Reordenação Urbana da Cidade de Campos (1940).

Em 1940 é elaborado novo plano urbanístico – Plano de Reordenação Urbana da Cidade de Campos – pelo Escritório de Urbanismo Coimbra Bueno que, em conjunto com o renomado arquiteto e urbanista francês Alfred Agache, planeja um novo projeto urbanístico para a cidade, com idéias de remodelação (Figura 48), expansão e embelezamento, apresentado em 1944 e aplicado pelas administrações municipais seguintes. Inspirado no modelo de progresso e modernidade aplicado por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, este plano é considerado o estudo mais detalhado feito para a cidade, sob o enfoque histórico e cartográfico, com remodelação de traçados urbanos e obras viárias que até hoje são executadas. Nele são contempladas, pelas intervenções propostas, abertura de novas avenidas, alargamento de vias existentes, pavimentação em paralelepípedos, modernização da infraestrutura existente e ampliação em direção à periferia da cidade, reformulação de jardins existentes e criação de novos parques e jardins, como o Jardim de Alah, posteriormente chamado de Parque Alberto Sampaio, hoje destruído quase totalmente, por ponte construída pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e implantação de galpão provisório para ambulantes, obra do atual Governo Municipal.

Observa-se que, pelas intervenções realizadas durante a gestão do prefeito Salo Brand, de 1942 a 1945 as mudanças no espaço urbano assumiram maior significado.



Figura 48: Avenida XV de Novembro, após remodelação: Plano Coimbra Bueno/Agache
Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015).

5.2.3: O Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos (PDUC) (1979).

Em 1977, assume o Governo Municipal o arquiteto Raul Linhares (1977/81), que, em parceria com a FUNDENOR (Fundação de Desenvolvimento do Norte Fluminense), contrata o PDUC – Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos, entregue em 1979.

Com o objetivo de corrigir irregularidades percebidas no tecido urbano da cidade, principalmente nas áreas menos privilegiadas e carentes de infraestrutura, o plano busca promover o desenvolvimento físico e territorial urbano do Município de Campos, a partir de critérios estabelecidos por leis consideradas como de efetivação do PDUC, incluindo: 1) Lei de Perímetros Urbanos; 2) Lei de Zoneamento e Uso do Solo; 3) Lei de Parcelamento do Solo e 4) Código de Obras (VIEIRA, 2003, apud FARIA, 2005, p.4789).

Desta forma, poucas são as propostas relativas ao traçado viário, sendo mantida a concepção do Plano Coimbra Bueno/Alfred Agache. Diferente do período anterior, a cidade não executa obras de remodelação, mas se preocupa em efetuar um controle sobre as intervenções urbanas advindas de obras privadas, direcionando o uso do solo, de acordo com a nova legislação estabelecida, como forma de controlar a densidade nas diferentes áreas da cidade.

Após o PDUC, foram publicados o Plano Diretor de 1991 (Lei Municipal 5.251/1991), seguido das leis: 6.690/98 – Parcelamento do Solo; 6.691/98 – Zoneamento e Uso do Solo; 6.692/98 – Código de Obras do Município.

5.2.4: O Plano Diretor de 1991 – Lei Municipal 5.251/1991

Em dezembro de 1991 foi sancionado o Plano Diretor de Campos dos Goytacazes, com o objetivo de promover a ordenação do território municipal, dispendo sobre a política urbana e o controle do uso do solo; preservar e recuperar as áreas de interesse ambiental e o patrimônio comunitário e atender às demandas de infraestrutura e serviços urbanos e rurais. Àquela época, o município contou com a importante colaboração da geógrafa Dr.^a Lísia Bernardes, contratada pela Prefeitura para prestar consultoria a esse trabalho, que se realizava na FUNDENOR, por equipe constituída por representantes da sociedade civil organizada e pelo poder público, da qual a autora desta pesquisa participou.

O município, que já seguia as diretrizes urbanísticas ditadas pelo PDUC, teve no Plano Diretor de 1991 um instrumento normativo que, elaborado após a Constituição Federal de 1988, inseria-se nas novas exigências de redemocratização do país.

Dentre as diretrizes estabelecidas por este Plano, podemos destacar a valorização do centro da cidade, compreendendo o trecho da Avenida XV de Novembro à Rua Treze de Maio; o conjunto da Rede Ferroviária e os entornos de praças e demais patrimônios comunitários, lugares onde se davam as relações de pessoas, com relevante significado para a vida da cidade.

Considerando a expansão que se dava para a periferia, o Plano Diretor também apresentou parâmetros voltados a ordenar o adensamento da ocupação dessa área da cidade, que deveria ocorrer em compatibilidade com a infraestrutura urbana, o que inclui saneamento e sistemas de circulação e transporte que permitissem uma mobilidade urbana eficiente. Além disso, se previa mecanismos de incentivo à ocupação adequada de vazios urbanos.

Com o objetivo de coibir altas densidades e formação de “paredões” com construção de prédios altos em áreas como as orlas do rio Paraíba do Sul, umas das propostas apresentadas pela Dr.^a Lísia Bernardes foi a elaboração de gabaritos para a cidade. No entanto, o Poder Legislativo, ao analisar a minuta do projeto de lei, foi

contrário ao que se apresentou, excluindo do mesmo as páginas que tratavam do assunto.

5.2.5: O Plano Diretor de 2008 – Lei Municipal 7.972/2008

O Plano Diretor, como definido pela ABNT (1991), é considerado um instrumento básico do processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados. Portanto, representa a ferramenta adequada para orientar o uso e ocupação do solo nos municípios.

O Plano Diretor vigente em Campos foi desenvolvido de forma participativa, atendendo a exigências do Estatuto da Cidade, lei federal 10.527/01. Ele estabelece princípios, diretrizes e normas, orientando as ações que influenciam no desenvolvimento urbano, que incluem adensamento, expansão territorial, definição de zonas de uso do solo e redes de infraestrutura. Para a sua elaboração, o poder público municipal contratou a assessoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) que desenvolveu, junto à população, representantes da sociedade civil e membros da prefeitura, os projetos de lei do Plano Diretor e demais leis urbanísticas, a saber: Lei de Perímetro Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Lei de Parcelamento do Solo. A autora da presente pesquisa, por estar à época à frente da Secretaria Municipal de Planejamento, coordenou os referidos trabalhos.

Dentre os objetivos gerais para o desenvolvimento do Município de Campos dos Goytacazes, em seu Art. 4^º, o Plano Diretor enuncia:

I - Aumentar a eficiência econômica do Município, de forma a ampliar os benefícios sociais e reduzir os custos operacionais para os setores público e privado, tendo como referência a qualidade ambiental; II - Incorporar o componente ambiental no ordenamento do território, para conservação dos mananciais e recursos hídricos, matas, solos hidromórficos e áreas com ocorrências de fósseis, bem como os manguezais e as restingas; III - Buscar a universalização da mobilidade e acessibilidade urbana e a integração de todo o território do Município; IV - Adotar o componente ambiental na definição dos critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, referentes à capacidade de infra-estrutura urbana; V - Qualificar o município de Campos dos Goytacazes, oferecendo a toda a população condições de conforto ambiental, lazer e instrumentos urbanos adequados visando o aumento contínuo da qualidade de vida dos seus municípios; VI - Favorecer o acesso à terra, à habitação, aos serviços urbanos e aos

equipamentos públicos para toda a população de Campos dos Goytacazes de maneira igualitária.(CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008a).

Em seu Art. 40, inciso IV, o incentivo à prática do remo e da vela na lagoa de Cima, na lagoa Feia, na lagoa do Vigário e no rio Paraíba do Sul, é considerado uma das medidas prioritárias de gerenciamento para o esporte e lazer no Município.

Também como medidas de gerenciamento para valorizar o patrimônio natural e cultural, o Art. 89 aponta o aproveitamento dos principais corpos d'água do município “[...] Rio Paraíba do Sul, Lagoa de Cima, Lagoa Feia, entre outros – como eixos cultural, ambiental e econômico, com o incentivo à implantação de atividades turísticas e de lazer, tais como instalação de restaurantes flutuantes, passeios de barco, prática de remo e canoagem (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008a).

Uma das ações de planejamento para qualificar o espaço urbano e os seus serviços se constitui em “qualificar a ocupação da orla oceânica e das margens dos corpos d'água, limitando o uso e a ocupação do solo que inibam ou impeçam a fruição da paisagem e permitam a instalação de atividades voltadas para o turismo e lazer” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008a).

O Art. 138, em seu inciso V, define o trecho municipal do rio Paraíba do Sul e suas ilhas entre as Áreas de Valorização Turística e de Lazer que, “por seus recursos naturais, culturais e paisagísticos, apresentam condições para consolidação e ou exploração de atividades turísticas, culturais e de lazer” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008a).

O Plano também define que as Áreas de Especial Interesse Ambiental e de Valorização Paisagística estão compreendidas entre duas categorias: Áreas de Especial Interesse Ambiental e Áreas de Especial Interesse de Recuperação e Valorização Paisagística. Essas últimas compreendem espaços que possam contribuir para a formação de ambiências urbanas dotadas de amenidades físicas que, requalificados paisagística e ambientalmente, sirvam à fruição e ao lazer da população, tendo como finalidade a recuperação dos recursos naturais adjacentes às unidades de conservação e a recuperação e valorização de áreas com reconhecida qualidade ambiental e paisagística para utilização como espaços de lazer. O mapa 7 do anexo I do Plano Diretor (Figura 49), nos permite observar que toda a orla do rio Paraíba do Sul pertence à Área de Especial Interesse de Recuperação e Valorização Paisagística.

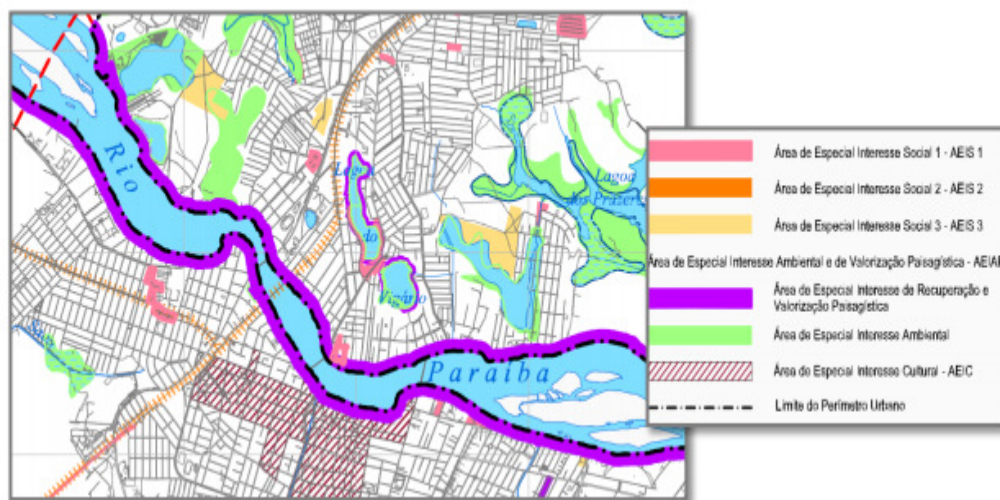
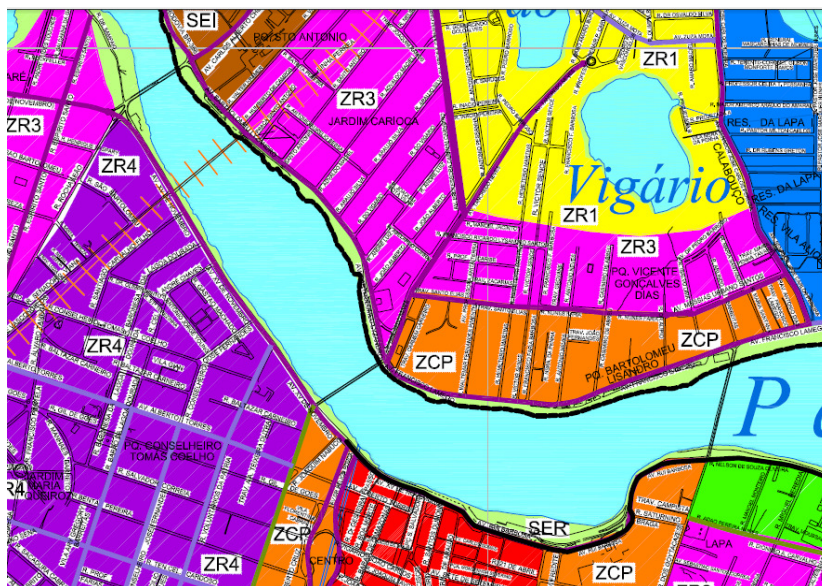


Figura 49: Mapa de Áreas de Especial Interesse (Plano Diretor)
Fonte: Campos dos Goytacazes (2008a.).

O Plano Diretor menciona o Plano de Proteção dos Espelhos e dos Cursos d'Água (PPEA) e da Drenagem Urbana, que tem como objetivo a delimitação das faixas marginais das lagoas, dos rios e dos canais e a adequação do uso e ocupação das áreas urbanas de baixada sujeitas à inundação.

Em consonância com o Plano Diretor, a Lei nº 7.974/2008, de Uso e Ocupação do Solo, se apresenta como um instrumento normativo fundamental para orientar e ordenar o crescimento urbano. Em seu Art. 7, toda a faixa de terra na zona urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, compreendida entre a faixa de rolamento e o dique às margens do Rio Paraíba do Sul, assim como uma faixa de 30,00m (trinta metros) na orla de todas as lagoas existentes no município, é considerada *non aedificandi*, onde apenas se permite a execução, pelo poder público, de obras consideradas de utilidade pública ou de interesse social, excluídas quaisquer obras de edificação.

Quanto aos usos permitidos nas áreas destinadas a edificações, a figura 50 destaca o trecho de estudo, onde se pode perceber uma variedade de possibilidades, que engloba a Zona Centro Histórica (ZCH), a Zona de Comércio Principal (ZCP) em ambos os lados do rio, as Zonas Residenciais 3 e 4, além de áreas destinadas ao Setor Especial Recreativo (SER), às margens do rio.



LEGENDA:



Figura 50: Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano
Fonte: Campos dos Goytacazes (2008a)

Embora delimitadas para tal finalidade, pesquisas no local permitem perceber que não há intervenções destinadas à recreação ao longo de toda a orla do rio, no trecho estudado e destacado no mapa apresentado. No entanto, em visitas a essa área aos domingos a autora desta pesquisa constatou com alegria que, mesmo sem estrutura apropriada, pessoas utilizam as orlas para pescaria, como pode ser visto na figura 51.



Figura 51: Uso da orla direita para pescaria (ao fundo, Igreja da Lapa)
 Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Esta imagem, numa tarde de um domingo de sol, conduz quem a presença à imaginação do quanto poderia ser diferente essa relação rio/população, remetendo a tempos remotos, vivenciados de outra forma, a partir de incentivos ao contato com as águas do Paraíba.

5.3: UMA COMPARAÇÃO DOS USOS DO PASSADO COM OS ATUAIS

As percepções e vivências dos habitantes da cidade, aliadas a lembranças e aos seus significados são essenciais na construção de uma identidade, que torna o lugar tão importante.

No entanto, as formas como se dão as relações sociais estão diretamente ligadas ao olhar e ao trato que o poder público tem sobre aquele lugar, que contempla as atividades econômicas e culturais desenvolvidas, as referências históricas e todos os demais usos proporcionados. Neste sentido, Pompeu (2008) discorre:

Assim, podemos constatar que a dinâmica existente entre homem-rio permite visualizar em bases concretas como são construídas e reconstruídas as formas de relação da população com seu meio habitado, como também perceber a importância das referências históricas, das atividades econômicas, das funcionalidades de circulação, e também das representações sociais e culturais na elaboração de sua identidade, a exemplo do que acontece com as festas religiosas (p. 133).

Ao analisar-se a evolução urbana de Campos dos Goytacazes, no período delimitado, pode-se constatar a importância do rio como meio de escoamento da produção, o que gerou melhorias urbanas com o intuito de facilitar a circulação de mercadorias, seguidas da valorização dos espaços livres e praças, locais de encontro, onde aconteciam as relações sociais. É nesse contexto que se dão o embelezamento do centro e da beira-rio, complementado por obras de infraestrutura, que contemplam aberturas de vias, em que o rio funcionou como um eixo norteador.

Através de consultas e visitas à área objeto desta pesquisa, pôde-se observar que as orlas do rio Paraíba do Sul apresentam características variadas ao longo do seu percurso. Usos e ocupações distintos, definidos pela legislação urbanística, e variados bairros configuram a paisagem, que hora se enriquece por construções de relevância patrimonial, hora se vê degradada por lançamento de efluentes no rio, despejo de lixo e ocupações irregulares que provocaram desmatamento das matas ciliares. Dentre as obras relevantes destacam-se, além da Ponte João Barcelos Martins já citada, o Solar Barão de Muriaé, utilizado pelo Corpo de Bombeiros do Estado, a Igreja da Lapa, o Palace Hotel, o Presídio (Figuras 52, 53, 54 e 55), a Praça São Salvador e prédios no seu entorno, situados na orla direita.



Figura 52: Solar Barão de Muriaé
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).



Figura 53: Igreja da Lapa
Fonte: Jornal Folha da Manhã (2015).



Figura 54: Palace Hotel
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).



Figura 55: Presídio Carlos Tinoco
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Na orla esquerda, a Igreja de Santo Antônio e o Edifício Concorde, único de maior volumetria neste local, se sobressaem na paisagem (Figura 56).



Figura 56: Vista da orla esquerda, onde destacam-se o Edifício Concorde e a Igreja de Santo Antônio
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Nos últimos anos, a antiga área da Estação Ferroviária, de embarque e desembarque de cargas, situada na margem direita, que funcionava como um espécie de entreposto entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, passou a ser de propriedade da Universidade Federal Fluminense (UFF), e vem recebendo uma construção, constante de dois blocos de sete pavimentos (Figura 57), que certamente trará grandes impactos a esse local, considerado hoje, pela Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município, como uma Zona Residencial 4, onde são permitidos os seguintes usos: residencial unifamiliar, residencial multifamiliar horizontal e vertical, comércio e serviços locais e de bairro, indústria doméstica, uso misto e uso institucional.



Figura 57: Prédios da Universidade Federal Fluminense (UFF) em construção, com Galpão da antiga Estação à frente
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Essas observações levam à confirmação de que a cidade, como organismo dinâmico, está em constante mutação, por seu processo de crescimento. No entanto, importa que o poder público acompanhe as transformações que se dão, atento à relevância da preservação da história e memória da cidade como forma de manter a sua identidade.

Um estudo das mudanças e permanências na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes leva a autora desta pesquisa a perceber, com tristeza, o quanto esse bem tão precioso, o rio Paraíba do Sul, está hoje esquecido neste contexto. Uma comparação dos usos do passado com os atuais indica que o centro da cidade, que vivenciou uma relação de prazer com o curso d'água e com a sua população, não é mais o mesmo. Essa percepção remete a Lefebvre (2001), que assim define a cidade:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (p.12).

Das festas que se dão hoje no centro de Campos não mais faz parte o rio Paraíba do Sul, esquecido junto às edificações que se perderam com o tempo. Prédios de valor histórico e cultural, que compunham o entorno da praça central, a Praça São Salvador, situada à margem do rio, hoje já não formam mais um conjunto, pois vários se perderam, “engolidos” pelo mercado, que os substituiu por construções modernas, mais interessantes pelo olhar comercial.

As transformações ao redor da praça central podem ser vistas nas figuras 58 e 59, onde se percebe a substituição de diversas construções, que contavam a história da cidade. Dentre elas, destaca-se o edifício dos Correios e Telégrafos.



Figura 58: Prédios no entorno da Praça São Salvador (1905 e 2008)
 Fonte: Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (2015)



Figura 59: Esquina da Praça São Salvador: Avenida Alberto Torres (Imagens de 1901 e 2015)
 Fonte: Pimentel (2014)

No lugar de sobrados em estilo neoclássico ou eclético, encontram-se hoje construções de maior volumetria, sem adornos, remetendo à modernidade.

Também a Praça São Salvador sofreu, em 2004, no governo do prefeito Arnaldo Vianna, uma grande reforma, concluída em maio de 2005. Embora com o discurso da sua retomada como espaço livre para manifestações diversas, a reestruturação da praça a descaracterizou, destruindo inclusive as intervenções que se deram pelo projeto Agache. O piso em pedra portuguesa foi substituído por granito, no lugar dos bancos em madeira instalaram-se bancos em concreto revestidos de granito e sem encosto, as árvores frondosas deram vez às palmeiras, que pouca ou nenhuma sombra trazem, dificultando a permanência das pessoas ali

(Figuras 60 e 61). Da praça existente restaram apenas o monumento aos pracinhas e o chafariz belga, no trecho denominado Praça das Quatro Jornadas. Essas alterações na organização espacial da praça central resultaram na perda de referenciais e marcas da história da cidade, que ali se iniciou.



Figura 60: Praça São Salvador: Centro de Campos dos Goytacazes-RJ: antes da reforma de 2004
Fonte: Jornal Folha da Manhã (13 out 2013).



Figura 61: Praça São Salvador: Centro de Campos dos Goytacazes-RJ: depois da reforma de 2004
Fonte: Pimentel (2014)

Recentemente, foi construído um edifício garagem no terreno que há anos era utilizado como estacionamento, onde existiram a Igreja Nossa Senhora Mãe dos

Homens e a Santa Casa de Misericórdia, em frente à Praça das Quatro Jornadas, que também alterou a paisagem local (Figura 62).



Figura 62: Praça das Quatro Jornadas, onde se vê o Edifício Garagem e o Chafariz
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Atualmente, é possível observar uma grande movimentação de pessoas na orla direita do rio Paraíba do Sul, de segunda a sexta feira, quando funcionam os comércios e serviços. O centro da cidade é um importante pólo comercial e financeiro, o que torna a beira rio um local de intensa circulação de pessoas e veículos nesses dias. A população utiliza o transporte público, que tem o Terminal Carlos Prestes instalado na orla, onde estão os ônibus que fazem a ligação do centro aos demais bairros do município (Figura 63). Para esses usuários, a beira rio representa um referencial de deslocamento. Porém, queixas relativas à má pavimentação das calçadas, à falta de segurança e de arborização são comuns. Em alguns pontos, mobiliários urbanos instalados nas calçadas disputam espaço com o pedestre (Figura 64).



Figura 63: Terminal Rodoviário Urbano
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).



Figura 64: Mobiliário Urbano
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Fica evidente o desprezo ao Paraíba do Sul pelos que se utilizam desse transporte, pela sua própria postura ao aguardarem os ônibus, sentados de costas para o rio.

A figura 65 retrata, na visão da autora desta pesquisa, o equívoco na localização do terminal, tão próximo às águas do rio e, paradoxalmente, levando os seus usuários e a população a estarem tão afastados dele.



Figura 65: Vista aérea com localização do Terminal Rodoviário Urbano
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Por não haver também ciclovias na orla direita, os ciclistas que trafegam no local se dividem com os carros e não é raro encontrarmos bicicletas amarradas em postes de iluminação ou no guarda-corpo do dique, pela deficiência de bicicletários ou pontos de apoio para esse tipo de transporte.

A Praça Duque de Caxias se encontrava, até recentemente, totalmente ocupada por ambulantes, gerando uma desordem ambiental, poluição visual e desconforto a todos que por ali transitavam. À noite, esses espaços vêm sendo ocupados, há anos, por moradores de rua, que se protegem sob marquises de lojas. Nos últimos dias, os ambulantes foram removidos, noticiando-se que o poder público procederá ali uma intervenção urbanística. Porém, a imagem atual ainda é degradante, não aparentando indício algum de obra (Figura 66 e Figura 67).



Figura 66: Praça Duque de Caxias (2010)
Fonte: Elaborado pelo Autor (2010)



Figura 67: Praça Duque de Caxias (2015)
Fonte: Elaborado pelo Autor (2010)

Com relação às atividades esportivas, atletas do remo de Campos têm buscado, desde 2004, reativar a prática do esporte. Os treinos atualmente ocorrem pela manhã, bem cedo, quando o vento e a marola estão mais estabilizados. Porém, falta estrutura adequada para suporte ao mesmo. Até mesmo o pavilhão de regatas, de onde se assistiam às competições, já não existe mais, o que demonstra um descaso ao esporte (Figura 68).



Figura 68: Local do antigo Pavilhão de Regatas, em destaque
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Mais recentemente, alguns atletas vêm praticando o *stand up peddle*⁸, o que representa novos usos, novas relações e, naturalmente, novas apropriações desse espaço, ao qual dão um ressignificado (Figura 69).



Figura 69: Prática de *stand up peddle* no rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015)

Na orla esquerda, quiosques geram movimentação aos finais de semana, reunindo pessoas que ali se divertem. Porém, é fácil perceber que a presença do rio como um elemento marcante naquela paisagem não é valorizada e, se percebida, seria apenas pelo possível frescor que gera. Conversa com um antigo permissionário de uso de um desses quiosques confirma essa hipótese, causando surpresa pelo desprezo demonstrado ao rio, percebido pela autora deste como uma ingratidão ao possível indutor de suas vendas. Ao ser perguntado sobre a sua visão quanto a essa influência, o mesmo responde que talvez ocorra em alguns momentos. Esse fato parece não condizer com a realidade de comércio instalados nas margens do rio, como pode ser visto na figura 70. Será mesmo que a paisagem do rio não atrai pessoas a esse lugar?

⁸ Stand up peddle é uma modalidade esportiva surgida na década de 1960 nas Ilhas Havaianas e praticada no Brasil a partir de 2012. O esporte consiste em se remar em pé em cima de uma prancha.



Figura 70: Quiosques na orla esquerda
Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Aos sábados, após o horário comercial, e aos domingos, a orla direita é bem pouco frequentada. No entanto, como que em busca de resgatá-la ou pelo olhar novo dos que não a vivenciaram antes, mas percebem o rio como um atrativo e não uma ameaça ou um obstáculo a transpor, algumas pessoas se utilizam daquele espaço para praticar a pesca, como já citado, para namorar ou mesmo contemplar aquela bela paisagem, ainda que não haja espaços destinados a tais atividades.

É notório que a falta de equipamentos de lazer e atrativos, capazes de estimular o uso das orlas urbanas de forma prazerosa, contribui para a relação que se dá hoje, levando a maioria da população a virar as costas para o rio, reafirmando a sua falta de identidade com o mesmo.

Tal constatação leva a autora deste trabalho a buscar meios para reverter esse quadro. Dentre eles, a proposta de se elaborar projetos que apresentem soluções comprometidas com a melhoria da qualidade socioambiental, de modo a proporcionar à cidade de Campos dos Goytacazes e à sua população novas formas de uso das orlas do rio Paraíba do Sul e, conseqüentemente, um novo convívio, onde o curso d'água retome o seu papel de protagonista na cena urbana.

Iniciativas dessa natureza implicam também na revisão da legislação urbanística vigente, especialmente na Lei de Uso e Ocupação do Solo, no que se refere às construções atualmente permitidas ao longo das margens do rio, no sentido de estabelecer gabaritos máximos, como forma de coibir a expansão de prédios altos nesse espaço, que interfeririam negativamente na paisagem da cidade.

A essa etapa de pesquisa e percepções da autora sobre os diferentes tipos de uso na área delimitada, constatou-se a necessidade de incorporar a visão de moradores da cidade, englobando aqueles que vivenciam o espaço e os que não o frequentam ou o frequentam eventualmente, através da aplicação de entrevistas.

Esta forma de reconhecimento do espaço dialoga com a teoria de Lynch (1997), que aponta que a legibilidade de uma cidade se dá a partir de lembranças e experiências vividas e, dessa forma, deve se considerar o modo como os seus habitantes a percebem.

5.3.1: Percepção da paisagem

A percepção da paisagem da cidade de Campos dos Goytacazes no trecho delimitado, por olhares diversos, contribuiu para o reconhecimento das relações que se dão com o rio, atualmente, e a identificação dos fatores responsáveis pela ruptura entre a vida na cidade e o curso d'água.

As 80 entrevistas realizadas (Apêndice A), no período de março a junho do corrente ano, enfocaram dois tipos de população, que compreende: comerciantes locais, permissionários de uso de quiosques situados às margens do rio, usuários do terminal rodoviário, pescadores, remadores e demais pessoas que transitam na área de estudo; sociedade campista, englobando diferentes profissionais, cujas atividades não têm uma relação frequente com o centro da cidade e o entorno do rio Paraíba do Sul. Cabe lembrar da população flutuante, composta de profissionais e estudantes que vivem hoje em Campos e nunca tiveram relação alguma com o rio Paraíba do Sul no contexto estudado, que pode estar aqui inserida em algum dos dois tipos citados.

5.3.1.1: Frequentadores assíduos do espaço estudado

Pesquisas feitas pela autora deste trabalho, através das 56 entrevistas aplicadas na área de estudo com a população, bastante variada em relação à idade e sexo, constataram a falta de percepção das pessoas para a presença do rio, especialmente ao se tratar de jovens. Para a grande maioria, o rio é sujo, poluído, não apresenta atrativos e não chama a atenção. Perguntados sobre o que lhes vem

à mente ao se falar do rio Paraíba do Sul, muitos se mostraram indiferentes, enquanto outros se remeteram à poluição ou à seca atual. Apenas aqueles poucos, de idade mais avançada, se lembraram de usos que já se deram e, como que voltando ao tempo, puderam se recordar, com saudades, dos movimentados portos, das “pranchas”, das manhãs festivas na orla direita, quando aconteciam competições de natação e remo. Para os pescadores dos finais de semana, que praticam essa atividade como lazer, o local é bastante atraente, faltando, porém, infraestrutura de apoio e segurança, o que poderia proporcionar mais prazer aos que para ali se dirigem.

O remador de *stand up peddle* André Eiras, morador em Campos há trinta anos e freqüentador da beira rio para a prática do esporte e passeio com os seus cães, se incomoda com o assoreamento e a poluição do rio e diz que já tentou uma mobilização para a limpeza das suas orlas, mas não teve resultado satisfatório. Ele considera como ponto positivo na área central da cidade apenas o visual do rio e vê como um problema a localização do ponto final dos ônibus, que deixa o trânsito um caos naquele espaço urbano.

Na orla esquerda, os usuários dos quiosques dizem sentir prazer em estar ali. Porém, reafirmando a visão de um dos permissionários de uso, já citado nesta pesquisa, a maioria não tem um olhar para o rio, mas, ao contrário, ignora-o, o que se confirma pela própria posição em que se sentam, voltados para a Avenida Bartolomeu Lyzandro e de costas para o rio.

5.3.1.2: Frequentadores eventuais do espaço estudado

Com o objetivo de identificar outras relações com o rio e sugestões de usos que possam alterar o perfil atual, as entrevistas também foram direcionadas a alguns profissionais, de ramos diversos, que não tem o hábito de freqüentar as orlas. Dentre eles, a historiadora Sylvia Paes enfatiza a importância do rio para a história de Campos e, como forte imagem, tem em sua mente o Paraíba do Sul visto da Lapa em noite de lua cheia, destacando-a como magnífica. Ela chama a atenção para o cuidado “de agradecimento” que o campista deve ter com esse bem, que “nos construiu a planície, onde pudemos criar o gado - nossa primeira fonte de riqueza, nos beneficiou com solo de massapé, próprio ao plantio da cana-de-açúcar e ainda nos permitiu enriquecer com o petróleo depositado na Bacia de Campos”. Como

sugestão, Sylvia referencia o modelo francês de aproveitamento do Sena, mas diz gostar ainda mais do modelo português, de contemplação.

O designer gráfico e professor Leonardo Vasconcelos, possuidor de um rico acervo fotográfico de Campos, diz que, atualmente, percorre o centro histórico da cidade apenas duas ou três vezes ao ano, ministrando aulas práticas aos seus alunos. Ele não utiliza as orlas e vê o rio Paraíba do Sul como “uma ex-hidrovia que se tornou um recipiente de lixo e esgoto”. Valoriza os prédios e o comércio tradicional que ainda sobrevivem na área central e aponta a demolição sistemática de construções antigas para dar lugar a estacionamentos como um problema. Sugere “eliminar a barreira de veículos causada pelo estacionamento dos ônibus e das vans” justificando que “direta ou indiretamente somos todos, cidadãos campistas e visitantes, impedidos de apreciar o Paraíba”.

Para o arquiteto, urbanista e professor José Luiz Puglia, a imagem do rio o remete à sua infância. Ele aponta a falta de política urbana para a cidade como responsável pela situação em que se encontra a sua área central e destaca a vista da Lapa como um ponto positivo. Sugere “abrir o rio para a população, aproximar de novo o rio dos cidadãos”.

André Luís Peixoto, também arquiteto e urbanista, recém-formado, diz que gosta de passear pelas orlas aos finais de semana e aprecia, especialmente, a curva da Lapa. Critica a má conservação dos prédios históricos do centro e propõe a criação de espaços de convivência e decks para observação, além da limpeza do rio e das encostas.

A arquiteta, urbanista e professora Margarida Mussa Tavares Gomes informa que poucas vezes vai à beira rio e, quando passa de carro, se incomoda com “nossa falta de cuidado/afeto com o Rio Paraíba e seu entorno”. Ao tentar caminhar pelo chamado “zerão”⁹, desistiu em virtude da má qualidade das calçadas e da falta de estrutura para quem deseja ou precisa caminhar ali. Sobre a imagem do rio, Margarida relata que “o Paraíba me traz à tona sentimentos e vivências afetivas. A sua imponência quando passa por Campos, o Pontal de Atafona, o encontro do rio com o mar. Todas essas imagens têm forte impacto sobre minha memória”. Como novos usos das margens do rio, ela sugere “integração visual – as pessoas precisam ver o rio para gostar do rio. Seria bastante interessante que uma das pontes se

⁹ “Zerão” é o nome dado, especialmente por quem pratica caminhadas, à área delimitada, que compreende as duas margens, da Ponte da Lapa à Ponte General Dutra.

transformasse num parque linear, já que muitas pessoas atravessam o rio a pé.” E completa: “Poderíamos ter ciclovia, pista de caminhada, calçadas largas, vegetação, bancos.”

Para o geógrafo Marcelo Werner da Silva, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), residente na cidade há seis anos, a vista do rio é um ponto positivo na área central da cidade, mas a concentração de linhas de ônibus nesse local torna-se um problema. Ele utiliza as orlas esporadicamente, caminhando ou pedalando, e sugere a criação de um parque ecológico às margens do rio.

A advogada catarinense Sílvia Meri Gottardo, funcionária da Caixa Econômica Federal em Campos, onde reside desde 2009, se mostra admirada com a falta de respeito às matas ciliares e ao período de defeso, demonstrado pela não interrupção da pesca, muitas vezes com o uso de redes. Ela critica também o lançamento de esgotos no rio, entendendo que as suas margens deveriam ser utilizadas para o lazer.

Na visão do fotógrafo Dib Hauaji, que morou, na sua infância, na beira rio e exerceu suas atividades comerciais durante quarenta e cinco anos no centro da cidade, “quem não viveu a época em que o rio era festejado, perdeu”. Ele diz ir atualmente ao local poucas vezes, para matar a saudade do tempo em que o por do sol era lindo, não havendo edifícios para interferir na sua visão. Nas suas palavras, “o progresso é inevitável, mas defendo o visual que eu vi e não vejo mais. Também a lua cheia refletida no rio é algo poético e a nova geração perdeu isso.” Dib diz sentir tristeza ao passar pelas margens do rio, porque “não tem mais nada para fazer lá” e se lembra do antigo Caldo Andrade e dos passeios de prancha e de bonde que fazia com o seu pai. Sobre os usos e as relações sociais que se davam, o fotógrafo relata que o rio Paraíba do Sul era a parte chique de Campos na década de 1950, onde aconteciam as regatas aos domingos e rapazes e moças se encontravam, tendo surgido dali muitos casamentos, e comenta algo muito interessante: “eu era pobre, mas me sentia rico ao usufruir com todos as margens do rio, porque ali todos se igualavam, todos se divertiam da mesma forma.” No rio Dib aprendeu a nadar, do rio vinham as frutas que consumia, trazidas de São Fidélis pelas “pranchas”, do rio que também vinha a água que inundava a cidade, mas até dessas épocas ele se recorda que ia assistir à pesca de manjuba, praticada de forma artesanal pela população. Concluindo, o saudosista fotógrafo, apaixonado pelo Paraíba, fala com tristeza da seca e, se remetendo ao rio Sena, na França, vê a

instalação de um restaurante flutuante como uma bela proposta de trazer o rio de volta ao convívio do campista.

Para o vereador Rafael Diniz, que atualmente reside em Guarus e atravessa a ponte diariamente, o Paraíba representa um símbolo da cidade de Campos. Ao caminhar por suas margens, ele sente tristeza em ver o abandono em que se encontram e aponta o trânsito e o transporte público como problemas urbanos, mas enaltece a vivacidade da concentração da população campista como um ponto positivo. Em sua opinião, novos usos nas orlas do rio contemplariam “a ampliação da estrutura de lazer, transporte e esporte, além de realização de exposições variadas”.

O administrador de empresas Leonel Carneiro, nascido em Campos, traz em sua mente a imagem do rio em seu curso natural, com as matas ciliares e a sua amplitude após a Lapa, área pouco urbanizada. Recorda-se dos banhos de rio que tomou quando jovem, da cheia de 2007, quando atuou como voluntário em socorro aos desabrigados e tem boas lembranças de uma tradição que se dava aos finais das festas de São Salvador, quando um barco conduzia uma miniatura de santuário pelo rio. Como imagens negativas, cita a arquitetura das pontes, excluindo apenas a ferroviária e a Barcelos Martins. Também critica a localização do terminal rodoviário, o mau uso da Praça Duque de Caxias, a poluição visual e as calçadas estreitas. Cita o Paraíba como “um rio que passa em minha vida”, com o qual tem uma relação de pertencimento, e diz sonhar com a área central mais valorizada, com destaque aos imóveis antigos, que guardam a história da cidade e melhor utilização dos espaços livres.

O remador José Moraes, conhecido como “Pancada”, relata que começou a remar em 1961, quando a água era farta, não se via ilhas e o rio era bonito de se apreciar. Para ele, que há alguns anos voltou a praticar o remo pelo Clube de Regatas Campista, a seca traz muitos prejuízos e perigos aos usuários de barcos. Ele exalta a paisagem da cidade vista por quem está no rio praticando a pesca, o remo ou passeios de barco, critica a demolição, pelo poder público, do Pavilhão de Regatas e sugere a criação de um parque para crianças no cais, que poderia ser em uma plataforma elevada, para fugir das águas de verão.

Os depoimentos apresentados reafirmam a visão de Maia (2013, p.10), que aponta: “o Rio Paraíba do Sul, tão expressivo para a minha geração e a dos que me antecederam, deixou de ser signo, perdeu o significado para as novas gerações

porque não foi mais ‘sentido’ por elas”. A autora relaciona o conhecimento do objeto às sensações que ele possibilita ao sujeito experimentar, o que pode ser recuperado a partir de ações que tenham esse foco.

Percebe-se que a aceitação à criação de espaços de convívio nas margens do rio Paraíba do Sul, no trecho urbano de Campos dos Goytacazes, abrange classes sociais diversas, o que demonstra que intervenções dessa natureza trariam um bem-estar geral e mudanças de usos, que permitiriam a reconciliação da cidade com o rio.

5.3.1.3: Novos olhares

No exercício profissional de docente nos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), e dos Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora (ISECENSA), a autora dessa pesquisa pode constatar a preocupação de alguns alunos graduandos, ao definirem, para seus Trabalhos de Conclusão de Curso, projetos de intervenções em áreas situadas às margens do rio Paraíba do Sul. Entende-se que essas propostas representam novos olhares imbuídos de uma conscientização do papel de cada cidadão na gestão da cidade em que vive, voltados à criação de áreas aprazíveis capazes de trazer benefícios gerais ao homem e ao ambiente urbano.

Nesse viés, apresenta-se a proposta de Sabrina Gomes Rangel Manhães, de revitalização da orla direita do Rio Paraíba do Sul, no trecho central, compreendido entre o Terminal Rodoviário e o Cais da Lapa. O partido adotado, segundo a autora, seguiu o conceito de integração harmônica entre os novos elementos construtivos com a paisagem natural, possibilitando a conexão da população com o rio (MANHÃES, 2013).

Dentre as intervenções projetadas, a criação de uma praça multifuncional, com playground, academia, anfiteatro, mirante e banheiros visa suprir a demanda de espaços públicos que permitam o convívio e a contemplação. Com o objetivo de desobstruir a visão do rio e de sua orla, considera-se a retirada do Terminal e a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT e de ciclovia, possibilitando um sistema de transporte intermodal. Também se propõe a criação de um estacionamento subterrâneo. A figura 70 demonstra, em manchas, a idéia de uso da

área delimitada e a perspectiva e detalhes da implantação, apresentados nas figuras 71, 72, 73 e 74 permitem um melhor entendimento do projeto (MANHÃES, 2013).

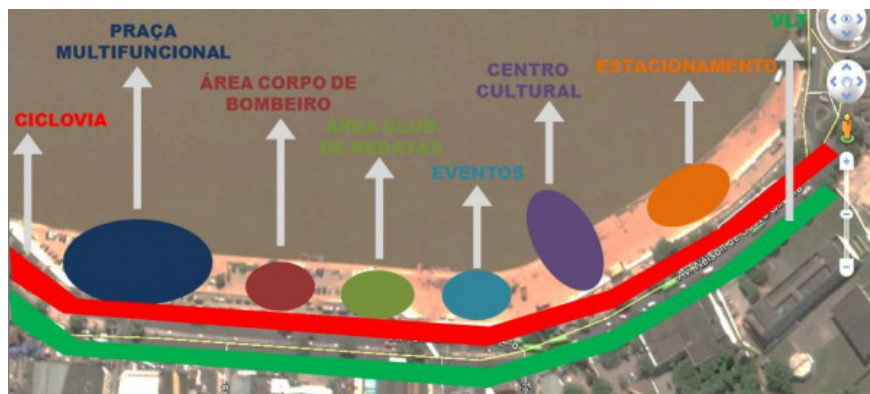


Figura 71: Estudo de manchas na área delimitada no projeto
Fonte: Manhães (2013).



Figura 72: Perspectiva da implantação final
Fonte: Manhães (2013).

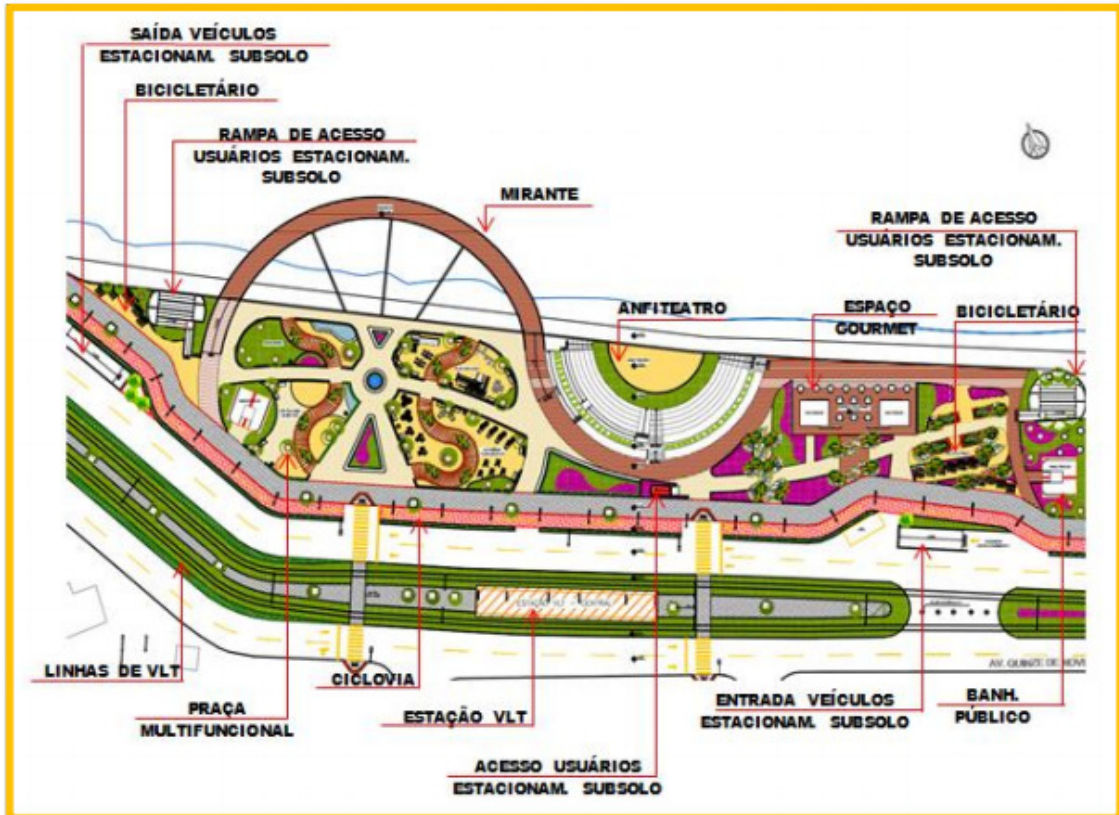


Figura 73: Detalhe da implantação final (parte 1).
Fonte: Manhães (2013)



Figura 74: Detalhe da implantação final (parte 2).
Fonte: Manhães (2013).

Percebe-se que a área restrita ao Corpo de Bombeiros foi mantida no projeto, com criação de píers flutuantes e o espaço que propõe um Centro Cultural com terraço jardim traz, em seu desenho, uma alusão ao Ururau da Lapa.

Outra proposta de intervenção, em 2012, demonstrada nas figuras 75, 76, 77 e 78, da então graduanda Dayane de Souza Santana, contempla todo o trecho de pesquisa do presente trabalho, apresentando como necessidades, dentre outras: destaque da natureza e da importância do rio, com recuperação de suas margens e flora natural; conexão da cidade com o rio; conscientização e envolvimento da população na preservação ambiental e valorização dos espaços públicos; recuperação do patrimônio histórico e cultural do centro; valorização dos pedestres e ciclistas, com pavimentação adequada das calçadas e implantação de ciclovia; recuperação de áreas degradadas e retirada de ambulantes que causam poluição visual ao espaço público; melhoria dos serviços públicos e instalação de equipamentos urbanos; criação de espaços públicos de atividades diversas; qualificação do trânsito e do terminal rodoviário, com nova locação. Neste sentido, o projeto propõe a criação de um circuito urbanístico de qualidade ambiental (SANTANA, 2012).



Figura 75: Ciclovia elevada
Fonte: Santana (2012)



Figura 76: Área de convívio
Fonte: Santana (2012).



Figura 77: Propostas de intervenção na margem direita
Fonte: Santana (2012)



Figura 78: Propostas de intervenção na margem esquerda do rio
Fonte: Santana (2012).

Exalta-se, neste projeto, a preocupação com as duas margens, com propostas de requalificação que contemplem todos.

Nessa mesma linha, no semestre corrente, também a graduanda Mariane Telles Sá Freire, com orientação da autora desta pesquisa, vem desenvolvendo o seu Trabalho Final de Graduação com o tema “Intervenção urbana nas orlas do rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes, RJ”. Para a definição dos projetos a serem propostos, a aluna realizou questionários *on line*, onde também se evidenciou a carência de ambientes que valorizem a presença do rio na cidade e o anseio da população por esses espaços.

Definindo como conceito a retomada do rio Paraíba do Sul como símbolo da paisagem de Campos dos Goytacazes, Mariane apresenta um programa de necessidades onde se destacam a criação de um novo cais para contemplação e permanência, lazer noturno e apoio à prática de esportes e ao turismo, criação de uma praça dos pescadores integrada à Peixaria Municipal e à Praça São Cristóvão existentes no lado esquerdo, remoção do terminal rodoviário, requalificação de áreas livres ao longo das margens do rio e utilização da Ponte João Barcelos Martins como um parque linear, onde seriam também criados ambientes atrativos que permitissem a visibilidade e a contemplação do rio.

Esses novos olhares chamam a atenção não apenas para a preocupação atual com a questão ambiental, mas principalmente com a questão urbana e cultural, onde se busca uma retomada dos referenciais de forma a resgatar a identidade do rio Paraíba do Sul como um patrimônio natural e cultural da cidade de Campos dos Goytacazes, o que dialoga com os novos interesses das cidades na atualidade, como apontam Penning-Roswell e Burgess (1997, apud ESCARLATE, 2006):

Percebe-se não apenas a importância das águas dos rios, que sabemos fundamentais para a sustentabilidade das cidades, mas também pelo nascimento de uma nova abordagem, onde as paisagens dos rios não são mais percebidas apenas pelo ponto de vista da engenharia, onde a técnica deve suplantar a natureza. Buscam-se agora novos valores onde as paisagens dos rios assumem novos significados, principalmente em termos ambientais e culturais (p.22).

Os resultados dessa pesquisa, realizada com pessoas diversas que habitam o espaço urbano de Campos dos Goytacazes, confirmaram esse anseio por novas formas de perceber o rio Paraíba do Sul e as suas margens, configurando a abordagem citada pelo autor.

6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho retratou a importância dos rios na formação das cidades, desde os tempos primórdios, ressaltando as suas funções, essenciais à vitalidade e ao desenvolvimento das civilizações. Também evidenciou que a água, recurso natural abundante no Brasil, se configura como elemento norteador do desenho urbano e relevante na paisagem de um lugar, que reflete a cultura e as atividades sociais e econômicas realizadas pelo homem. Os estudos efetuados permitiram identificar o quanto interferências humanas no espaço físico são capazes de alterar a paisagem urbana. O processo de urbanização reafirma esse fato, ao mostrar a sua intervenção na dinâmica das cidades, tanto na sua configuração física como nos vetores econômico, social e cultural.

Neste contexto, percebe-se que a poluição dos cursos d'água nos meios urbanos tem sido uma constante. A concentração populacional nas cidades, seguida da ocupação das margens dos rios por habitações e sistemas viários, junto à eliminação das matas ciliares, são alguns fatores que favoreceram a formação do quadro atual, de não reconhecimento do rio como um bem natural a ser preservado e explorado como potencial para atividades esportivas e de lazer, capazes de oferecer, em suas margens, magníficos espaços de convívio e contemplação.

Na busca de reverter esse processo de degradação ambiental, tem-se presenciado reflexões seguidas de ações, no âmbito mundial, especialmente a partir da década de 1960, a favor de se rever a relação homem/natureza. Discussões acerca de problemas ambientais acontecem em eventos mundiais, que apontam a necessidade de implementar políticas normativas para salvaguardas ambientais, gestão dos recursos naturais e, mais recentemente, o desenvolvimento sustentável,

como meta a ser alcançada. Neste sentido, os países criaram ou revisaram sua legislação pertinente.

No entanto, embora o Brasil apresente leis e órgãos governamentais específicos, com autonomia aos municípios para a gestão de seu território, é possível perceber, nas cidades brasileiras, que as políticas públicas não priorizam ações voltadas à infraestrutura que contemple tratamento de esgotos, de forma a evitar o despejo de dejetos nos rios, mares e demais corpos d'água. Também as formas de ocupação das orlas, que ignoram os princípios de preservação, têm gerado agressões ambientais e intervenções negativas nas paisagens e na identidade da população com o espaço urbano em que vivencia.

Neste sentido, constatou-se que a relação atual da cidade de Campos dos Goytacazes com o rio Paraíba do Sul, objeto desta pesquisa, não difere da maioria das cidades ribeirinhas ou à beira de rios situadas no Brasil.

A reversão do quadro de abandono em que se encontram o rio Paraíba do Sul e suas margens demanda uma conscientização de toda a população campista e do poder público municipal quanto à necessidade de recuperar essas áreas, como parte do processo de requalificação do centro de Campos dos Goytacazes. Propostas que contemplem o desenvolvimento urbano a partir da valorização do rio como um potencial natural e patrimônio local, integrando-o à vida do cidadão e incentivando uma relação de pertencimento, podem contribuir de modo relevante para a mudança do panorama atual. Nessa linha de pensamento, acredita-se que, de acordo com Santos (1988, apud PAES, 2006, p.15), “as pessoas que conseguem distinguir a ‘cara’ do lugar em que vivem e lembrar como era e como evoluiu e chegou a ser o que é se sentem mais seguras, têm a sensação mais forte de serem dali.” As entrevistas realizadas nesta pesquisa puderam confirmar esta visão.

Um estudo mais detalhado da legislação urbanística municipal permitiu confirmar que no Plano Diretor de Campos o rio Paraíba do Sul é contemplado como um bem natural de grande valor, situado em Área de Especial Interesse Paisagístico, que compreende espaços que podem contribuir para a formação de ambiências urbanas que, requalificados paisagística e ambientalmente, sirvam à fruição e ao lazer da população. O incentivo à prática do remo e da vela em seu curso é considerado uma das medidas prioritárias de gerenciamento para o esporte e lazer em Campos dos Goytacazes. Também como forma de valorizar o patrimônio natural e cultural, o Plano aponta o aproveitamento dos principais corpos d'água do

município, como o Rio Paraíba do Sul, como eixo cultural, ambiental e econômico, com o incentivo à implantação de atividades turísticas e de lazer, tais como instalação de restaurantes flutuantes, passeios de barco, prática de remo e canoagem. No entanto, não é difícil perceber que a gestão do que foi planejado na legislação citada, não vem acontecendo de forma satisfatória. Esse fato reafirma a visão de que falta ao poder público local vontade política de implementar ações voltadas à valorização da cidade, em seus aspectos sociais, ambientais e culturais.

No que se refere às construções às margens do rio, entende-se que a Lei de Uso e Ocupação do Solo é bastante permissiva no trecho estudado, onde, com exceção da Zona Centro Histórica, não se limita o gabarito máximo para edificação, o que demonstra, neste caso, falta de consciência da população, que teve a oportunidade de alterar os índices urbanísticos à época da revisão da legislação, feita de forma participativa, como preceitua o Estatuto da Cidade.

Os referenciais de cidades que se reconciliaram com os seus cursos d'água demonstram que a utilização dos rios para navegação ou prática de esportes aquáticos e de suas orlas urbanas como áreas de convívio, lazer ou contemplação possibilitam um contato físico e visual da população com as águas e, conseqüentemente, um maior cuidado com esse bem tão precioso. Isso fortalece o reconhecimento do rio Paraíba do Sul como um patrimônio natural relevante no contexto urbano e histórico de Campos dos Goytacazes e possuidor de um expressivo simbolismo para a sua população.

Importa, pois, reconhecer a presença de áreas públicas livres como ponto forte no planejamento urbano. Nessa linha de raciocínio, em resposta às questões formuladas no início desse trabalho de pesquisa, entende-se que grandes benefícios teria a cidade de Campos dos Goytacazes por intervenções que permitissem um ressignificado aos espaços livres situados nas orlas do rio Paraíba do Sul, que deveria atuar como protagonista no cenário urbano. Constata-se ainda que alterações na paisagem e na relação da população com o meio urbano influenciariam na economia da cidade e o incentivo à prática de esportes e passeios de barco no rio fomentaria o turismo na região.

Acredita-se que todo o estudo apresentado conduz à percepção do quão importante se faz a implementação de ações no sentido de se (re) estabelecer a relação do cidadão campista com os espaços da cidade, recuperando-os como lugares, reconhecidos pelos que deles se utilizam e lhes dão identidade. O

estabelecimento de um diálogo entre setores público, privado e a academia, possibilitando que políticas públicas se dêem de acordo com os desejos da população, representa uma forma de promover uma qualificação dos espaços públicos.

Diante do exposto, fica registrado nesta pesquisa o imenso desejo da autora de vivenciar a reconciliação da cidade de Campos dos Goytacazes com o rio Paraíba do Sul e a expectativa de poder, com este trabalho, contribuir para ações do poder público municipal, a partir da percepção do rio como oportunidade de construção de uma cidade melhor.

7: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA (ANA). **Atlas Brasil**: abastecimento urbano de água (2010). Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>>. Acesso em 14 set. 2014.

ALBUM DE VIAGENS. Disponível em: <<http://albumdeviagens.blogspot.com.br/>>. Acesso em 15 nov. 2014.

ALMEIDA, Lutiane Q. de. **Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos**: bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, região metropolitana de Fortaleza, Ceará. 2010,. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, 2010>. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/104309>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

ALVES, Carlos. Exposição de fotografias de Campos no calçadão do centro. **Jornal Terceira Via**, Campos dos Goytacazes-RJ, 16 out 2014. Disponível em: <<http://jornalterceiravia.com.br/noticias/campos-dos-goytacazes/57780/exposicao-no-calçadão-de-campos-mostra-fotos-da-seca-do-rio-paraíba>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

ARGAN, Giulio C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (AGEVAP). **Relatório técnico**: bacia do rio Paraíba do Sul - Subsídios às ações de Melhoria da gestão. Rio de Janeiro: AGEVAP, 2011.

ATLAS DIGITAL DAS ÁGUAS DE MINAS. Disponível em: <http://www.atlasdasaguas.ufv.br>. Acesso em 15 set. 2014.

A VEZ do Rio fazer a “Dança da Chuva”. **Jornal Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes-RJ, 01 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.fmanha.com.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

AZEVEDO, J. B. de. Repensando as águas urbanas sob as luzes de antigos e novos paradigmas. In: TÂNGARI, V. R. (Org.). **Águas urbanas**: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, v.1.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

BRASIL AMAZON TUR. **Complexo ver o Rio** Disponível em: <http://www.brazilamazontur.com.br/data/pacote/2013-06-05-16-14-53Complexo_Ver-o-Rio-01.jpg>. Acesso em: 07 maio. 2015.

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. **Decreto n. 10.643, de 10 de julho de 1934**: decreta o código das águas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. **Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965**: dispõe sobre o código florestal brasileiro, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. **Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979**: dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. **Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997**: institui a política nacional de recursos hídricos, cria o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da constituição federal, e altera o art. 1º da lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. _____. **Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000:** dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) entidade federal de implementação da política nacional de recursos hídricos e de coordenação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9984.htm>. Acesso em: 21 set. 2014.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (Município). ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. **Fotos antiga de Campos dos Goytacazes.** Campos dos Goytacazes, RJ: APMCG, 2015.

_____. CÂMARA DOS VEREADORES. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008 a). **Lei número 7.972, de 31 de março de 2008:** institui o plano diretor do município de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/listaPlano.php>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. _____. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008 b). **Lei número 7.975, de 31 de março de 2008:** institui a lei de parcelamento do solo do município de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/listaPlano.php>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. _____. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008 c). **Lei número 7.974, de 31 de março de 2008:** institui a lei de uso e ocupação do solo urbano do Município de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/listaPlano.php>>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. PREFEITURA. **Website oficial:** fotos (2010). Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/fotos.php>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

COELHO NETO, Ana Luiza. A Geologia e a Arquitetura da Paisagem do Rio de Janeiro no século XXI: da degradação à reabilitação funcional da cidade e da Floresta Atlântica remanescente, 2007. In: TÂNGARI, Vera Regina (colab.). **Águas urbanas:** uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa (org), CORRÊA, Roberto Lobato (org) **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47

COSGROVE, Denis E.; JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato (org); ROSENDAHL, Zeni (org.). **Geografia cultural: um Século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p. 15-32.

COSTA, Luciana de C. N.; GASTAL, Suzana de A. Paisagem cultural: possibilidades e limites conceituais. In: COLÓQUIO ÍBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO – DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 1, 2010, 09-10 abr Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2011, p. 1-24.

COSTA, Lucia M. S. A. Rios urbanos e o desenho da paisagem. In: _____ (org.). **Rios e paisagens urbanas: em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: PROURB, 2006, p. 9-15.

DELIJAICOV, Alexandre. **Os rios e o desenho da cidade: proposta de projeto para orla fluvial da grande São Paulo**. 1998. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.metropolefluvial.fau.usp.br/downloads/projetos/GMF_pesquisa-mes_delijaicov.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2015.

DO VERDE ao Concreto. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, 13 out. 2013. Disponível em: <www.fmanha.com.br/cultura-lazer/do-verde-ao-concreto>. Acesso em: 23 abr. 2015.

ESCARLATE, Cláudia de Freitas. **O Rio Cabeça: paisagem memória e convívio**. 2006. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.prourb2.fau.ufrj.br/claudia-de-freitas-escarlata>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

FARIA, Teresa P. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, 20-26 mar. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

_____. As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 6, 2000, Natal –RN. **Anais....** Natal – RN, 2000. Belo Horizonte: ANPUR/SHCU, 2001. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/archive>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo citadino”. **Agenda Social: Revista do PPGPS / UENF**, Campos dos Goytacazes, v.2, n.2, maio-set / 2008, p.40-64. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_6556_1238155665.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Os rios como elementos estruturantes do desenho urbano das cidades das Regiões Norte e Noroeste Fluminense. **Água, Território y Medio Ambiente**, Madrid, 2013, p.173-182.

FEYDIT, Júlio. **Subsídios para a História de Campos dos Goytacazes**. 2.ed. Rio de Janeiro: Luartson, 1979.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Espaços Públicos nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional**. Belém: NAEA, 2008.

GETTY IMAGES BRASIL. **Turismo**: destinos nacionais: motivos para visitar Belém do Pará. Disponível em: <<http://www.gettyimages.com.br/>>.. Acesso em: 13 mai. 2015.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORSKI, Maria C. Barbieri. **Rios e cidades**: ruptura e reconciliação. São Paulo: SENAC, 2010.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Huatec, 1980.

HOUGH, Michael. **Cities and natural process**. London: Routledge, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados básicos de Campos dos Goytacazes**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2014.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. **Centro de Memória Fotográfica**. Campos dos Goytacazes: IFF, 2015. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/noticias-de-extensao-e-cultura>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO DE PIRACICABA (IPPLAP). **Projeto Beira-Rio**. Disponível em: <<http://ipplap.com.br/site/projetos-2/projeto-beira-rio>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEME, Renata T; et al. **Projeto Beira-Rio: etapa 1: Rua do Porto**. Piracicaba, 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/05.058/2551>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

LESSA, Severino. 1909. In: MAIA, Rita. **O rio da minha aldeia - memória e poesia**. Rio de Janeiro, Fotolitos: ACE Digital, Impressão: J. Sholna Gráfica, 2003.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, José Carlos C. **Pelas ruas da cidade: a construção do espaço urbano e da cidadania**. Porto Alegre: Instituto Integrar: 2006.

MACEDO, Silvio S. Urbanização, litoral e ações paisagísticas à beira d'água. In: TÂNGARI, Vera Regina (colab.). **Águas urbanas: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MAIA, Rita M. de A. (org). **O rio da minha aldeia: memória e poesia**. Rio de Janeiro: Fotolitos: ACE, 2003.

MANN, Roy. Rivers in the City. New York: Praeger Publishers, 1973. In: ESCARLATE, Cláudia de Freitas. **O Rio Cabeça: paisagem memória e convívio**. 2006. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.prourb2.fau.ufrj.br/claudia-de-freitas-escarlata>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

MANHÃES, Sabrina G. R. **Proposta de revitalização da orla do Rio Paraíba do Sul: símbolo da identidade campista**. Monografia (Graduação em Arquitetura e

Urbanismo) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Campos dos Goytacazes/RJ, 2013.

MIRANDA, Elis de A. Cametá: análise de uma paisagem amazônica. In: TRINDADE, Saint-Clair Trindade (org); TAVARES, Maria Goretti (org). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

MONTEIRO, Suzy. Feriado do comércio movimentou a “Ilha dos Caras”. **Jornal Folha da Manhã**, 21 out. 2014. Disponível em: <<http://fmanha.com.br/geral/feriado-do-comercio-movimentou-a-ilha-dos-caras>>. Acesso em: 21 out. 2014.

MOREIRA, Thiers M. **O Menino e o palacete**. Rio de Janeiro: Simões, 1954.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NAUTICA TOTAL. **Banco de imagem**. Disponível em: <http://i0.statig.com.br/bancodeimagens/8w/j8/ms/8wj8ms3rcwfhmfrud7k6879w.jpg>. Acesso em: 07 mai. 2015.

OLIVEIRA, Mariel L. de. **Reorganização viária de Campos dos Goytacazes: uma proposta retomada**. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://dissertacoes.poli.ufrj.br/dissertacoes/dissertpoli183.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

PAES, Sylvia. **Os Impasses da revitalização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes (1991-2005)**. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2006. Disponível em: <http://cidades.ucam-campos.br/images/arquivos/dissertacoes/2006/sylvia_paes.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

PIMENTEL, João. **Campos dos Goytacazes em fotos**: 2010. Disponível em: <<http://camposfotos.blogspot.com.br/2010/12/as-enchentes-campos-dos-goytacazes-rj.html>> Acesso em: 12 out. 2014.

PINTO, Jorge R. P. **Um pedaço de terra chamado Campos: sua geografia e seu progresso**. Campos dos Goytacazes: Fundação Jornalista Oswaldo Cruz, 2006.

PLANÍCIE GOYTACÁ. **Campos dos Goytacazes em Fotos**. Disponível em: <http://camposfotos.blogspot.com.br/2011/06/planicie-goitaca-em-fotos-de-eliebe-de-html>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

POMPEU, Veridiana de S. Matinha: expressão de um modo de vida ribeirinho na cidade de Tucuruí. In: TRINDADE, Saint-Clair (org); TAVARES, Maria Goretti (org). . **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

PONTE, Juliano P. Ximenes. **A Orla de Belém: intervenções e apropriação**. 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/JulianoXimenesPonte.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

PORATH, Soraia L. **A paisagem de rios urbanos: a presença do Rio Itajaí-Açu na cidade de Blumenau/SC**. 2004. 166f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88115>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____.; AFONSO, Sonia. A paisagem do Rio Itajaí-Açu na cidade de Blumenau/SC. In: COSTA, Lucia M. S. A. (org.). **Rios e paisagens urbanas: em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: PROURB, 2006, p. 163-176.

PROENÇA, Aline; TRINDADE, Marcelo. Desmatamento da margem gera problemas no Rio Paraíba do Sul, em Campos, no RJ. **RJ TV**, Campos dos Goytacazes, 11 fev. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiaooserrana/rjintertv1edicao/videos/t/edicoes/v/desmatamento-da-margem-gera-problemas-no-rio-paraiba-do-sul-em-campos-no-rj/3958700>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água doce no mundo e no Brasil. In: _____ (org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

REVISTA SOCIOAMBIENTAL: CULTURA DA SUSTENTABILIDADE. **Visão Socioambiental**. Macaé-RJ: Cult, 2009. Disponível em: <http://www.visaosocioambiental.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=449&Itemid=58> Acesso em: 16 nov. 2014.

RIO, Vicente del. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

ROCHA, Yuri T. Vegetação urbana: caracterização e planejamento. In: TÂNGARI, Vera Regina (org). **Águas urbanas: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

RODRIGUES, Hervé Salgado. **Na taba dos Goytacazes**. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

SALATI, Eneas; LEMOS, Haroldo M. de; SALATI, Eneida. Águas e o desenvolvimento sustentável. In: REBOUÇAS, Aldo da C. (org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

SANCHES, Solange S.; JACOBI, Pedro R. Políticas de recuperação de rios urbanos na cidade de São Paulo: possibilidades e desafios. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, Belo Horizonte-MG, v. 14, n. 2, nov., 2012. Disponível em: <<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/4105/4003>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SANTANA, Dayane de S. **Projeto de requalificação da orla urbana do Rio Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes**. Monografia (Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo) – Institutos Superiores de Ensino do CENSA. Campos dos Goytacazes-RJ, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Sergio R. Navegação. In: REBOUÇAS, Aldo da C. et al. (org.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras, 2006.

SECA ameaça Paraíba do Sul. **Jornal O Dia**, Rio de Janeiro, 25 set. 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/odiaestado/2014-07-25/seca-ameaca-paraiba-do-sul.html>>. Acesso em: 25 set. 2014.

SIQUEIRA, Mariana. Infraestrutura das mentalidades. **Revista Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 28, n. 234, s p.72-74, set; 2013. Disponível em: <<http://biblioblogfacig.blogspot.com.br/2013/09/revista-arquitetura-e-urbanismo.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. Incentivo ao Movimento. **Revista Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v.28, n. 234, p.50-55, set; 2013. Disponível em: <<http://biblioblogfacig.blogspot.com.br/2013/09/revista-arquitetura-e-urbanismo.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. Projeto em Andamento. **Revista Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 28, n. 234, p.57-63, set. 2013, p. 57-63. Disponível em: <<http://biblioblogfacig.blogspot.com.br/2013/09/revista-arquitetura-e-urbanismo.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

SOFFIATI, Artur. **As Lagoas do Norte Fluminense**: uma contribuição à história da uma luta. Campos dos Goytacazes-RJ: Essentia, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TÂNGARI, Vera Regina (org). **Águas urbanas**: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Laços e nós: dinâmicas sub-regionais e interfaces cidade-rio na Amazônia. **Revista Geográfica de América Central**. San José - Costa Rica, p.11-16, jul-dez, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2266/2162>>. Acesso em: 12 fev.2015.

_____. (org); TAVARES, Maria Goretti da Costa (org). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

TUCCI, Carlos E.M. Águas urbanas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 22, n.63, p.97-112, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a07.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

UM RIO pra passar na minha vida. **Revista Carta Capital**. São Paulo, v.11, n. 808, p.79-82, 16 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/cultura/foi-um-rio-que-passou-em-minha-vida>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

URURAU JORNAL ONLINE. **Foto do Rio Paraíba do Sul sob a ponte da cidade de Campos dos Goytacazes**. Disponível em:

<http://www.ururau.com.br/fotos_arquivo/12-01-2012_9fcd1d0de4321ed>. Acesso em: 15 nov. 2014.

WIKIART. **La Grenouillere**: Pierre-Auguste Renoir (1869). Disponível em: <<http://www.wikiart.org/en/pierre-auguste-renoir/la-grenouillere-1869-1#supersized-artistPaintings-218596>>. Acesso em: 12 out. 2014.

ZIRALDO. **Menino do Rio Doce**: Il bordados das irmãs Dumont sobre desenhos de Demóstenes Vargas. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996.

APÊNDICE A: MODELO DE ENTREVISTA



Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Ministério da Educação



ENTREVISTA

Os dados coletados serão utilizados em uma pesquisa acadêmica e elaboração de Dissertação de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes - UCAM, sob a orientação da professora Elis Miranda, onde se pretende avaliar a visão da população de Campos dos Goytacazes em relação ao Rio Paraíba do Sul, em seu contexto urbano.

RESPONSÁVEL: Silvana Monteiro de Castro Carneiro, mestranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes.

TEMA:

À MARGEM DA CIDADE: O RIO PARAÍBA DO SUL NA PAISAGEM URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.

1 – Você mora na cidade de Campos? Há quanto tempo?

2 – Com que frequência você vai à beira rio? Com qual objetivo?

3 – Qual o meio de transporte utilizado por você?
4 – Você costuma atravessar a ponte? Com que finalidade?
5 – Como você utiliza as orlas do rio?
7 – Você costuma visitar as orlas nos finais de semana? Com que finalidade?
8 – Que imagem lhe vem à mente quando se fala do rio Paraíba do Sul?
9 – Você leu alguma notícia sobre o rio ultimamente? De que assunto tratava?
10 – Você já vivenciou alguma inundação ou enchente do Rio Paraíba do Sul? Em que ano?
11 – Você faz ou já fez algo em prol da conservação do Rio Paraíba do Sul?
12 – Você está satisfeito com a infraestrutura atual das orlas?
13 – O que você considera como positivo na área central de Campos?
14 – O que você considera como problema na área central de Campos?
15 – Que sugestões de novo uso deste espaço, às margens do rio, você daria?

FICHA DO ENTREVISTADO

Nome _____

Idade _____

Escolaridade _____

MARGEM:

() Esquerda () Direita